

Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro (UNIRIO)

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ)

CLEBER BELMIRO DOS SANTOS

IMPACTOS DO ATOM NA DESCRIÇÃO E NO ACESSO AOS ACERVOS NO
DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO DA CASA DE OSWALDO
CRUZ

Rio de Janeiro

2016

CLEBER BELMIRO DOS SANTOS

IMPACTOS DO ATOM NA DESCRIÇÃO E NO ACESSO AOS ACERVOS NO
DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO DA CASA DE OSWALDO
CRUZ

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos do Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do grau de Mestre. Linha de pesquisa: Gestão da Informação Arquivística.

Orientador: Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva.

Rio de Janeiro

2016

Dos Santos, Cleber Belmiro.

Impactos do Atom na descrição e no acesso aos acervos no
Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz /
Cleber Belmiro dos Santos. – 2016.

101f.

Dissertação (Mestrado Profissional de Gestão de Documentos e
Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de
Janeiro, 2016.

Orientador: Prof^o Dr^o Eliezer Pires da Silva

1. Tecnologia da Informação. 2. Instrumentos de Pesquisa. 3. Recuperação
da Informação I. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. II. Da Silva,
Eliezer Pires. III. Título.

CLEBER BELMIRO DOS SANTOS

IMPACTOS DO ATOM NA DESCRIÇÃO E NO ACESSO AOS ACERVOS NO
DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO DA CASA DE OSWALDO
CRUZ

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos do Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do grau de Mestre. Linha de pesquisa: Gestão da Informação Arquivística.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva – Orientador

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Luiz Cleber Gak – Examinador Interno

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Ricardo Augusto dos Santos – Examinador Externo

Fundação Oswaldo Cruz

Profª. Dra. Anna Carla Almeida Mariz – Suplente

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Dr. Alexandre de Souza Costa – Suplente

BP Energy

Para Neuza, o início de tudo.

AGRADECIMENTOS

A Patrícia, companheira de todos esses anos que sempre me deu apoio em meus projetos. A minha filha Isabela, a minha grande motivação para continuar seguindo em frente. A minha grande amiga Sandra, sempre a disposição para “segurar a barra” quando o “bicho pegava” e a minha sogra, figura importante e sempre presente em minha vida.

Ao chegar ao fim desta etapa, queria agradecer ao meu orientador pela paciência e determinação em me guiar pelo árduo caminho da construção do conhecimento. Seus ensinamentos, atitudes, exemplos e incentivos foram essenciais para que pudesse chegar ao final dessa jornada.

Ao meu grande amigo e revisor Marcelo, a quem sempre recorria quando o tempo era um inimigo implacável, e mesmo assim, sempre estava disposto a me ajudar da melhor forma possível.

*Numa folha qualquer eu desenho um sol amarelo
E com cinco ou seis retas é fácil fazer um castelo.
Corro o lápis em torno da mão e me dou uma luva,
E se faço chover, com dois riscos tenho um guarda-chuva.*

*Se um pinguinho de tinta cai num pedacinho azul do papel,
Num instante imagino uma linda gaivota a voar no céu.
Vai voando, contornando a imensa curva Norte e Sul,
Vou com ela, viajando, Havai, Pequim ou Istambul.
Pinto um barco a vela branco, navegando, é tanto céu e mar num beijo azul.*

*Entre as nuvens vem surgindo um lindo avião rosa e grená.
Tudo em volta colorindo, com suas luzes a piscar.
Basta imaginar e ele está partindo, sereno, indo,
E se a gente quiser ele vai pousar.*

*Numa folha qualquer eu desenho um navio de partida
Com alguns bons amigos bebendo de bem com a vida.
De uma América a outra consigo passar num segundo,
Giro um simples compasso e num círculo eu faço o mundo.*

*Um menino caminha e caminhando chega no muro
E ali logo em frente, a esperar pela gente, o futuro está.
E o futuro é uma astronave que tentamos pilotar,
Não tem tempo nem piedade, nem tem hora de chegar.
Sem pedir licença muda nossa vida, depois convida a rir ou chorar.*

*Nessa estrada não nos cabe conhecer ou ver o que virá.
O fim dela ninguém sabe bem ao certo onde vai dar.
Vamos todos numa linda passarela
De uma aquarela que um dia, enfim, descolorirá.*

Toquinho

RESUMO

Trata de um trabalho sobre o impacto das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) nos instrumentos arquivísticos de pesquisa. Com a automação dos serviços que são oferecidos à população, a Arquivologia, assim como outras áreas do conhecimento humano, reconheceu a importância da utilização das novas tecnologias da informação para, não apenas prestar serviços mais eficientes e com menor grau de incertezas acerca dos mesmos, assim como também para otimizar suas práticas de um modo geral. Nesse contexto, é imperativo admitir que essas novas tecnologias impactam sobre todo o cabedal de atividades da Arquivologia e, sobremaneira, nos instrumentos de pesquisa, haja vista que esses são os responsáveis pela recuperação das informações constante num acervo arquivístico e que, muito bem utilizados, proporcionarão uma eficiente recuperação dessas informações e, conseqüentemente, uma eficiente disseminação. A análise dessas novas tecnologias tem como foco de estudo a plataforma AtoM no Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) da Casa de Oswaldo Cruz (COC) e seus impactos nos serviços prestados pela Arquivologia. Traz à luz do conhecimento como essa plataforma foi pensada, construída, colocada em operação e os benefícios que proporcionou a essa ciência que tem a missão da coleta, da guarda, da preservação, da recuperação e da disseminação das informações documentais dos infindáveis acervos arquivísticos existentes no mundo. Discorre criticamente sobre os diversos instrumentos de referência da arquivologia, mostrando sua importância e os impactos que os mesmos sofreram com a inserção dessa plataforma nos dia-a-dia da sua utilização. Conclui demonstrando que os resultados alcançados com a utilização dessa nova ferramenta são os mais eficientes e eficazes que se poderia esperar, dando como certa sua utilização e aperfeiçoamento por tempo indeterminado, até que surja, se for o caso, novos instrumentos que se sobreponham os atuais em termos de otimização na realização dos serviços próprios da área.

Palavras-chave: Arquivologia. Tecnologia da informação. Instrumentos de pesquisa. Recuperação da informação. Disseminação da informação. Documento eletrônico.

ABSTRACT

It is a work on the impact of new information and communication technologies (ICTs) in archival research tools. With the automation of the services offered to the population, Archivology as well as other areas of human knowledge, recognized the importance of using new information technologies to not only provide more efficient services and a lower degree of uncertainty about them, as well as to optimize their practices generally. In this context, it is imperative to admit that these new technologies impact on all the leather of Archivology activities, and beyond, the research instruments, given that these are responsible for the recovery of constant information in archival collections and very well used, provide efficient retrieval of information, and, consequently, an efficient dissemination. The analysis of these new technologies is to study the focus AtoM platform at the Department of Archives and Documentation (DAD) and their impact on the services provided by Archivology. Brings the light of knowledge as this platform was designed, built, put into operation and the benefits provided to that science has the task of collection, custody, preservation, retrieval and dissemination of documentary information of the endless existing archival collections in the world. Talks critically about the various reference tools of archival science, showing its importance and the impact that they have suffered from the inclusion of this platform in day-to-day use. Concludes demonstrating that the results achieved with the use of this new tool are the most efficient and effective than might be expected, taking for granted its use and improvement indefinitely until there is, if any, new instruments that overlap the current in terms of optimizing the achievement of own area services.

Keywords: Archivology. Information Technology. Search tools. Information retrieval. Dissemination of information. Electronic document.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 —	Níveis de descrição e os instrumentos de pesquisa adequados.....	42
Quadro 2 —	Terminologia dos instrumentos de pesquisa.....	45
Quadro 3 —	Referencial teórico na atividade de descrição no Brasil.....	46-47
Quadro 4 —	Demonstrativo dos instrumentos de pesquisa do DAD.....	72-75
Quadro 5 —	Objetivos das consultas ao acervo de 1988 até 2008.....	76-77
Quadro 6 —	Objetivos das consultas ao acervo no ano de 2015.....	78
Quadro 7 —	Perfil de usuários.....	78
Quadro 8 —	Acessos ao acervo 1988 – 2008.....	81
Quadro 9 —	Acessos ao acervo 2009 – 2016.....	82
Quadro 10 —	Gestão de documentos nas unidades da FIOCRUZ.....	84-85
Quadro 11 —	Fundos descritos entre os anos de 2006 e 2007.....	85-86
Quadro 12 —	Fundos descritos entre os anos de 2008 e 2015.....	86-89
Quadro 13 —	Evolução da atividade de descrição arquivística.....	90
Quadro 14 —	Tipos de instrumentos de pesquisa da sala de consulta do DAD.....	93
Quadro 15 —	Impactos da adoção do AtoM.....	95-96

LISTA DE SIGLAS

APPM	Archives, Personal Papers and Manuscripts
Atom	Access to Memory
CDS/CIA	Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
COC	Casa de Oswaldo Cruz
DAD	Departamento de Arquivo e Documentação
EAD-DTD	Encoded Archival description – Document Type Definition
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
ICA-AtoM	Conselho Internacional de Arquivos – Acesso à Memória
ISAAR(CPF)	Norma Internacional de Registro de Autoridade para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias
ISAD(G)	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
ISDF	Norma Internacional de Descrição de Funções
ISDIAH	Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico
MAD	Manual of Archives Descriptions
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
RAD	Rules of Archival Description

SAA Sociedade Americana de Arquivistas

TICs Tecnologias da informação e comunicação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA	19
3	PROCESSO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA	27
3.1	NORMA GERAL INTERNACIONAL DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA (GENERAL INTERNATIONAL STANDARD OF ARCHIVAL DESCRIPTION)– ISAD(G).....	30
3.2	NORMA INTERNACIONAL DE REGISTRO DE AUTORIDADE PARA ENTIDADES COLETIVAS, PESSOAS E FAMÍLIAS (INTERNATIONAL STANDARD ARCHIVAL AUTHORITY RECORD FOR CORPORATE BODIES, PERSONS AND FAMILIES) – ISAAR (CPF)	33
3.3	NORMA INTERNACIONAL PARA DESCRIÇÃO DE INSTITUIÇÕES COM ACERVO ARQUIVÍSTICO (INTERNATIONAL STANDARD FOR DESCRIBING INSTITUTIONS WITH ARCHIVAL HOLDINGS) – ISDIAH.....	34
3.4	NORMA INTERNACIONAL DE DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES (INTERNATIONAL STANDARDS FOR DESCRIBING FUNCTIONS) – ISDF.....	35
3.5	A NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA – NOBRADE.....	37
4	INSTRUMENTOS DE PESQUISA: CONTEXTO E EVOLUÇÃO	41
5	ARQUIVOS PERMANENTES: ACESSO E USUÁRIOS	53
5.1	O USUÁRIO NOS ARQUIVOS PERMANENTES.....	55
5.2	O ACESSO AOS ARQUIVOS PERMANENTES.....	61
6	O AtoM COMO FERRAMENTA DE ACESSO	63
6.1	O PROJETO AtoM.....	63
6.1.1	Design baseado nas normas internacionais de descrição arquivística	65
6.1.2	Recursos e aspectos funcionais	65
6.2	BASE ARCH E A EXPERIÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO (DAD) DA CASA DE OSWALDO CRUZ (COC).....	67
6.2.1	Histórico de versões, cooperação técnica e produtos	68

7	OS IMPACTOS DA BASE ARCH NO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO (DAD) DA CASA DE OSWALDO CRUZ (COC)	71
7.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ACESSO AOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS NO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO – (DAD/COC)	71
7.2	O NÚMERO DE ACESSO AOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS.....	80
7.3	OS IMPACTOS NAS ATIVIDADES DE DESCRIÇÃO DOCUMENTAL	83
7.4	IMPACTOS DO AtoM NA ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	90
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
	REFERÊNCIAS.....	99
	APÊNDICE A – RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2008-2009 ONDE É FORMALIZADO A ADOÇÃO DA BASE ARCH E DAS NORMAS ISAD(G) E NOBRADE.....	104
	APÊNDICE B – INVENTÁRIO DO FUNDO OSWALDO CRUZ GERADO A PARTIR DA BASE ARCH COM EXEMPLO DA CODIFICAÇÃO DOS NÍVEIS HIERÁRQUICOS.....	107
	APÊNDICE C - EXEMPLO DE CODIFICAÇÃO DE SÉRIES NA BASE ARCH, TOMANDO COMO EXEMPLO O FUNDO OSWALDO CRUZ.....	110
	APÊNDICE D – EXEMPLO DE INVENTÁRIO ANALÍTICO DO FUNDO ENSP.....	111
	APÊNDICE E – EXEMPLO DE CONSTRUÇÃO DO INVENTÁRIO ANALÍTICO DO FUNDO ENSP.....	114
	APÊNDICE F – INVENTÁRIO CARLOS CHAGAS.....	117

1 INTRODUÇÃO

O tema abordado neste trabalho diz respeito ao impacto das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) nos instrumentos arquivísticos de pesquisa, tendo como objeto de estudo a utilização da plataforma AtoM¹, no Departamento de Arquivo e Documentação (DAD), da Casa de Oswaldo Cruz (COC), unidade responsável pela Gestão de Documentos e pela custódia dos Arquivos Permanentes da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

A última década do século XX foi um período de mudança de paradigmas para a Arquivologia. A revolução eletrônica, e seus impactos nas administrações pública e privada, fez com que os princípios do trabalho arquivístico, os seus métodos, as suas estratégias e as abordagens profissionais fossem repensadas e reavaliadas. A tecnologia da *Internet* e o uso de ferramentas de busca são fatos comuns e disseminados. Uma instituição que não esteja presente na *Web*² corre o risco de cair no esquecimento, ou sequer ser conhecida: a regra “publique ou pereça” juntou-se a “esteja na rede ou desapareça” (BRUEBACH, 2007, p. 40).

Com este avanço, houve um enriquecimento de conteúdo informacional, ante a possibilidade de incorporar e acessar documentos sonoros e de imagem e movimento. A evolução das ferramentas de busca possibilitou uma nova sistemática na localização de arquivos na *Internet*³, permitindo que qualquer informação que esteja na rede possa ser acessada, por qualquer usuário, em qualquer parte do planeta.

- 1 O ICA-AtoM (Conselho Internacional de Arquivos - Acesso à Memória) é um aplicativo para *web* destinado a apoiar as atividades de descrição arquivística, em conformidade com os padrões do Conselho Internacional de Arquivos. 'AtoM' é um acrônimo para 'Access to Memory'. O Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e os colaboradores do projeto ICA-AtoM estão disponibilizando este aplicativo como um *software* livre, de forma que as instituições arquivísticas tenham acesso a um sistema gratuito, multilíngue, fácil de usar e que as permita disponibilizar *online* informações acerca de seus acervos. As normas de descrição arquivística ISAD(G), ISAAR (CPF), ISDF e ISDIAH são contempladas por esta ferramenta.
- 2 Nome pelo qual a rede mundial de computadores se tornou conhecida a partir de 1991, quando se popularizou devido à criação de uma interface gráfica que facilitou o acesso e estendeu seu alcance ao público em geral.
- 3 A *Internet* é um sistema global de redes de computadores interligadas, que utilizam um conjunto próprio de protocolos (*Internet Protocol Suite* ou TCP/IP), com o propósito de servir progressivamente a usuários no mundo inteiro. É uma rede de várias outras redes, que consiste de milhões de empresas privadas, públicas, acadêmicas e de governo, com alcance local e global.

Impulsionados por este avanço tecnológico, novos instrumentos arquivísticos de pesquisa estão surgindo e substituindo gradativamente os sistemas tradicionais de representação dos acervos arquivísticos. A proposta desses novos instrumentos apresenta relação direta com a ampliação do acesso, contribuindo para novos usos e permitindo maior interação entre o usuário, a instituição e o acervo.

Os instrumentos de pesquisa são ferramentas que permitem a identificação, a localização e/ou a consulta aos documentos e/ou informação neles contidos, sendo produto direto da atividade de descrição arquivística. Estas ferramentas de representação dos acervos são obras de referência para o entendimento do conteúdo e do contexto dos fundos de arquivo e das séries documentais.

Lopez (2002) sistematiza os principais instrumentos de pesquisa utilizados nos arquivos brasileiros:

- a) o *guia* é o primeiro instrumento a ser produzido por um arquivo, permitindo um panorama completo do acervo. No guia deverão constar elementos necessários para a orientação dos usuários, desde informações práticas (endereço, telefone ou horário de atendimento) até as mais específicas sobre o acervo;
- b) os *inventários* são os instrumentos de pesquisa que devem ser elaborados após a confecção do guia. Eles oferecem uma visão sumária de um ou mais fundos, ou coleções. O objetivo dos inventários é a descrição das atividades do titular, as séries que integram o fundo, o volume de documentos e as datas limite, assim como os critérios de classificação e ordenação;
- c) os *catálogos* são instrumentos voltados especificamente para a localização de unidades documentais. Os catálogos darão continuidade à descrição das séries iniciadas no inventário;
- d) os *catálogos seletivos* atendem a critérios temáticos, independente de sua posição no plano de classificação, podendo, inclusive, reunir documentos de fundos ou arquivos distintos;
- e) os *índices* apontam nomes, lugares e assuntos. Organizados alfabeticamente, indicam a localização de documentos correspondentes.

Bellotto (2004) observa que os instrumentos de pesquisa tradicionais são reconhecidos pelas suas formas consagradas na literatura arquivística. Entretanto, tais instrumentos tradicionais são limitados quanto à sua possibilidade de disponibilização e uso, principalmente frente às novas possibilidades tecnológicas, que são apresentadas no escopo desta pesquisa.

Diante da necessidade de consolidação da metodologia de trabalho, conhecimento arquivístico, democratização e acesso à informação, frente aos avanços tecnológicos, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) criou um grupo de trabalho responsável por construir uma plataforma (*software*) de descrição arquivística que contemplasse as normas internacionais de descrição, ISAD (G)⁴, a norma internacional de registro de autoridade, ISAAR (CPF)⁵, a norma internacional de descrição de instituições com acervo arquivístico, ISDIAH⁶, e a norma internacional de descrição de funções, ISDF⁷.

Fruto deste grupo de trabalho, o ICA-AtoM teve sua origem motivada pela evolução tecnológica e pela necessidade de uma plataforma baseada nos princípios do *software* livre⁸ (código-fonte aberto) e que atendesse à comunidade arquivística internacional. Toda sua arquitetura é baseada nas normas internacionais de descrição arquivística. Como rápido exemplo das vantagens de sua utilização, pode-se citar a padronização da atividade de descrição, a convergência de formato dos instrumentos de pesquisa, a ampliação do acesso aos acervos e a garantia de interoperabilidade entre as instituições arquivísticas com acervo permanente, possibilitando a formação de redes de arquivos.

Em 2006, foi lançada a primeira versão beta da plataforma ICA-AtoM. No ano seguinte, o Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) da Casa de Oswaldo Cruz (COC)

- 4 A ISAD(G) estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas. Deve ser usada em conjunção com as normas internacionais existentes, ou como base para a sua criação. O objetivo da descrição arquivística é identificar e explicitar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo, a fim de promover o acesso aos mesmos.
- 5 A norma ISAAR(CPF) dá diretrizes para a preparação de registros de autoridade arquivística, que forneçam descrições de entidades (entidades coletivas, pessoas e famílias) relacionadas à produção e manutenção de arquivos.
- 6 A norma ISDIAH determina o tipo de informação que poderia ser incluída em descrições de instituições com acervo arquivístico e fornece orientação sobre como tais descrições podem ser desenvolvidas em um sistema de descrição arquivística.
- 7 A norma ISDF determina o tipo de informação que pode ser incluída em descrições de funções e fornece orientação sobre como tais descrições podem ser desenvolvidas em um sistema arquivístico de informação.
- 8 *Software* livre é uma expressão utilizada para designar qualquer programa de computador que pode ser executado, copiado, modificado e redistribuído gratuitamente pelos usuários. Estes possuem livre acesso ao código-fonte do *software* e fazem alterações conforme as suas necessidades.

começou o desenvolvimento desta ferramenta, batizada como *Base Arch*⁹, a partir do sistema ICA-AtoM. O objetivo era o desenvolvimento de metodologia e ferramenta tecnológica destinada à automação da descrição de acervos arquivísticos médicos e científicos, com o propósito de formar redes cooperativas para intercâmbio de informações via *web*.

Em 2010, o DAD disponibilizou *online* a Base Arch, contendo inicialmente quarenta e sete fundos descritos. Para esta versão, era necessária a tradução de sua estrutura e dos elementos de descrição multinível originalmente disponíveis em língua inglesa e sua estrutura de descrição era baseada na Norma Internacional de Descrição Arquivística ISAD(G).

Como parte do processo de customização do ICA-AtoM, foi decidido que a Base Arch refletiria em sua estrutura a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). A partir de então, a Base passou a ser um repositório de informações sobre o acervo permanente da Fundação Oswaldo Cruz.

A pesquisa na Base Arch apresenta diversos níveis de descrição, partindo do geral (fundo) para o específico (item documental), onde estão descritos documentos institucionais e pessoais, de gênero textual, iconográfico, cartográfico, sonoro, audiovisual, micro-gráfico e eletrônico. Desde então, vem atraindo o interesse de diversas instituições, nas mais distintas áreas de atuação, oriundas de todas as esferas do serviço público.

Com a adoção desta solução tecnológica, a tríade arranjo, descrição e acesso - outrora relegada ao confinamento das instituições e com um caráter estático - se vê envolvida em meio a questões muito mais abrangentes, motivadas pelo surgimento de uma nova geração de instrumentos de pesquisa e a possibilidade de convergência dos formatos clássicos de instrumentos de referência (guia, inventário, catálogo e índice) em um único instrumento eletrônico. Dessa forma, os arquivos se veem diante de novas questões relacionadas à custódia, à preservação, à divulgação, ao acesso e à segurança dos acervos.

9 A base *Arch* é o repositório de informações sobre o acervo arquivístico permanente da Fundação Oswaldo Cruz. A pesquisa na base apresenta diversos níveis de descrição nos fundos e coleções, sob a guarda do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz. Estão reunidos documentos institucionais e pessoais, dos gêneros textual, iconográfico, cartográfico, sonoro, audiovisual, micro-gráfico e eletrônico, que abrangem o período de 1756 até os dias atuais. O sistema utilizado é o AtoM, desenvolvido pelo Conselho Internacional de Arquivos, e customizado pela Casa de Oswaldo Cruz de acordo com normas nacionais e internacionais de descrição arquivística. Disponível em: <<http://arch.coc.fiocruz.br/>>.

Para Andrade e Silva (2008), essa nova geração de instrumentos de pesquisa nos arquivos vem causando impactos na construção e nos usos de conteúdos informacionais via *Internet*. Dessa maneira, as instituições arquivísticas começam a revisar os recursos que disponibilizam aos usuários, para pesquisar em seus acervos. Os instrumentos tradicionais de referência fixados em suporte fixo (papel) e com alcance limitado agora dão lugar a instrumentos mais dinâmicos e assertivos, sendo possível reunir todos os instrumentos de pesquisa em um único instrumento.

Com a *internet*, especificamente o ambiente multimídia denominado *World Wide Web* ou apenas *web*, os arquivistas encontraram novas oportunidades para prover acesso remoto aos usuários dos seus serviços. Uma das oportunidades tornadas possíveis foi a disponibilização dos instrumentos arquivísticos de referência, tornando real o que antes poderia ser apenas um sonho: prover acesso fácil e rápido a qualquer pessoa no mundo. (TIBBO; MEHO, 2001, p. 62).

Os novos instrumentos de pesquisa possibilitam que uma nova gama de usuários tenha acesso aos acervos arquivísticos. Estes novos instrumentos, baseados na tecnologia e no uso da *Internet*, passam a disponibilizar, além de documentos textuais, imagens, áudio e vídeo.

O acesso aos acervos não precisa mais ser presencial; pode ser feito de qualquer lugar do planeta, desde que o usuário tenha disponível o acesso à *Internet*. Desse modo, a garantia ao amplo acesso e o direito à informação, baseados nas novas tecnologias, em especial com a utilização do ICA-AtoM, tem colaborado para a consolidação da cidadania, o fortalecimento da transparência e da democracia e o pleno acesso do cidadão aos acervos arquivísticos permanentes.

Diante de tal cenário de evolução tecnológica e quebra de paradigmas arquivísticos frente às novas tecnologias, **qual será o impacto da utilização da ferramenta ICA-AtoM nas rotinas de descrição e acesso nas instituições arquivísticas com acervo permanente?**

Tomou-se por hipótese para este trabalho que os avanços tecnológicos possibilitaram o aparecimento de uma nova geração de instrumentos de pesquisa e que esta nova condição tem causado impactos diretos nas rotinas das instituições arquivísticas detentoras de acervo permanente.

Como objetivo geral, o trabalho tem como propósito investigar o impacto do processo de adoção, desenvolvimento e implantação do ICA-AtoM, como instrumento de descrição e acesso aos acervos arquivísticos de valor permanente, no Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) da Casa de Oswaldo Cruz (COC).

Como proposta, a pesquisa buscou conhecer quais as mudanças nas atividades de descrição documental, na elaboração dos instrumentos de pesquisa, no acesso aos documentos e na divulgação do acervo do DAD, depois do início da utilização da Base Arch.

Para alcançar os objetivos específicos desta pesquisa, foi feita uma sistematização das relações conceituais entre o instrumento de pesquisa nos arquivos e o surgimento das normas internacionais de descrição arquivística e sua importância para a padronização e o acesso aos documentos, além da caracterização do ICA-AtoM como uma ferramenta de representação e divulgação de acervos arquivísticos, analisando seus impactos no DAD.

A primeira parte destes objetivos compreende as seções 2, 3, 4 e 5 deste trabalho, onde apresentaremos uma análise da evolução histórica da descrição arquivística, do surgimento das normas internacionais de descrição e seus impactos diretos, da importância da padronização deste processo para o acesso aos documentos de arquivo e dos novos instrumentos de pesquisa derivados do desenvolvimento tecnológico, em especial com a utilização da plataforma ICA-AtoM.

A segunda parte dos objetivos específicos foi alcançada após uma pesquisa exploratória e bibliográfica nos manuais do ICA-AtoM e nos protocolos de instalação do *software*, desenvolvidos pela equipe de Tecnologia da Informação da Casa de Oswaldo Cruz, assim como uma análise do histórico de versões das instalações anteriores, relatando os principais recursos aprimorados.

A terceira etapa dos objetivos específicos refere-se a um estudo qualitativo e quantitativo da base de dados relacionada à sala de consulta do departamento, que teve como recorte temporal os anos de 1989 até 2016, assim como contato com os atores responsáveis pelo processo de adoção e desenvolvimento da plataforma tecnológica ICA-AtoM. Os resultados alcançados estão na seção 7 deste trabalho e confirmam o pressuposto desta pesquisa, ao constatar um aumento significativo na consulta ao acervo, a padronização dos instrumentos de

pesquisa e divulgação dos acervos do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz.

A justificativa deste trabalho é a de trazer à luz do conhecimento uma análise da utilização do software ICA-AtoM, como ferramenta de descrição arquivística, e os seus impactos na construção de instrumentos de pesquisa e acesso aos acervos arquivísticos permanentes. O campo empírico desse trabalho será uma análise da experiência do DAD/COC no desenvolvimento e implantação da ferramenta tecnológica ICA AtoM, agora customizada e rebatizada como Base Arch, assim como os impactos que o processo trouxe para as práticas arquivísticas na instituição.

O presente trabalho de pesquisa está estruturado em oito seções. A primeira seção é onde apresentamos uma introdução sobre esta pesquisa, o pressuposto, a justificativa, os objetivos e a metodologia utilizada para a confirmação da hipótese do trabalho.

As seções dois, três, quatro e cinco são o coração da pesquisa, onde estão sistematizados e estruturados os conceitos básicos que serviram de pavimento para que o objetivo desta investigação fosse atingido.

Na seção seis temos o marco empírico da pesquisa, o conhecimento adquirido através da observação da experiência e do senso comum. Nesta seção será observada a documentação, quando do desenvolvimento e customização da Base Arch, que utiliza em sua estrutura a plataforma Access to Memory (AtoM).

Na seção sete, é onde será respondida a questão central desta pesquisa, através da análise e interpretação dos dados coletados, e onde haverá a confirmação da hipótese de que os avanços tecnológicos possibilitaram o aparecimento de uma nova geração de instrumentos de pesquisa. Além disso, sugeriremos que esta nova condição tem causado impactos diretos nas rotinas das instituições arquivísticas detentoras de acervo permanente.

Na seção oito teremos as considerações finais, que apresentarão uma reflexão sobre a utilização da plataforma AtoM como instrumento de acesso, pesquisa e divulgação de acervos arquivísticos e seus impactos nas instituições detentoras de acervo permanente.

2 A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

A descrição documental é uma atividade fundamental para a disciplina arquivística. Diante disso, o grande desafio para arquivos e arquivistas é a reflexão sobre a natureza das informações a serem descritas, frente aos avanços tecnológicos das últimas décadas. Como consequência de um cenário de acesso eletrônico aos documentos e informações arquivísticas e da possibilidade de interoperabilidade entre esses sistemas, surgiu a necessidade da análise das demandas referentes ao processo de padronização da descrição arquivística, tais demandas vieram à tona com o desenvolvimento e a crescente utilização das normas internacionais de descrição.

Segundo a definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, a descrição arquivística é o “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67).

Para Heredia Herrera (1991, p. 300) “a Descrição Arquivística é ponte que faz a ligação entre o documento e o usuário, se configurando como importante ligação entre os questionamentos e indagações do pesquisador e o conteúdo dos acervos arquivísticos, estes representados na forma de instrumentos de pesquisa”.

A descrição arquivística é o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivístico, explicitando o contexto e conteúdo deste acervo. É claramente uma atividade intelectual que demanda competências de interpretação de texto, conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época, além de habilidade com a língua em que estão sendo produzidas as informações descritivas. Segundo a *Society of American Archivists* (2002), seu propósito é o de identificar, gerenciar, estabelecer controle intelectual, localizar, explicar o acervo arquivístico e promover o acesso. (ANDRADE; SILVA, 2008, p. 15).

O objetivo principal da descrição arquivística é a criação de representações sobre determinado acervo documental, tornando acessível o seu contexto e conteúdo.

O conhecimento sobre as origens da descrição arquivística apresentado nesta pesquisa, ainda que de maneira pouco aprofundada, tem por objetivo contextualizar o conhecimento teórico sobre a evolução dos arquivos e da descrição arquivística e o lugar que esta ocupou no curso da história.

O termo descrição vem do latim *descriptio*, que significa o ato de descrever, reproduzir, traçar, delimitar, representar, imitar ou copiar. Os registros mais antigos sobre descrição arquivística são os repertórios de documentos registrados em tabletes de argila encontrados na cidade de Nuzi¹⁰, na Mesopotâmia, em 1500 a.C. A primeira aparição do termo “*archival description*” foi publicada no glossário da *Society of American Archivists*¹¹ em 1974.

A origem dos arquivos se deu com o desenvolvimento da escrita nas civilizações do Oriente Médio, cerca de 6 mil anos atrás. Os arquivos surgiram de forma espontânea nos palácios e templos, criados com o propósito de servir ao Estado. Os principais arquivos da antiguidade são o do Palácio de Elba, onde hoje é a Síria, e o do Arquivo do Templo de Medinet, no Egito. Com caráter meramente administrativo, as práticas arquivísticas deste período não tinham a missão de atender à população, ao pesquisador ou ao estudante. Serviam apenas para garantir os direitos dos Estados e a legitimidade de seus governantes. Sua intenção preambular era auxiliar a administração e permitir a locomoção e consequente preservação dos arquivos, em caso de guerra ou desastres naturais.

Segundo Posner (1984), no Império Romano já existiam algumas regras para a elaboração de registros descritivos, que tinham por objetivo controlar a emissão e o recebimento de documentos. Estes eram copiados por escribas, para a consulta externa, e a forma de recuperação se dava pelo seu arranjo físico e pela sua forma.

Por volta do século XV, com o fortalecimento das Cidades Estado na Europa, os inventários passam a ter o objetivo de fornecer evidências da existência dos documentos, preservando os mesmos em benefício de seus custodiadores. Itália¹² e Alemanha¹³ já possuíam legislação arquivística para o controle de seus acervos.

Com o aparecimento dos estados modernos na Europa e a centralização do poder, surgem os grandes arquivos reais. Esta centralização exigia que os governantes possuíssem um conhecimento maior sobre os governados, fazendo com que esta aglutinação de informações se tornasse uma característica desses Estados por toda a Europa. De acordo com Bellotto (2002),

10 O vestígio mais antigo de descrição arquivística conhecido é um repertório de documentos em placas de argila, encontrado em arquivos privados de Nuzi (Yorgan Tepe), na Assíria, e datado de 1500 a.C.

11 Fundada em 1936, a Sociedade Americana de Arquivistas (SAA) é a maior e mais antiga associação profissional nacional da América do Norte, dedicada às necessidades e interesses dos arquivos e dos arquivistas. A SAA representa mais de 6.200 arquivistas profissionais empregados por governos, universidades, empresas, bibliotecas e organizações históricas nacionais.

12 As compilações de inventários era responsabilidade dos *Archivarus*.

13 Na Alemanha, era utilizado o *registratum*, que era um método segundo o qual qualquer documento enviado ou recebido por uma administração era objeto de um registro, que deveria ser classificado e ordenado.

o uso desses arquivos era basicamente jurídico-administrativo, não havendo ainda utilização para a pesquisa acadêmica ou científica.

A partir da segunda metade do século XVIII, a atividade de descrição documental foi fortemente influenciada pelo Iluminismo¹⁴. Este período foi marcado pelo início da presença de historiadores nos arquivos e da elaboração das atividades de descrição. O modelo proposto para facilitar o acesso aos documentos era por assunto, alinhado com o pensamento iluminista vigente à época.

Tal prática de classificação de documentos (por assunto), ignorando o respeito aos fundos, resultou no desmembramento e na perda dos contextos documentais e administrativos desses arquivos.

Com a Revolução Francesa, no final do século XIX, foram realizadas reformas administrativas e a reestruturação do sistema burocrático das instituições arquivísticas, marcando o início da abertura dos arquivos aos cidadãos. Segundo Bellotto (2002), o uso dos documentos continuava a atender apenas requisitos jurídico-administrativos das relações entre Estado e cidadão.

Entretanto, a grande presença de historiadores nos arquivos, influência direta do iluminismo, fez com que todos os arquivos fossem reunidos e agrupados, não pela instituição que os produziu, mas pelo assunto dos documentos. Esta situação gerou um grande caos, pois documentos de proveniências diferentes eram agrupados, ocasionando a perda de informação do produtor e o contexto de produção do documento. Segundo Duchein (1986), foi exatamente isto o que aconteceu após a Revolução Francesa. Com a criação dos *Archives Nationales*, documentos de várias proveniências foram organizados por assunto e agrupados em um único depósito.

A teoria do respeito aos fundos, proposta pelo historiador francês Natalis de Wailly, em 1841, estabelece que o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado ao de outras entidades produtoras.

[...] reunir os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos providos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo, e dispor de uma determinada ordem os diferentes fundos [...]. Documentos que apenas se refiram a uma instituição, corporação ou família não devem ser confundidos com o fundo dessa instituição, dessa corporação ou dessa família. (FAVIER, 1974, p.135).

14 Com o advento do Iluminismo, os arquivos passaram a ser fontes de pesquisa relacionadas com a história, onde os documentos guardados serviam como instrumentos de pesquisa, para tentar explicar fatos decorrentes da época, dando origem aos documentos de cunho acadêmico.

Com a consolidação da teoria do respeito aos fundos, o arranjo e a classificação se tornaram atividades distintas, sendo que a classificação e a descrição passaram a convergir, em uma tentativa unificada de representação da informação e seu contexto de produção.

Schellenberg (1973) afirma que esta reestruturação resultou em três realizações significativas no saber arquivístico: a criação de uma administração nacional de arquivos, a proclamação do princípio do acesso público aos arquivos e o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos.

Em 1898, foi publicado o *Manual dos Arquivistas Holandeses*¹⁵. Esta publicação é tida por muitos autores e estudiosos da disciplina arquivística como o marco da Arquivologia moderna, tendo em vista que este documento apresentava, pela primeira vez, regras para arranjo e descrição de documentos arquivísticos.

O fato que pode ser considerado um marco na evolução da Arquivística, por ter aberto uma nova era para a afirmação da disciplina, foi, sem dúvida, a publicação em 1898 do manual de Muller, Feith e Fruin [...]. Esta obra representa um grande avanço na teorização arquivística, pelo pensamento que lhe está subjacente e pelo caráter sistemático da sua apresentação. Aspectos que nos nossos dias são considerados essenciais, como o conceito de arquivo, a organização dos documentos, a descrição, os inventários, o uso de normas, etc. (SILVA et al., 1999, p. 115).

Para Heredia Herrera (1982), o desenvolvimento da Arquivologia moderna tem muito a ver com a difusão do manual dos arquivistas holandeses. Na visão de Schellenberg (1973), a tomar como base o ponto de vista da contribuição universal da arquivística, o manual foi a mais importante obra publicada sobre administração de arquivos até então.

Como resultados práticos da publicação do Manual dos Holandeses, tem-se a inserção da Arquivologia na esfera pública, com o reconhecimento da importância dessas instituições, a subordinação da disciplina em relação ao seu objeto e o início de uma tradição “manualística” da área, favorecendo, assim, a utilização de normas para práticas arquivísticas.

Entretanto, Hagen (1998, p.293) faz uma crítica ao manual holandês: “o capítulo dedicado à descrição arquivística no Manual dos Holandeses aborda os procedimentos a serem

15 A maioria dos autores considera a publicação do manual, escrito em 1898 pelos arquivistas holandeses S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin, como marco inaugural do que podemos chamar de uma disciplina arquivística, como um campo autônomo do conhecimento.

seguidos para a elaboração de instrumentos de pesquisa, sem, contudo, definir claramente o que seja o processo de descrição documental”.

A autora afirma que são discutidos os tipos de instrumentos de pesquisa, seu grau de detalhamento e a importância da utilização das regras. Claramente, a intenção do texto é a de estabelecer uma metodologia arquivística. Contrapondo-se às práticas empregadas pelos historiadores, principalmente os que seguiam a doutrina positivista de dedicação ao aprofundamento da descrição do documento, não levando em consideração a importância da contextualização e organicidade, mas sim, seu conteúdo, onde eram “eleitos” e isolados os documentos “mais importantes”.

Segundo Silva et al. (1999), a publicação do manual representou a libertação da arquivística de uma posição secundária, em relação ao historicismo do século XIX, sendo que algumas das regras do manual ainda são bem atuais.

A partir de sua publicação, o Manual dos Holandeses trouxe a descrição para o centro das questões da Arquivologia. Atualmente, a abordagem deste tema tem como foco principal a contextualização de produção documental, com ênfase na história administrativa ou bibliográfica do produtor/acumulador do fundo, assim como as relações de funções e atividades do produtor com a documentação.

Heredia Herrera (1991) relata a importância do processo de descrição documental, considerando a atividade como sendo fundamental para a Arquivologia.

Sem uma descrição adequada, os arquivos são como uma cidade desconhecida, sem plano, como um cofre do tesouro sem chave, ou ainda pior: como um viajante com um mapa inexato, correndo o risco de perder-se; assim um instrumento de descrição errôneo ou imperfeito pode enganar gravemente o investigador, seja por falsa interpretação de outros dados, seja por falta de informações sobre a origem e a história dos documentos. (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 301).

Devido às suas características, o documento de arquivo permite o conhecimento dos eventos administrativos, assim como de suas causas e consequências, servindo, dessa maneira, de prova das atividades e situações que colaboraram para a evolução do curso das atividades, tanto as de caráter pessoal como as de caráter institucional.

Para Duranti (1993), esta capacidade é consequência natural da relação entre os documentos e as atividades da qual eles resultam. Diante do exposto, é possível entender que os responsáveis pela guarda dos documentos devem considerar duas premissas básicas: que os

documentos atestam ações e transações e que sua veracidade depende das circunstâncias de sua criação e preservação.

No início do século XX, segundo Leão (2006), a atividade de descrição nos arquivos passou a adotar o princípio dos respeitos aos fundos¹⁶ e da ordem original¹⁷. Os documentos passam a ser descritos e organizados na mesma ordem em que foram produzidos ou acumulados e a descrição arquivística deixa, então, de ser uma simples ferramenta de controle de acervos para ser de acordo com a autora, um instrumento facilitador da recuperação e contextualização dos documentos.

Neste sentido, o processo de descrição vai perdendo sua função de prestador de contas do acervo, tornando-se um facilitador da recuperação dos documentos e, conseqüentemente, do acesso à informação, para um público cada vez maior e com o propósito de esclarecer as relações de proveniência e de contexto.

Assim, o processo de descrição arquivística abandona a ideia de interesses específicos de pesquisa, passando a dar maior destaque ao contexto e à função e iniciando, com isso, uma nova associação conceitual para a prática.

Qualquer que seja a orientação do trabalho histórico, o pesquisador necessita que o texto seja colocado ao seu alcance. Cabe, portanto, ao elaborador da descrição, aprender, identificar, condensar e, sem distorções, apresentar todas as possibilidades de uso e aplicação da documentação por ele descrita. Se o historiador deve submeter-se às coordenadas que limitam seu trabalho, isto é, à existência de documentos utilizáveis e à lógica de sua própria análise, interpretação e síntese, o arquivista, por seu conhecimento do acervo e por sua técnica de descrição, indexação e resumo, pode fornecer-lhe elementos que muitas vezes permaneceriam para sempre ignorados, gerando lacunas, distorções graves ou até mesmo fatais para a historiografia. (BELLOTTO, 2004, p. 178).

Atualmente, a descrição tem como principal objetivo a representação documental com vistas à preservação de informações sobre acontecimentos, pessoas e instituições do passado, criando condições para o acesso, por intermédio da contextualização dos acervos arquivísticos.

A descrição dos documentos deve ser desenvolvida analisando, em relação à sua entidade produtora, os aspectos substanciais: unidade de organização, funções, atividades, operações, assuntos; e estruturais: classificação/arranjo/ordenação,

16 O princípio do respeito aos fundos é um conceito básico da Arquivística, elaborado pelo historiador francês Natalis de Wailly: o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado ao de outras entidades produtoras.

17 É o princípio segundo o qual os arquivos de uma mesma proveniência devem conservar a organização estabelecida pela entidade produtora, a fim de se preservarem as relações entre os documentos como testemunho do funcionamento daquela entidade. Também chamado de princípio da organicidade.

unidade de arquivamento, datas, tipologia documental e quantidade. (PAES, 2006, p. 127).

Neste processo, o arquivista deve analisar os aspectos físicos e de conteúdo dos documentos, contextualizando-os em seu ambiente de produção.

A descrição deve ser exata, pois os documentos, sendo algo preciso, são testemunhos únicos e concretos, suficiente sobre a unidade que se está informando, sem oferecer mais do que o necessário e oportuno para refletir uma programação que marque uma hierarquia da informação. (HEREDIA HERRERA, 1991, p.301).

Para Cruz Mundet (1994), a descrição é uma atividade fundamental no trabalho arquivístico, tendo como principais objetivos, a construção de instrumentos de pesquisa que tornem acessíveis os fundos documentais de arquivos e um programa de descrição documental com o objetivo de proporcionar a assertividade de dados referentes aos documentos do arquivo, tornando-os acessíveis aos usuários. Como reflexo deste trabalho, os instrumentos de pesquisa devem revelar o conteúdo e o caráter dos documentos, facilitando sua localização e atendendo às demandas de usuários, tonando possível a abertura de vários canais de acesso aos documentos e colocando-os, assim, ao alcance dos usuários.

Com a evolução tecnológica do final do século XX, passou-se a ter um novo entendimento em relação aos arquivos, principalmente em razão de sua crescente importância, em termos de contexto social, inovação e evolução dos suportes de registro e de transmissão da informação, proporcionada pelo uso das chamadas “novas tecnologias”. Estes avanços vêm causando impactos nas rotinas de descrição arquivística e embasaram o surgimento da chamada “nova geração de instrumentos de pesquisa” (ANDRADE; SILVA, 2008).

Diante deste novo cenário, os arquivistas precisam pensar menos em termos de um simples, definitivo e estático processo de arranjo e descrição, substituindo-o pela adoção do contínuo, relativo e fluido processo de arranjo e descrição, para a representação da informação (YAKEL, 2003).

Para Yakel (2003), a descrição desta nova geração de documentos começa na criação dos documentos e se mantém atrelada à sua tramitação e o processo passa a ser contínuo, na medida em que versões, acessos e alteração de redação interferem no conteúdo informacional do documento. A autora nos remete à possibilidade de criação de sistemas, base de dados de

informações arquivísticas estruturadas e documentos de descrição arquivística codificada (EAD-DTD)¹⁸.

Sendo assim, ao se adotar o entendimento da perspectiva contemporânea dos arquivos baseados em uma proposta de “arquivística integrada”¹⁹, o processo de descrição em si tem início na criação do documento, continua durante o processo de avaliação e aprofunda-se nos instrumentos de busca. Estes instrumentos de pesquisa são definidos através do maior ou menor detalhamento de acordo com a intenção em disponibilizar o seu conteúdo (LOPEZ, 2002).

Para Heredia Herrera (1991) a descrição arquivística é condicionada por diferentes níveis de informação, que são determinados pelos grupos documentais. Tais níveis, devem obedecer a escalas hierárquicas, do maior para o menor, sendo cada grupamento definido através de suas relações orgânicas no qual foram produzidos.

18 *Encoded Archival Description* (ou *Descrição Arquivística Codificada*) é uma norma para a codificação de instrumentos de descrição arquivísticos utilizando a linguagem XML, mantida pela Biblioteca do Congresso e pela *Society of American Archivists*. Trata-se de uma DTD (*Document Type Definition*, ou *Definição de Tipo de Documento*) utilizada principalmente por arquivos, bibliotecas e museus, para codificar descrições de fundos arquivísticos, coleções de manuscritos e coleções hierarquizadas de documentos ou objetos (fotografias, microfilmes ou peças de museu).

19 A arquivística integrada tem como proposta tratar a informação desde o nascimento até a sua destinação final.

3 PROCESSO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

O final do século XX foi marcado pelo fenômeno chamado de “era da informação”. A evolução tecnológica modificou as formas de transmissão da informação. O surgimento da *Internet* criou condições para uma série de alterações sociais, políticas e econômicas que ecoaram por todo o planeta, ficando conhecido como o fenômeno da *globalização*.

A *Internet* tornou possível o compartilhamento da informação em tempo real. O paradigma da tecnologia da informação criou condições para uma rede aberta e com a possibilidade de acessos múltiplos.

Esta evolução resultou no aumento da troca de informações e dados e possibilitou a aproximação entre pessoas e instituições. No entanto, para que estas informações e dados fossem compartilhados, tornou-se necessária a adoção de padrões de normatização, que pudessem ser aplicados a informação independente do seu suporte físico.

Perante este cenário, importa destacar a necessidade e a importância da normalização no contexto arquivístico, começando pela terminologia a utilizar, passando pelos procedimentos a adotar na produção e gestão de documentos de arquivo e até, inclusivamente, no acesso e na utilização da informação. (PAIXÃO, 2012. p. 2).

A questão da padronização da descrição arquivística vai além da divulgação de informações na *Internet*. Quando se iniciou o uso dos computadores nos arquivos, a tendência foi a criação de bases de dados separadas por fundos, ou por conjunto de fundos. Esta situação, entretanto, mantinha o antigo paradigma de um instrumento de pesquisa para cada fundo, continuando a obrigar os usuários a percorrerem bases, para levantar os documentos desejados. Deste modo, não se beneficiava do processamento automático, a exemplo do que nas bibliotecas se pratica há mais tempo.

De acordo com Teixeira et al. (2014), a padronização tem como objetivo reduzir as variações nos processos de trabalho, atendendo às expectativas dos usuários, de forma regular e com o menor custo possível. O ato de padronizar não significa perda de criatividade e flexibilidade, mas, sim, a busca de excelência em seus processos, em benefício de seus usuários.

Tais benefícios, segundo o autor, podem ser: **qualitativos** – utilização adequada de recursos, uniformização, qualificação profissional, conhecimento tecnológico e transferência de tecnologia – e **quantitativos** – redução de custos, padronização de componentes e

equipamentos, redução de redundância, aumento de produtividade, qualidade e controle de processos.

Com a popularização da *web*²⁰, o conteúdo informacional foi potencializado, a informação disponível passou a ser acessada a qualquer momento e seu conteúdo ficou mais atraente com o aparecimento dos documentos multimídia. Paralelamente a este desenvolvimento, surgiram as primeiras ferramentas de busca²¹, que têm como finalidade a recuperação de informação, de documentos e de serviços na *Internet*, através da busca por palavras-chave indexadas aos documentos. Desta maneira, qualquer informação ou documento pode ser acessado, disseminado e compartilhado, de qualquer ponto do planeta.

Para Cendón (2001), a evolução dos mecanismos de busca tem transformado a *web* em um serviço de informação de abrangência universal, gerando usuários cada vez mais interessados na eficiência e na rapidez de uma busca intuitiva e precisa para o acesso à informação.

Estas questões ligadas ao desenvolvimento tecnológico indicavam a necessidade da criação de normas padronizadas de descrição. Tal solução passou a ser necessária, para além dos limites de cada instituição, na medida em que a conexão entre os computadores criou um universo, ainda que virtual, de um acervo de dimensões monumentais. Paralelamente, cresceram nos pesquisadores expectativas por respostas que atendessem plenamente às questões de suas pesquisas.

Segundo Menne-Haritz (1994), as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por intensas discussões acerca da descrição arquivística. A partir de então, o tema recebe mais atenção dos pesquisadores e este processo se relaciona com o surgimento das normas internacionais de descrição arquivística, nas primeiras décadas do século XXI.

20 A *world wide web* (termo inglês que, em português, se traduz literalmente por "teia mundial"), também conhecida como *web* ou *www*, é um sistema de documentos em hipermídia (hipermídia) que são interligados e executados na *Internet*. Os documentos podem estar na forma de vídeos, sons, hipertextos e figuras. Para consultar a informação, pode-se usar um programa de computador chamado *navegador* para descarregar informações (chamadas "documentos" ou "páginas") de servidores *web* (ou "sítios" - *sites*, em inglês) e mostrá-los na tela do usuário.

21 Ferramenta de busca (em inglês, *search engine*) é um programa desenhado para procurar palavras-chave fornecidas pelo utilizador em documentos e bases de dados. No contexto da *Internet*, um motor de pesquisa permite procurar palavras-chave em documentos alojados na *world wide web*, como aqueles que se encontram armazenados em *websites*.

Ao ponderar sobre a normalização do processo de descrição arquivística, Menne-Haritz (1994) denuncia que a normalização da descrição tem a pretensão de apresentar fórmulas “mágicas” para o trabalho correto. Esta crítica é um alerta sobre o risco de representações ineficazes e, por consequência, instrumentos de pesquisa com elevado grau de inutilidade. Apesar das críticas iniciais, reconhece-se que as normas são instrumentos importantes para auxiliar no objetivo de disponibilizar informações arquivísticas para o acesso.

À medida que mais instituições arquivísticas se integram à *web*, cresce a necessidade de se garantir padronização da informação, que leve em consideração as características da informação arquivística e a sua disponibilização. Com o uso dos computadores, as instituições arquivísticas modificaram a dinâmica de descrição de seus acervos, visando melhorar o acesso, a integridade das informações e a possibilidade de criação de redes de arquivos.

Segundo Leão (2006), o processo internacional de normalização de descrição documental teve início em 1988, em um encontro na cidade canadense de Ottawa. Na ocasião, foi decidido que o CIA deveria avaliar as normas existentes e determinar a viabilidade para a criação de um instrumento normativo internacional para a descrição arquivística.

Ainda segundo Leão (2006), este grupo apresentou um plano de trabalho que analisou os padrões de descrição existentes em diferentes países, sendo então elaborado o *Statement of principles regarding archival description*²². Este documento tinha por objetivo fixar os princípios de base sobre o trabalho arquivístico de descrição. Utilizou-se como ponto de partida os projetos APPM (EUA) (HENSEN, 1989), RAD (Canadá) (PLANNING COMITEE IN DESCRIPTIVE STANDARDS, 1990) e MAD (ING) (COOK; PROCTER, 1989), documentos fundamentados em códigos de catalogação bibliográfica.

O *Archives, Personal Papers and Manuscripts* (APPM), de Steven Hensen, foi o primeiro manual para a descrição de documentos de arquivo desenvolvido nos Estados Unidos da América. Publicado pela *Library of Congress*²³ em 1983, teve impacto positivo no processo de normalização da descrição, utilizando princípios fundamentais da Arquivologia, como o princípio da proveniência.

- 22 O trabalho da Comissão de Normas de Descrição do ICA teve a sua origem numa reunião de peritos sobre normas de descrição, realizada em Ottawa, Canadá, de 4 a 7 de outubro de 1988. A reunião foi organizada e patrocinada pelo Arquivo Nacional do Canadá, em cooperação com o Conselho Internacional de Arquivos.
- 23 É a biblioteca de pesquisa do Congresso dos Estados Unidos, sendo *de facto* a biblioteca nacional dos Estados Unidos e a instituição cultural mais antiga daquele país.

O *Rules and Archival Description* (RAD) foi publicado no Canadá em 1990. Sua estrutura está dividida em duas partes. Na primeira, são apresentados os elementos descritivos, distribuídos por nove áreas: título e menção de responsabilidade; edição; classe de especificações de material; datas; descrição física; séries do editor; descrição arquivística; notas; e número normalizado. A segunda parte contém a referenciação dos pontos de acesso à informação.

A primeira edição do manual *Manual of Archival Description* (MAD) foi publicada em 1986, na Grã-Bretanha, pela *The Society of Archivists*²⁴. O texto desenvolvido por Michael Cook e Kristina Grant, objetivou formular uma norma para a descrição arquivística. Sua estrutura é dividida em cinco partes. A primeira parte consiste numa introdução geral, contendo os princípios gerais da descrição arquivística, os requisitos necessários e os problemas existentes. A segunda parte é dedicada aos elementos e à estrutura da descrição, composta por dois setores: o da descrição arquivística e o da informação de gestão. A terceira parte contém formatos de descrição recomendados para a elaboração de diferentes apresentações dos instrumentos de descrição. A quarta inclui exemplos da aplicação do manual em diferentes níveis de descrição. Por fim, a quinta parte contém recomendações para a descrição de documentos concretos e em suportes especiais, como as fotografias, os registros em áudio e vídeo, e os materiais cartográficos, dentre outros.

Para Andrade (2010), as tradições arquivísticas nacionais representam diferentes políticas de descrição de acervos entre as instituições de custódia. No entanto, a necessidade de padronização internacional da descrição da informação arquivística, no final da década de 90, demandou que normas orientassem esta atividade.

3.1 NORMA GERAL INTERNACIONAL DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA (GENERAL INTERNATIONAL STANDARD OF ARCHIVAL DESCRIPTION) – ISAD(G)

Em 1990 uma Comissão Ad Hoc do Conselho Internacional de Arquivos consolidou o texto da *General International Standard of Archival Description* (Norma Geral Internacional

24 A Sociedade de Arquivistas (SOA) é o principal organismo profissional dos arquivistas do Reino Unido.

de Descrição Arquivística) (ISAD(G))²⁵. A norma viria a ser publicada em português no ano de 2001 (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006).

Disseminado internacionalmente para críticas e comentários, esse documento foi revisto em Madri, em janeiro de 1992, passando a se constituir como *Statement of Principles Regarding Archival Description*. Na mesma reunião, foi elaborada a primeira versão da ISAD(G). [...]. Em 1993, em Estocolmo, a Comissão aprovou o texto da ISAD(G), encaminhando-o para publicação, sendo decidido que num prazo de cinco anos seria novamente revisto. (LEÃO, 2006, p. 4).

A norma ISAD(G) tem como objetivo o estabelecimento de diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas, devendo ser utilizada em conjunto com as normas nacionais (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2001). Segundo Leão (2006), estas diretrizes compreendem a identificação do nível de descrição dos documentos, do contexto no qual os documentos estão inseridos, suas características extrínsecas e intrínsecas e seu conteúdo.

A norma é composta por uma estrutura com sete áreas de descrição, subdivididas em 26 elementos (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2001), compreendendo:

- a) o nome do elemento;
- b) seu objetivo;
- c) as regras a ele(s) aplicável(is);
- d) exemplos que explicam a aplicação da(s) regra(s).

Os elementos são distribuídos nas seguintes áreas:

A área de **identificação** contém cinco elementos indispensáveis para a identificação da unidade a ser descrita. Seus principais campos são o *código de referência*, onde temos o identificador da unidade de descrição. O campo *título* deve conter o título original ou, no caso de inexistência, um título atribuído, que deve ser elaborado a partir de informações extraídas da unidade de descrição. No campo *data* devem ter identificadas e registradas as datas da unidade de descrição. O campo *nível da descrição* informa o nível hierárquico dentro da unidade de descrição. O campo *dimensão e suporte* contém a dimensão física da unidade de descrição e

25 Os primeiros esboços da norma foram desenvolvidos em 1988, com o suporte da UNESCO. Em 1990, foi desenvolvida uma primeira versão pela Comissão Ad-Hoc para as Normas de Descrição (ICA/DDS), que, mais tarde, tornou-se um comitê permanente no Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Pequim (China), em 1996. Esta primeira versão foi publicada em 1994. Neste mesmo ano, o Comitê de Normas de Descrição assumiu o processo de revisão, já anunciado na primeira versão da ISAD(G) como principal tarefa a realizar entre 1996-2000. A revisão foi concluída na terceira reunião plenária do Comitê, em Estocolmo (Suécia), e impressa no início do ano 2000. Em setembro de 2000, a segunda versão foi disponibilizada para todos os interessados, no XIV Congresso Internacional de Arquivos, em Sevilha (Espanha).

deve ser feito por gênero documental e, como unidade de quantificação, devemos sempre utilizar metros lineares (m).

A área de **contextualização** possui quatro campos. É nesta área onde se registra a origem (proveniência) e a custódia da unidade de descrição. Nela, deve-se registrar o nome do produtor, a sua história administrativa (se for um fundo institucional) ou sua biografia (caso seja um fundo pessoal), a história arquivística onde é registrada toda natureza de acumulação do acervo - suas sucessivas transferências, trocas de propriedade e intervenções técnicas ao longo dos tempos - e a procedência, contendo o nome da entidade que a encaminhou, sua forma de aquisição e a especificação dos termos de doação (se houver).

A área de **conteúdo e estrutura** contém cinco campos de descrição. É onde são registradas as informações sobre o conteúdo (assunto) e a organização da unidade a ser descrita. Esta área contém os seguintes campos de identificação: *âmbito e conteúdo*, onde são registrados, de acordo com o nível de descrição, o contexto histórico e geográfico, o tipo documental, o assunto e a estrutura da informação; *avaliação e seleção*, onde devemos registrar critérios para a avaliação, seleção, eliminação planejada para a unidade de descrição; *incorporações previstas*, onde devemos informar se existem parcelas a serem incorporadas ao acervo, assim como uma previsão destas incorporações; e o campo *sistema de arranjo*, o qual deve conter a organização da unidade de descrição, seu estágio de tratamento técnico, assim como sua estrutura, organização ou sistema de arranjo.

A área de condições de acesso e uso contém cinco campos de descrição, onde são informadas as condições de acessibilidade à unidade de descrita. No campo *condições de acesso*, deve-se informar se o acesso é livre ou restrito e, no caso de restrição, esta deve ser informada. As *condições de reprodução* devem ser indicadas quanto a quaisquer restrições de reprodução da unidade de descrição. Neste campo, deve-se registrar qualquer idioma que não seja o português. No campo *características físicas e requisitos técnicos* devem-se relatar problemas decorrentes do estágio de conservação que porventura venham a afetar o acesso à unidade de descrição. Este campo informa ao usuário a necessidade de equipamentos especiais para acesso. O campo *instrumentos de pesquisa* deve conter a existência ou não de instrumentos de pesquisa, publicados ou não.

A área de **fontes relacionadas** é composta por quatro campos e contém informações sobre outras fontes que possuam relações com a unidade de descrição. O campo *existência e localização de originais* deve conter registros sobre a localização de originais e se estes pertencem à entidade custodiadora ou a outra entidade. *Existência e localização de cópias* informam se existem cópias na unidade custodiadora ou em outra unidade, assim como sua

localização, *site* na *Internet* ou endereço físico. As *unidades de descrição relacionadas* devem conter informações sobre a existência de unidades de descrição que sejam relacionadas por proveniência ou outras formas de associação na mesma entidade custodiadora. As *notas de publicação* devem conter as referências bibliográficas de publicações sobre a unidade de descrição relacionada, ou elaborada com base no seu uso, estudo ou análise.

A área de **notas** é onde se registram informações sobre o estado de conservação da unidade de descrição, ou qualquer outra informação que não tenha lugar nas áreas anteriores. Nesta área são registradas informações sobre pontos específicos dos elementos de descrição.

A área de **controle da descrição** contém informações sobre os elaboradores e o local onde a descrição foi elaborada. Possui três campos, a saber: *Notas do arquivista, regras ou convenções* e a *data da descrição*.

Cabe, por fim, salientar que a norma ISAD(G) contém regras gerais para descrição arquivística, que podem ser aplicadas independentemente da forma ou do suporte dos documentos (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2001).

A utilização da norma ISAD(G) assegura a produção de descrições arquivísticas que favorecem a recuperação e a troca de informações sobre documentos de arquivo, possibilitando, dessa maneira, o compartilhamento de informações e dados descritivos, tornando possível a integração de descrições originárias de diferentes entidades custodiadoras, visando um sistema unificado de informação arquivística.

3.2 NORMA INTERNACIONAL DE REGISTRO DE AUTORIDADE PARA ENTIDADES COLETIVAS, PESSOAS E FAMÍLIAS (INTERNATIONAL STANDARD ARCHIVAL AUTHORITY RECORD FOR CORPORATE BODIES, PERSONS AND FAMILIES) – ISAAR (CPF)

Em 1996, foi publicada pela CIA a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR(CPF))²⁶. Esta norma define

26 A primeira edição foi desenvolvida entre 1993 e 1995, e publicada em 1996. A segunda edição, de 2004, contém uma seção descrevendo o modo como os registros de autoridade arquivística podem se ligar à documentação de arquivo e a outros recursos, incluindo as descrições arquivísticas segundo a norma ISAD(G).

regras para o registro de autoridade arquivística, que forneça descrição de entidades coletivas, famílias e pessoas relacionadas à produção e manutenção de arquivos. A primeira edição foi formulada entre os anos de 1993 e 1995 e sua versão final foi apresentada no ano de 1996. Em 2004, durante o congresso do CIA em Viena, na Áustria, foi apresentada uma atualização, que se mantém até os dias de hoje.

A norma ISAAR(CPF) tem como questão central a necessidade de elaboração de vocabulários controlados, tendo os termos utilizados como pontos de acesso para a pesquisa. A norma sugere uma listagem controlada dos nomes de instituições, famílias e pessoas produtoras de arquivo, assegurando que não sejam utilizados nomes diversos para uma mesma entidade. Tal cenário dificultaria o acesso por parte do pesquisador.

Além do nome, a norma tem como objetivo a estruturação de campos contextuais, contendo: localização, área geográfica e de atuação, situação legal, nacionalidade, estrutura administrativa, atribuição, e relações com outras pessoas, famílias ou instituições.

3.3 NORMA INTERNACIONAL PARA DESCRIÇÃO DE INSTITUIÇÕES COM ACERVO ARQUIVÍSTICO (INTERNATIONAL STANDARD FOR DESCRIBING INSTITUTIONS WITH ARCHIVAL HOLDINGS) – ISDIAH

Em 2008, o CIA publicou a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico – ISDIAH²⁷. A norma apresenta regras para a normalização de descrição de instituições, família ou pessoa produtora ou custodiadora de acervo arquivístico, orientando

27 Na primeira reunião da Seção Provisória, em Berna, Suíça, em junho de 2005, foi tomada a decisão de levar adiante questões identificadas pelo antigo Comitê de Normas de Descrição (CIA/CND). Assim, um grupo de trabalho foi criado para esboçar uma norma acerca das instituições que custodiam materiais arquivísticos e dos serviços que oferecem aos usuários, conforme sugerido por alguns membros da comunidade arquivística internacional. Uma versão preliminar foi preparada em Milão, em janeiro de 2006, e discutida, emendada e ampliada em Madri, em maio de 2007. Esta versão preliminar circulou para comentários, entre a comunidade internacional arquivística, de julho a novembro de 2007. Na reunião em Londres, em março de 2008, o grupo de trabalho considerou os comentários recebidos durante a revisão mundial e alterou a versão preliminar, como apropriado. Então, o secretariado do CIA/CBPN preparou as versões finais em inglês e francês. A norma foi enviada à comissão do programa do CIA, acompanhada de um resumo do seu processo de desenvolvimento e das opiniões sobre ela expressadas, para ser aprovada e submetida ao endosso formal do Conselho Executivo. A versão final da norma foi apresentada no Congresso do CIA em Kuala Lumpur, em 2008.

de forma prática a identificação e contato com os custodiadores, assim como provê orientação sobre o acesso aos acervos e os serviços disponíveis

O objetivo desta norma é o de facilitar a descrição de instituições cuja função principal seja a guarda de acervo arquivístico e torná-lo disponível para a sociedade. A norma se estende também para famílias e pessoa física.

Os elementos de descrição para instituições com acervo arquivístico estão organizados em seis áreas de informação (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2009).

A primeira área, de **identificação**, tem por objetivo o reconhecimento da instituição com acervo arquivístico permanente e a definição e normalização dos pontos de acesso. Os cinco campos que fazem parte da área de identificação são: o *identificador*, onde é recomendado o uso do CODEARQ²⁸, sempre que for possível. O campo *forma autorizada do nome* tem como finalidade a normalização do nome da instituição com acervo arquivístico. O campo *formas paralelas do nome* indica as variadas formas autorizadas do nome de uma instituição arquivística. *Outras formas do nome* é um campo que contém qualquer outro nome pelo qual a instituição é reconhecida e que são elementos relevantes em uma pesquisa. O campo *tipo de instituição com acervo arquivístico* registra se a instituição é nacional, estadual ou municipal, se é religiosa, militar, escolar e assim por diante.

A segunda área, **área de contato**, visa como contatar a instituição com acervo arquivístico. Os campos são: endereço, telefone, e-mail, fax e responsáveis para contato.

A terceira área é a de **descrição**, onde se devem fornecer informações sobre a história administrativa da instituição, sua estrutura atual e a sua política de aquisição de acervos arquivísticos. Esta área possui quatro campos, a saber: *história da instituição com acervo arquivístico*, onde devem ser registradas informações sobre a história da instituição, data de criação, informação sobre mudanças de nome, de mandato legal ou qualquer informação relacionada à instituição. O campo *contexto cultural e geográfico* é a identificação de qual área geográfica pertence à instituição com acervo arquivístico, assim como seu contexto cultural. O campo *mandato e fontes de autoridade* deve conter os atos legais de criação da instituição custodiadora. O campo *política de gestão e de entrada de documentos* define o âmbito e a

28 O Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), estabelecido pela Resolução nº 28, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), tem por finalidade conferir às instituições detentoras de acervos arquivísticos o código previsto pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), que possibilita identificar quais são as entidades custodiadoras de acervos arquivísticos no Brasil, permitindo assim o acesso a informações gerais sobre a missão institucional das mesmas, seu acervo e seus contatos.

natureza do material arquivístico que a instituição recebe. O campo *instrumentos de pesquisa, guias ou publicações*, procura informar ao usuário, quais instrumentos de pesquisa a instituição possui à disposição.

Na área de **acesso**, têm-se informações sobre a forma de acesso à instituição, o horário de funcionamento, as condições e os requisitos para o acesso e uso, além das questões de acessibilidade.

Na área de **serviços**, são inseridas todas as informações necessárias sobre os serviços técnicos oferecidos pela instituição com acervo arquivístico (serviço de pesquisa, reprodução e as áreas públicas da instituição).

Na área de **controle** se têm registradas informações sobre como e quando foi criada a instituição e a forma como ela é mantida. Esta área possui nove campos: *identificador da descrição; identificador da instituição; regras e convenções utilizadas; status; nível de detalhamento; data de criação, revisão ou obsolescência; idiomas ou sistemas de escrita; fontes e notas de publicação*.

3.4 NORMA INTERNACIONAL DE DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES (INTERNATIONAL STANDARDS FOR DESCRIBING FUNCTIONS) – ISDF

Ainda no ano de 2008, o CIA publicou a norma ISDF²⁹, que fornece diretrizes para a preparação de descrição de funções de entidades coletivas associadas à produção e à manutenção de arquivos. A análise das funções de entidades coletivas é importante como base para as atividades de arquivamento.

Por serem mais estáveis que a estrutura, as funções são apropriadas para servir de base para o arranjo, a classificação, a descrição e a avaliação de documentos, como ferramenta de

29 A ISDF resultou do reconhecimento da importância das funções no contexto da produção documental das organizações. Para desenvolver esta norma, o grupo de trabalho recorreu a modelos de descrição de análise de funções utilizados nos arquivos da Austrália, Canadá, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos da América. Além disso, seguiu as normas ISO 15489 - *International Standard on Records Management* (2001) e a ISO 23081-1:2006 - *Information and documentation - Records Management Processes - Metadata for Records - Part 1: Principles* (2006-2007). A versão preliminar foi divulgada internacionalmente em 2006, e as contribuições recebidas a nível mundial foram levadas em consideração na reunião do Comitê de Boas Práticas e Normas que se realizou em Dresden, em maio de 2007, tendo como resultado final a atual norma.

recuperação e análise. A descrição das funções ajuda na contextualização dos documentos, explicando sua produção, uso e caráter orgânico dentro do acervo.

Os elementos de descrição estão organizados em quatro áreas de informação. A área de **identificação** tem como objetivo normatizar os pontos de acesso e possui cinco campos, a saber: *tipo, forma autorizada do nome, forma paralela do nome, outras formas do nome e a classificação*.

A área de **contextualização** contém informações acerca da natureza e o contexto da função. Possui quatro campos: *data, descrição, história e legislação*.

A área de **relacionamentos** é onde se registram e se descrevem as relações com outras instituições. Possui cinco campos: *forma autorizada do nome e o identificador da função relacionada, o tipo, a categoria de relacionamento e descrição* desse relacionamento e as *datas*.

A área de **controle** é onde a descrição de uma função é devidamente identificada e registrada. É nesta área que se descreve a informação de como, quando e em qual instituição arquivística a descrição foi criada e mantida. Esta área possui seis campos: *identificador da descrição da função, identificador da instituição, as regras e convenções utilizadas, o status, o nível de detalhamento, a data da criação, revisão e obsolescência, os idiomas e as formas de escrita, as fontes e notas de manutenção*.

Em pouco mais de uma década, os arquivos passaram a contar com quatro normas internacionais para descrição, no lugar da ausência de padronização da descrição arquivística. A adoção dessas normas agilizou o trabalho do arquivista e permitiu a possibilidade de construção de redes nacionais ou internacionais de informação, na medida em que torna possível a integração de descrições de diferentes instituições em um sistema único de informação.

No entanto, Lopes (2009), sinaliza que, mesmo sendo ferramentas fundamentais para a descrição de fundos e coleções, as normas não podem ultrapassar o sentido da descrição documental, que é o acesso aos recursos arquivísticos do interesse de cada usuário, de uma maneira rápida, fácil e menos custosa.

Hagen (1998) destaca a importância de serem seguidas algumas regras de tratamento documental para a descrição de um fundo. Neste sentido, a norma ISAD(G) supre uma carência,

possibilitando descrições coerentes e apropriadas para a recuperação de informações sobre documentos arquivísticos.

3.5 A NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA – NOBRADE

Segundo Andrade (2007), a ISAD(G) é uma norma pronta para o uso. Porém, devido a seu alto grau de generalidade, estimula os países interessados em padronizar suas atividades de representação da informação arquivística. O Brasil foi um dos países que considerou necessária a adequação da ISAD(G) e, em 2007, publicou a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)³⁰.

Elaborada pela Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA), do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), a NOBRADE foi aprovada pela Resolução nº 28 de 17 de fevereiro de 2009.

O seu objetivo é a contextualização da descrição arquivística no Brasil, estabelecendo diretrizes que visam facilitar o acesso e o intercâmbio de informações no cenário nacional.

A NOBRADE não é uma mera tradução das normas ISAD(G) e ISAAR(CPF), que já existem e estão publicadas. Seu objetivo, ao contrário, consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava importantes, porém, de foro nacional. Esta norma deve ser intensamente divulgada no âmbito das instituições arquivísticas e nos eventos ligados aos profissionais da área, de modo a possibilitar o seu aperfeiçoamento. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 9).

30 A NOBRADE estabelece diretrizes para a descrição, no Brasil, de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD(G) e ISAAR(CPF). Tem como objetivo facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. Embora voltada preferencialmente para a descrição de documentos em fase permanente, pode também ser aplicada à descrição em fases corrente e intermediária.

Quanto às suas características, a NOBRADE é voltada para a descrição de documentos em fase permanente, podendo ser também utilizada nas fases corrente e intermediária. A proposta da norma é interferir o mínimo na forma final do trabalho de descrição arquivística.

Segundo Andrade (2007), a NOBRADE é uma norma pensada de forma que seja possível utilizá-la em sistemas de recuperação de informação manual ou automatizada. Porém, não estabelece formatos de entrada ou saída de dados.

Ao apresentar seus campos descritivos, a norma possibilita certa autonomia para a instituição detentora de acervo arquivístico, na elaboração de sua política de descrição. Para Andrade (2007), isso garante a cada instituição uma privilegiada situação de escolha sobre a disciplina descritiva e a liberdade de ação em seu contexto de recursos humanos, acervo, conhecimento técnico e de tecnologia.

A NOBRADE evidencia seu objetivo ao afirmar que:

[...] Estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns, buscando interferir o mínimo possível na forma final em que as descrições são apresentadas. Cabe a cada entidade custodiadora e a seus profissionais a decisão acerca dos recursos utilizados para a descrição, bem como o formato final de seus instrumentos de pesquisa, sendo apenas imprescindível a presença dos elementos de descrição obrigatórios. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 11).

A norma brasileira apresenta dois pressupostos básicos: o *respeito aos fundos* e a *descrição multinível*. O respeito aos fundos é um dos princípios básicos da Arquivologia: “é o agrupamento sistemático dos papéis de um fundo de forma a não se misturarem com os demais fundos” (BELLOTTO, 2004, p. 29). Já a descrição multinível é aquela realizada do geral para o particular, “onde o arquivista representa a formação hierárquica do arranjo documental, representando, dessa maneira, cada parte de sua estrutura e relacionando informações importantes de cada nível de descrição sem, no entanto, repetir informações à medida que avançam nos níveis” (ANDRADE, 2007, p. 78).

A NOBRADE possui seis níveis principais de descrição - entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5) - e oito áreas que se utilizam de 28 elementos de descrição.

A área de **identificação** (1) é onde são registradas as informações que identificam a unidade descrita. Conta com cinco campos: *código de referência, título, data, nível de descrição e dimensão e suporte*.

A área de **contextualização** (2) é responsável pelo registro de informação sobre a proveniência e custódia da unidade descrita. Possui quatro campos, a saber: *nome do produtor, a história administrativa ou biografia da unidade de descrição, história arquivística e a procedência*.

A área de **conteúdo e estrutura** (3) é onde se deve registrar a organização e o assunto da unidade de descrição. Esta área possui quatro campos: *âmbito e conteúdo, avaliação, eliminação e temporalidade, incorporações e o sistema de arranjo*.

A área de **condições de acesso e uso** (4) contém informações sobre como o acesso a esta unidade de descrição é feito. Possui cinco campos: *condições de acesso, condições de reprodução, o idioma da unidade de descrição, as características físicas e os requisitos técnicos para o acesso e os instrumentos de pesquisa à disposição*.

A área de **fontes relacionadas** (5) contém informações sobre outras fontes relativas à unidade de descrição. Possui quatro campos para preenchimento: *existência e localização dos originais, existência e localização de cópias, unidades de descrição relacionadas e notas sobre a publicação*.

A área de **notas** (6) deve conter informações sobre o estado de conservação da unidade de descrição ou qualquer outra informação que não tenha lugar definido nas outras áreas de descrição. Esta área possui dois campos de preenchimento: *notas sobre conservação* [este elemento de descrição não existe na ISAD(G)] e as *notas gerais*.

A área de **controle de descrição** (7) contém informações sobre a descrição elaborada. Como essa descrição foi feita, quando foi feita e por quem foi feita. Possui três campos para preenchimento: *nota do arquivista, regras ou convenções e data da descrição*.

E, por fim, tem-se a área de **pontos de acesso e descrição de assuntos** (8). Esta área é exclusiva da NOBRADE e não faz parte da ISAD(G). Possui apenas um campo de descrição: *ponto de acesso e indexação por assuntos*.

Esta área da NOBRADE exige uma atenção periódica por parte da entidade custodiadora, pois, para a utilização deste campo, é necessário estudo, definição e avaliação constante em relação à política empregada para a recuperação da informação, assim como a política empregada para a indexação de assuntos.

O objetivo deste campo é o registro de termos para a recuperação de conteúdo dos documentos, através de índices baseados no controle de vocabulário e de formas autorizadas de entradas. O propósito é identificar os pontos de acesso e realizar sua indexação controlada, visando otimizar a realização da pesquisa.

Dos 28 elementos de descrição, sete são elementos obrigatórios: o código de referência, o título, as datas, o nível da descrição, dimensão e suporte, nome do produtor e condições de acesso, somente nas descrições de nível 0 e 1.

A padronização proposta pelas normas de descrição e, em especial, a NOBRADE, contribui para a economia de recursos e para a otimização da recuperação da informação, todavia, cabe a cada entidade custodiadora de acervo arquivístico e a seu corpo técnico decidirem sobre o formato dos instrumentos de pesquisa, pois a norma apenas orienta, com princípios gerais.

Para Andrade (2007), a utilização de normas traz inúmeras vantagens inerentes à padronização e racionalização de procedimentos e processos. No caso da NOBRADE, o salto de qualidade seria a representação temática. Ao concordar com o autor, podemos observar que a utilização da NOBRADE favoreceu o surgimento de uma nova geração de instrumentos arquivísticos de pesquisa.

4 INSTRUMENTOS DE PESQUISA: CONTEXTO E EVOLUÇÃO

Um dos maiores desafios para as instituições arquivísticas é a ampliação de sua capacidade de atendimento aos usuários de seus acervos. Nas últimas décadas, é notória a diversificação deste público, anteriormente composta quase que exclusivamente por historiadores.

A Revolução Francesa, apesar de estabelecer a patrimonialização e a nacionalização dos acervos documentais públicos e privados, não reconheceu os arquivos como patrimônio cultural. Por outro lado, ainda que o acesso aos documentos sob guarda do poder público tivesse sido legalmente franqueado aos cidadãos, os arquivos franceses continuaram a ser frequentados prioritariamente por historiadores e por aqueles vinculados à administração. (MIRANDA, 2011, p. 2).

A partir do século XIX, os arquivos passaram a ser instituições públicas, voltadas para a preservação da cultura e do desenvolvimento da identidade nacional, integrando o Estado e a sociedade civil. O objetivo era o de que os usuários passassem a entender o arquivo como um local de pleno acesso à informação, construção de uma identidade social, exercício da cidadania e também como instrumento de desenvolvimento cultural. Para se chegar a este propósito, era necessário o aumento do nível de qualidade da construção e disponibilização dos instrumentos arquivísticos de pesquisa.

Por natureza, os instrumentos de pesquisa são o resultado direto da atividade de descrição arquivística. Através deles, são criadas representações lógicas sobre todo o acervo ou partes dele. Segundo Calderón (2003, p. 15), “os instrumentos de pesquisa são constituídos por representações dos documentos e/ou conjuntos documentais, utilizando para isso os elementos formais e de conteúdo dos documentos”.

A autora segue a definição clássica de instrumento de pesquisa, publicada no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67): “a descrição é o conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para a elaboração de instrumentos de pesquisa”.

Sendo assim, entende-se que o instrumento de pesquisa é uma ferramenta que permite a identificação, a localização ou a consulta a documentos ou a informações neles contidas. A expressão é normalmente empregada em ações relativas a arquivos permanentes.

Os instrumentos de pesquisa são obras de referência que identificam e localizam em diferentes graus e amplitudes os fundos, séries ou unidades documentais existentes em um arquivo permanente, sendo, portanto, a representação da realidade informacional que caracteriza os arquivos permanentes. Sua finalidade é a de promover o acesso aos documentos/informação, possibilitando a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização. (BELLOTTO, 2006, p. 180).

A partir da definição estabelecida por Bellotto, Calderón (2003) conclui que os instrumentos de pesquisa são, essencialmente, a representação da realidade informacional existente nos arquivos permanentes, que têm por finalidade prover o acesso à informação.

[...] os instrumentos de pesquisa são aqueles que informam ao pesquisador acerca do contexto e conteúdo dos conjuntos e unidades documentais de um determinado acervo arquivístico de valor secundário. Dessa forma, os instrumentos de pesquisa são representações de uma documentação histórica que passaram pelos processos de arranjo e descrição onde, respectivamente, foram definidas lógica e fisicamente a organização dos documentos e produzidos os elementos descritivos do acervo. (ANDRADE, 2010, p. 12).

Dessa forma, os instrumentos de pesquisa devem ser construídos, tendo como base elementos incontestavelmente fiéis, que assegurem a autenticidade do acervo e que facilitem a comunicação entre o usuário e o conjunto documental objeto de sua pesquisa.

Em seu trabalho, Ribeiro (1998) defende que os instrumentos arquivísticos de pesquisa devem ser elaborados de forma semelhante, sendo o resultado de uma mesma fundamentação teórica, independentemente de seu objeto de análise.

De acordo com Calderón (2003) cada instrumento de pesquisa corresponde a um nível de descrição. Todavia, a correspondência vertical entre instrumentos e conjunto documental não parece constituir problema para a área arquivística. O que existe é uma relativa dificuldade

de obter consenso quanto à correspondência horizontal e à denominação dos tipos de instrumentos.

Quadro 1 – Níveis de descrição e os Instrumentos de pesquisa adequados

Nível	Agrupamentos documentais	Instrumentos de pesquisa
I	Arquivo/fundo/seção de arquivo/seção de fundo	Guia
II	Séries documentais	Inventário
III	Peças singulares / unidades arquivísticas	Catálogo
IV		Índice

Fonte: Heredia Herrera (1991, p. 306).

Os instrumentos de pesquisa apresentados por Herrera, dependendo do país de origem, recebem denominação variada, podendo confundir o usuário do arquivo. A autora descreve os problemas decorrentes desta falta de padronização.

Ribeiro (1998) corrobora a afirmação da autora, ao afirmar que a terminologia usada para caracterizar os instrumentos de pesquisa é muito variada.

Dessa maneira, a padronização da terminologia, aplicada não somente aos instrumentos de pesquisa, mas a toda disciplina arquivística, é condição fundamental para o desenvolvimento, consolidação, transferência do conhecimento e o estágio de desenvolvimento da área.

Sem terminologia não há nenhuma comunicação profissional, não há nenhuma transferência de conhecimentos, sem transferência de conhecimentos não há nenhum desenvolvimento intelectual nem material, nenhuma formação nem investigação profissional. (CARDONA RAVE, 1999, p.63).

A questão terminológica sempre esteve no centro das discussões arquivísticas. Desde 1950, o CIA vem tentando adotar medidas para tentar equacionar este problema. Em 1964, foi lançado o *Elsevier's Lexicon of Archive Terminology*³¹. Vinte anos depois, esta obra foi substituída pelo *Dictionary of Archive Terminology*³⁵, que, devido às severas críticas recebidas por privilegiar as realidades francesa e anglo-saxônica, veio a sofrer revisão em 1988 e se mantém inalterado até os dias atuais.

No Brasil, a questão terminológica ganhou força com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB³², que criou um grupo de trabalho com o objetivo de superar os equívocos das traduções dos manuais e normas estrangeiras. Ana Maria Camargo e Heloísa Bellotto apresentaram, em 1972, durante o I Congresso Brasileiro de Arquivologia, o primeiro dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Contudo, apesar dos esforços em contemplar as especificidades da realidade brasileira, o dicionário foi, a princípio ignorado pela comunidade arquivística brasileira, que preferia utilizar a literatura estrangeira no decorrer de suas atividades.

Apesar disso, alguns autores brasileiros, preocupados com a importância do fortalecimento da questão terminológica no país, desenvolveram trabalhos neste sentido. Em 1988, Maria Odila Fonseca e Maria Amélia Porto Miguéis publicam o Dicionário de Terminologia Arquivística. Na verdade, a publicação se tratava de uma tradução do *Dictionary of Archival Terminology* publicado pelo CIA.

Em 2005, foi publicado pelo Arquivo Nacional o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, que é considerado um instrumento indispensável para a normalização conceitual das atividades peculiares do fazer arquivístico.

31 Em âmbito internacional, as discussões em torno da consolidação de uma terminologia arquivística remontam à criação, em 1948, do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e à instituição, por este Conselho, de um grupo de trabalho que, entre 1954 e 1963, dedicou-se ao tema e à equivalência de termos e conceitos em diferentes idiomas. Em 1964, foi lançado o *Elsevier's Lexicon of Archive Terminology*, que englobou termos em francês, inglês, alemão, espanhol, italiano e holandês. Este documento englobava termos equivalentes em inglês, alemão, espanhol, italiano e holandês, compreendendo tipos de documentos, catálogos e inventários, aspectos físicos estruturais dos arquivos, métodos de preparação, processamento, utilização e preservação. No total, foram 175 termos agrupados em seis partes: documentos de arquivo, estrutura de arquivos, instrumentos de trabalho, conservação de arquivos, operações técnicas de tratamento de arquivos e utilização de arquivos e reprodução documental. Índices por idioma complementaram a publicação.

32 A Associação dos Arquivistas Brasileiros, fundada em 20 de outubro de 1971, tinha por objetivos a estimulação do desenvolvimento da Arquivologia no Brasil e a capacitação profissional. A entidade fechou as portas em 2015.

As dificuldades terminológicas evidenciadas no processo de transferência da informação, aliadas às discussões apresentadas em trabalhos publicados sobre o *status* da Arquivologia, permitem perceber a dimensão das barreiras criadas pela diversidade terminológica, tais como: dificuldades de entendimento, comprometimento da qualidade técnica dos trabalhos que vêm sendo realizados e também a falta de instrumental básico para a formação e o treinamento de profissionais. (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p.5).

A terminologia atribuída aos instrumentos de pesquisa sofreu variações nos diferentes países. De acordo com Heredia Herrera (1991), a questão terminológica é bastante complexa e merece atenção especial. Em seus apontamentos, ela revela que os americanos se referem aos instrumentos de pesquisa como “*finding aids*”. Na Argentina, são chamados de “auxiliares descritivos”; na Espanha, como “instrumentos de localização”, de “informação”, de “descrição”, de “trabalho” ou de “consulta”. No Canadá, são tratados como “instrumentos de investigação”.

Em relação à questão terminológica, Ribeiro (1998, p. 28) afirma que:

[...] o termo “instrumentos de pesquisa” é, atualmente, o de maior aceitação, figurando no dicionário internacional do CIA em substituição de “instrumentos de trabalho”, que constava no léxico multilíngue, da responsabilidade do mesmo organismo e publicado pela Elsevier’s.

Tais barreiras tornam evidentes as dificuldades terminológicas no processo de transferência da informação. Para Bellotto (2006), a falta de um consenso em relação à terminologia é responsável pela dificuldade de entendimento, comprometendo a qualidade dos trabalhos publicados e a formação profissional na Arquivologia.

Alguns autores têm se apropriado do termo “instrumentos de referência” em seus trabalhos. Entretanto, o termo adotado em todo o desenvolvimento desta pesquisa será o de “instrumento de pesquisa” que, além de ser o recomendado pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), é o mais empregado pelas instituições arquivísticas no Brasil.

A transferência de informação e o acesso aos documentos nos arquivos permanentes se dão via instrumentos de pesquisa. Estes são responsáveis por conduzir o usuário, oferecendo informações específicas sobre o acervo objeto de sua pesquisa. Para Calderón (2003, p. 33):

Os usuários dependem desses instrumentos para a compreensão do contexto de produção, pois, diferente das bibliotecas, o acesso aos documentos de arquivo não é direto, e, sim, realizado via instrumentos de pesquisa que oferecem as informações necessárias para que o usuário conheça a origem dos documentos e a relação entre o produtor e as atividades que o geraram.

Ainda segundo a autora, a forma de organização dos instrumentos de pesquisa, incluindo o nível de sua análise, são fatores determinantes para a qualidade do acesso à informação. Para a compreensão desse processo de transferência de informação nos arquivos, é necessário pensar na questão terminológica dos instrumentos e como eles são construídos no Brasil, tornando clara a influência do CIA neste processo de elaboração.

Antes de desenvolver algum comentário a respeito do contexto terminológico brasileiro relativo aos instrumentos de pesquisa, é fundamental esclarecer as alterações denominativas dos instrumentos de pesquisa, após a publicação do Dicionário de Terminologia Arquivística do CIA. Para tal propósito, será utilizado um quadro elaborado por Lopez (2002, p. 38).

Quadro 2 – Terminologia dos instrumentos de pesquisa

Terminologia anterior	Terminologia atual
Guia	Guia
Inventário sumário	Inventário
Inventário analítico	Catálogo
Catálogo sumário	Catálogo
Catálogo analítico	Catálogo
Repertório	Catálogo seletivo

Índice	Índice
--------	--------

Fonte: Lopez (2002, p. 38).

Como marcos teóricos da atividade de descrição arquivística e em consequência da construção dos instrumentos de pesquisa no Brasil, há alguns autores que produziram trabalhos reconhecidamente fundamentais para a consolidação da elaboração dos instrumentos de pesquisa no país.

Quadro 3 – Referencial teórico na atividade de descrição e elaboração de instrumentos de pesquisa no Brasil

Ano	Autor/Trabalho	Abordagem
1972	Maria Luíza Stallard Dannemann <i>Terminologia arquivística.</i> CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1972, Rio de Janeiro	Traz definições dos diferentes tipos de instrumentos de pesquisa quando não havia, em nível nacional, nenhum trabalho que abordasse esse tema.
1976	Maria Amélia Porto Miguéis. <i>Roteiro para elaboração de instrumentos de pesquisa em arquivos de custódia.</i> <i>Arquivo & Administração</i> , Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 7-19, ago. 1976	Estabelece as conceituações e finalidades, demonstrando a forma de elaboração dos instrumentos principais (guias, inventários, catálogos, repertórios) e auxiliares (índices e tabelas de concordância ou de equivalência). Este trabalho introduziu informações sobre a prática da elaboração dos instrumentos de pesquisa e serviu de base para reflexões posteriores sobre

		a tipologia desses instrumentos no Brasil.
1991	BELLOTTO, Heloísa Liberalli Bellotto. <i>Arquivos permanentes: tratamento documental.</i> São Paulo, 1991.	Enfatiza as questões teóricas sobre a atividade descritiva e o seu produto, os instrumentos de pesquisa, orientando os profissionais no desenvolvimento do processo descritivo e na elaboração dos diferentes instrumentos.
1996	<i>Dicionário de Terminologia Arquivística</i> , publicado no ano de 1996 pela Associação de Arquivistas Brasileiros/Núcleo Regional de São Paulo.	Listagem, em ordem alfabética, de 615 termos com definições básicas do seu sentido no campo arquivístico.

Fonte: adaptado de Calderón (2003, p. 37).

Ao se fazer uma análise crítica da tabela dos marcos teóricos na arquivística brasileira, em relação à consolidação da atividade de descrição e construção de instrumentos de pesquisa no Brasil, parece ser prudente concordar com Calderón (2003, p. 36), quando a autora diz:

Como resultado do constante investimento teórico feito na tarefa de elaboração dos instrumentos de pesquisa, entramos no século XXI com a proposta de Ancona Lopez (2002), sustentada, sem dúvida, pelo avanço conceitual da área proporcionado pelo Dicionário de Terminologia Arquivística, publicado no ano de 1996 pela Associação de Arquivistas Brasileiros/Núcleo Regional de São Paulo.

Ao levarmos em conta a categorização dos instrumentos de pesquisa sugeridos por Lopez, teremos o *guia* como o primeiro instrumento de pesquisa a ser produzido em um

arquivo. Sua construção permite ao usuário ter plena noção do(s) acervo(s) sob custódia, assim como conhecimento a respeito da instituição de guarda.

Dar uma visão de conjunto dos serviços de arquivo de modo a permitir ao pesquisador saber quais são seus recursos, a natureza e o interesse dos fundos que ele abriga, os instrumentos de pesquisa de que dispõe, quais são as fontes complementares. (ELSEVIER'S LEXICON OF ARCHIVE TERMINOLOGY *apud* BELLOTTO, 1991, p. 109).

O método para a elaboração dos guias nas instituições arquivísticas brasileiras é baseado na orientação do CIA. Segundo definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005), o guia é um instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos.

Para Lopez (2002), o guia é a porta de entrada da instituição, permitindo um mapeamento panorâmico do acervo e proporcionando visibilidade aos fundos e serviços oferecidos pelo arquivo. Seu formato de elaboração e apresentação é diversificado, sendo determinado em razão das possibilidades tecnológicas e financeiras da instituição proponente.

O guia deve fazer referência ao acervo, aos seus serviços, às fontes que compõem seu acervo e ao seu potencial histórico, além de indicar os instrumentos de pesquisa existentes. No modelo proposto pelo CIA, o guia necessariamente deve conter: o nome do arquivo, o seu endereço, o telefone, a data e o horário de consulta, a informação sobre o pagamento ou não de taxa para a consulta, se existem arquivos especiais e aparelhos para a leitura (acesso) a esses documentos, as datas limite e as características dos acervos.

O segundo instrumento de pesquisa a ser contemplado pela instituição de guarda e acesso de acervos arquivísticos deve ser o *inventário*. Bellotto (2006, p. 197) define o inventário como: “instrumento de pesquisa que descreve conjuntos documentais ou partes do fundo. É um instrumento parcial, que traz uma descrição sumária e não analítica”. Para Miguéis (1976, p. 7) “o inventário é o instrumento do tipo arrolamento, cuja organização deve refletir exatamente o arranjo adotado para a disposição física do fundo, ou parte dele”.

Para Bellotto (2006), é importante que o inventário não faça seleção de documentos a serem descritos dentro do fundo. Ao se confeccionar este instrumento, o arquivista deve respeitar a ordem do arranjo, podendo, neste caso, ser contemplado um fundo inteiro, um grupo, partes dele, uma série ou partes dela, respeitando sempre a estrutura dos verbetes dispostas no arranjo.

A classificação dos inventários em analíticos ou sumários foi amplamente utilizada no Brasil até metade da década de 90. A partir da publicação do Dicionário de Terminologia Arquivística (CAMARGO; BELLOTTO, 1996), passamos a adotar no Brasil a mesma terminologia empregada na Espanha: inventário para a descrição sumária e catálogo para a descrição analítica.

Inventariar é uma operação precisa e delimitada dentro da tarefa de descrição, e este é o tipo de instrumento que não é tão genérico como o guia, nem tão exaustivo como o catálogo. Apresenta um nível de descrição intermediário e oferece a possibilidade de identificar as séries com um nível de profundidade suficiente para garantir uma quantidade de informação satisfatória para os usuários e, ao mesmo tempo, sintético o suficiente para permitir uma descrição uniforme de amplos grupos documentais. (CALDERÓN, 2003, p. 41).

Em seu estudo “Como descrever documentos de arquivo”, Lopez (2002) sugere que se deva obedecer a uma estrutura para a confecção do inventário: a introdução e o corpo.

Na introdução, é preciso ter informações sobre o produtor e as características do fundo, assim como sobre a importância dos documentos inventariados, o plano de classificação e as definições terminológicas.

O corpo do inventário, ainda segundo a autora, deve apresentar informações sobre a situação do plano de classificação (nome do fundo, grupo), nome da série e a explicação de sua caracterização (se necessário), as datas limite e mensuração da quantidade de documentos, a notação e a localização, e a forma de ordenação dos documentos dentro das séries.

Para autores como Bellotto (2006) e Lopez (2002), tanto o guia quanto o inventário são instrumentos essenciais e os primeiros a serem confeccionados nas instituições arquivísticas com acervo permanente. A confecção desses instrumentos é fundamental para a garantia do pleno acesso aos documentos.

O *catálogo* é o instrumento que descreve unitariamente as peças documentais de uma série ou mais séries, ou ainda, de um conjunto de documentos, respeitada ou não a ordem de classificação (BELLOTTO, 1991).

Segundo definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 45): “o catálogo é um instrumento de pesquisa organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica”.

Segundo Lopez (2002), os catálogos são instrumentos de pesquisa dedicados à localização de peças documentais dentro das séries, respeitando ou não a ordenação destas peças dentro das séries. Para Bellotto (1991), os catálogos são instrumentos parciais e sua finalidade é a descrição de itens documentais dentro das séries. Entretanto, esta descrição deve se ater à compreensão das relações orgânicas com as atividades que produziram tais itens.

Para Danneman et al. (1972), o catálogo deve ser elaborado com a descrição de documento a documento. Já Miguéis (1976, p. 8) define o catálogo como a “relação metódica na qual as entradas dos documentos são dispostas segundo um critério temático, cronológico, onomástico ou outro, de todos os documentos pertencentes a um ou mais fundos, e sendo descritos de forma sumária ou pormenorizada”.

Segundo Calderón (2003, p. 43), “ao se construir o catálogo, é fundamental que as séries estejam organizadas e estas retratem as relações orgânicas e as atividades de produção dos documentos”.

Anteriormente, os catálogos eram denominados sumários ou analíticos. Nos catálogos sumários, “todos os documentos pertencentes à série descrita deveriam ser arrolados, mesmo que isso significasse descrever os documentos que fugissem ao critério de ordenação estipulado”, como temas, nomes de pessoas/instituições, locais etc. (BELLOTTO, 1991, p. 129). Nos catálogos analíticos, “a representação descritiva era realizada para cada documento individualmente, inclusive seguindo-se a mesma sequência dos dados necessários à identificação e resumo dos inventários” (BELLOTTO, 1991, p. 129).

Segundo o trabalho de Lopez (2002), o processo de alteração de nomenclatura e simplificação terminológica proposto pelo CIA, com a publicação em meados dos anos 90 do Dicionário de Terminologia Arquivística, resultou na construção de instrumentos de pesquisa

mais precisos e de fácil reconhecimento. O que antes era denominado inventário analítico, catálogo analítico e catálogo sumário, passava, a partir desse momento, a se chamar apenas de catálogo.

Ainda segundo o autor, o catálogo “dará continuidade à descrição da série iniciada com o inventário, detendo-se, agora, em cada documento, respeitando ou não a ordenação destes dentro da série” (LOPEZ, 2002, p. 35). A descrição deve tornar evidente o vínculo do documento com a atividade que o produziu e que tem como proposta de organização a seguinte estrutura: o catálogo deve conter, além dos dados gerais das séries, as seguintes informações: explicação sobre a importância do catálogo e da descrição individualizada; contextualização das séries escolhidas dentro das atividades; e indicação dos critérios eleitos para a ordenação dos documentos na classificação e na descrição.

A construção dos catálogos deve conter informações sobre o tipo documental, seu título, o emissor e seu destinatário, a função do documento, seu resumo ou descritores, as datas tópicas e cronológicas, a descrição de seus caracteres externos relevantes e sua notação e localização dentro da série. É um instrumento de descrição exaustivo ou parcial de um fundo, série, sendo respeitada ou não a sua ordem de classificação.

O catálogo seletivo ou repertório, segundo Bellotto (2006, p. 212), “é um instrumento de pesquisa que traz uma relação seletiva de documentos pertencentes a um ou mais fundos e no qual cada peça integrante de uma unidade de arquivamento é descrita minuciosamente”.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 147), o repertório ou catálogo seletivo é instrumento de pesquisa no qual são descritos pormenorizadamente documentos, pertencentes a um ou mais fundos e/ou coleções, selecionados segundo critérios previamente definidos.

Enquanto nos inventários e catálogos a descrição das séries deve obedecer à ordem do arranjo, (a seleção de itens documentais é impedida, devendo estes serem descritos em sua totalidade), no catálogo seletivo é possível a realização de descrições pormenorizadas, de acordo com um eixo temático estabelecido.

Os catálogos seletivos transcendem a dimensão arquivística dos catálogos convencionais ao escolher documentos que atendam a critérios temáticos, independentemente de sua posição no plano de classificação, podendo, inclusive, reunir documentos de fundos e arquivos distintos. (LOPEZ, 2002, p. 34).

Com relação à terminologia, Bellotto (2006, p. 212) afirma que, “anteriormente chamado de repertório pela tradição francesa, hoje no Brasil é conhecido como catálogo seletivo” (seguindo a mesma terminologia empregada em Portugal e na Espanha). O catálogo seletivo pode ser baseado em pessoas, tema e evento. Ou ainda de acordo com critérios subjetivos do seu autor, como, por exemplo, no sentido dos documentos “mais importantes”.

A elaboração de catálogos seletivos não é uma obrigação para os arquivos permanentes. Sua produção quase sempre se dá por agendas específicas ou como catálogos de exposição temporária de documentos.

Os índices, de acordo com Calderón (2004, p. 47), “visam à rápida localização das unidades documentais e têm como função ampliar as formas de acesso aos documentos por meio de descritores dispostos em algum tipo de ordem: cronológica, temática, onomástica, geográfica etc.”.

Migués (1976, p. 9) define o índice como “uma relação alfabética de nomes de pessoas, de lugares ou de assuntos, contidos numa ou mais unidades de arquivamento. O entendimento de Bellotto (1991), para a definição de índice do *Elsevier's Lexicon*, é de que o índice é uma listagem alfabética de nomes, lugares ou assuntos contidos em uma ou mais unidades arquivísticas. Segundo a autora, os índices são parte complementar dos inventários ou catálogos analíticos.

Os índices, como instrumentos de pesquisa autônomos, procuram decompor os documentos em descritores, que podem ser temáticos, cronológicos, onomásticos, geográficos etc. Os índices têm como objetivo permitir uma rápida localização das unidades documentais que atendam a critérios específicos, tanto de uma única série como de diferentes fundos. Na confecção de índices, deve se tomar muito cuidado com a escolha dos termos a serem utilizados. Em tais tarefas, a utilização de vocabulários controlados e tesouros é imperativa. (LOPEZ, 2002, p. 34).

Em face deste entendimento, podemos caracterizar os índices como instrumentos elaborados a partir de expressões retiradas dos documentos. Seu uso permite unir de forma direta à descrição uma indexação que atenda a critérios específicos.

A elaboração de instrumentos de pesquisa, principalmente nas instituições arquivísticas brasileiras, é um processo que envolve a utilização de recursos financeiros e humanos. Tais recursos, na maioria das vezes, são escassos, levando as instituições a adotar critérios de racionalização na atividade de elaboração de instrumentos de pesquisa. A carência de recursos impede a elaboração ampla dos instrumentos de pesquisa, comprometendo o acesso à

informação, visto que são esses instrumentos os que garantem o pleno acesso dos usuários às informações arquivísticas que fazem parte do acervo.

Para além das questões financeiras e humanas que podem comprometer o trabalho arquivístico, a elaboração de um instrumento de pesquisa deve ser baseada em elementos institucionais preestabelecidos e não somente no conhecimento pessoal do arquivista. Sendo assim, é importante a observação de alguns critérios para sua elaboração, como: a importância histórica, estrutura e dimensão do fundo; as correntes historiográficas dos fundos; e os recursos humanos disponíveis para o arquivo permanente da instituição custodiadora.

Ao elaborar instrumentos arquivísticos de pesquisa, o arquivista deverá respeitar princípios norteadores da disciplina arquivística, revelando a relação orgânica dos documentos dentro do fundo.

Ao realizar esse trabalho, o arquivista se inteira da procedência, do conteúdo, do arranjo e do valor dos papéis. Esses dados são por ele registrados em instrumentos de busca que servem a um duplo propósito: a) tornar os papéis conhecidos às pessoas que possam vir a se interessar pelos mesmos; b) facilitar ao arquivista a pesquisa. (SCHELLENBERG, 1973, p. 313).

Diferentemente do material de uma biblioteca ou centro de documentação, os documentos de arquivo detêm um valor de testemunho, que é fundamental para as finalidades pelas quais os usuários irão procurá-los e utilizá-los. Entretanto, é preciso reconhecer o potencial informativo desses documentos e atribuir-lhes um tratamento capaz de maximizar seu uso.

5 ARQUIVOS PERMANENTES: ACESSO E USUÁRIOS

A *teoria do ciclo vital dos documentos*, ou *teoria das três idades*, compreende a divisão das atividades de um arquivo em três períodos distintos. A primeira idade é a dos arquivos correntes, onde são abrigados os documentos durante seu uso (funcional, administrativo, jurídico). Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, o arquivo corrente é “o conjunto de documentos, em tramitação ou não, que, pelo seu valor primário, é objeto de consultas frequentes pela entidade que o produziu, a quem compete a sua administração” (ARQUIVO NACIONAL 2005, p. 29). Sua permanência neste arquivo depende de sua tipologia/função e de sua vigência.

A segunda idade é a dos arquivos intermediários. Nesta idade, os documentos já tiveram vencidos os prazos de validade jurídico-administrativos, podendo ainda serem utilizados pelo produtor. O arquivo intermediário é definido como o “conjunto de documentos originários de arquivos correntes, com uso pouco frequente, e que aguarda destinação” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 32). Nesta fase, os documentos são submetidos à tabela de temporalidade. Esta seleção determina se o documento será eliminado ou recolhido ao arquivo permanente.

A terceira idade é denominada arquivo permanente. É o “conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 34). Muito além da terminologia descrita no dicionário brasileiro, os arquivos permanentes são instituições responsáveis pela custódia definitiva de documentos que, por razões jurídico-administrativas, testemunham e comprovam ações em um determinado período de tempo. A sua utilização pode ser condicionada a interesses de natureza legal, científica ou cultural.

A função de um arquivo permanente é a de reunir, conservar, arranjar e descrever os documentos, facilitando assim o acesso, por parte da sociedade, das informações contidas nos documentos. No entendimento de Calderón (2003, p. 12),

[...] o arquivo permanente é responsável pelo recolhimento, guarda e conservação de uma quantidade expressiva de documentos de valor secundário (documentos que perderam a validade jurídico-administrativa), pelo seu processamento técnico e pela disponibilização das informações arquivísticas aos usuários.

A organização desta massa documental tem como objetivo principal tornar disponível a informação para a comprovação de direitos ou para produção de conhecimento.

No Brasil, o acesso aos documentos públicos é garantido pela Constituição Federal, em seu Art. 5, nos incisos XIV - “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (BRASIL, 1988) - e XXXIII - “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (BRASIL, 1988). Assim como pela Lei Nacional de Arquivos nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e por algumas leis arquivísticas estaduais. É dever do Estado brasileiro a proteção aos documentos de arquivo, da mesma forma que é dever da União a garantia do acesso aos documentos públicos.

Com o avanço tecnológico percebido nas últimas décadas, as instituições custodadoras com acervo permanente tiveram que repensar suas práticas arquivísticas para se adequarem a uma nova realidade. Para Andrade (2010), o desenvolvimento e a popularização da *Internet* possibilitaram às instituições arquivísticas a criação de recursos *online*, gerando condições para que estas instituições anunciassem sua existência e divulgassem seus acervos e serviços através da rede mundial de computadores.

Calderón (2003, p. 13) afirma que, por abrigarem um conjunto documental de grande valor para a pesquisa, os arquivos permanentes têm o grande desafio, principalmente em tempos de avanços tecnológicos e popularização da *Internet*, de promover de modo eficiente o acesso às informações contidas nos documentos.

As instituições arquivísticas estão se deparando com um desafio, o da época das redes eletrônicas, que virá a se somar às suas atividades anteriores. Frente às novas tecnologias da informação que possibilitam as redes eletrônicas, são de fundamental importância repensar todas as ações teórico-práticas que condicionariam os arquivos. (MARIZ, 2005, p. 81).

A disponibilização dos acervos documentais na *Internet* e a utilização de novos instrumentos de pesquisa têm por objetivo atingir um número maior de usuários, ampliando o atendimento, melhorando a qualidade das pesquisas e aumentando a visibilidade e, conseqüentemente, a importância do acervo.

Jardim (1999) cita em seu trabalho dez aspectos das mudanças causadas pelo impacto das novas tecnologias, principalmente da *Internet*, nas práticas de produção, transferência e usos da informação.

- 1 - As atuais tecnologias da informação fomentam um 'espaço virtual' com funcionamento e características próprias que produzem novas configurações de produção, fluxo e acesso à informação;
- 2 - A *Internet* é um não-lugar, um fluxo multimídia incessante, rompendo com a linearidade da escrita e tendo como principais características a mutação e a multiplicidade;
- 3 - O conceito de 'lugar' torna-se secundário para o profissional da informação e para os usuários;
- 4 - Onde a informação se encontra não é o mais importante e sim o acesso à informação;
- 5 - A ênfase na gestão da informação desloca-se do acervo para o acesso, do estoque para o fluxo da informação, dos sistemas para as redes;
- 6 - O conceito de 'tempo' também se altera, tornando-se 'relativo'. O conceito local de tempo torna-se secundário (Virilio). A instantaneidade passa a ser a palavra de ordem: tratam-se de 'velocidades qualitativas e espaço-tempo mutantes' (Levy);
- 7 - Instituições como arquivos, bibliotecas e centros de documentação adquirem novas vocações, renovam funções que lhes são históricas e superam outras;
- 8 - Sob a banalização das tecnologias da informação, os usuários (ao menos os não excluídos do acesso às tecnologias da informação), produzem novas demandas aos arquivos, bibliotecas, centros de documentação e provocam a realocação ou supressão de fronteiras que demarcam tais espaços;
- 9 - A tendência às alterações nas formas de gerenciar, disseminar a informação e administrar os recursos a ela relacionados (humanos, tecnológicos etc.) é um processo lento, complexo e contraditório, em especial no caso dos países dependentes;
- 10 - Emergem espaços informacionais virtuais (bibliotecas, arquivos etc.) cuja existência, longe de excluir as instituições documentais tradicionais, sugere-lhes novas possibilidades de gestão da informação. (JARDIM, 1999, p. 2).

5.1 O USUÁRIO NOS ARQUIVOS PERMANENTES

Os novos usos da informação dentro das instituições arquivísticas com acervo permanentes, gerados com as inovações tecnológicas, são uma tendência atual. Tais inovações facilitam a difusão do acervo e, conseqüentemente, o aumento da atividade de consulta, trazendo para dentro dos arquivos uma nova geração de usuários. Dessa maneira, podemos enfatizar que a difusão de um acervo poderá contribuir para despertar o interesse de um novo usuário que, até então, desconhecia o potencial informativo contido nos arquivos. Infelizmente a literatura sobre estudo de usuário no Brasil é escassa.

Quando um arquivo público instala, alimenta, desenvolve e expande seus serviços editoriais, culturais e educativos, alinhando-os à sua função informacional administrativa e científica, ele preenche seu lugar por direito e por conquista na comunidade. Esta deve ver no arquivo uma tribuna e um manancial de direitos e deveres, um lugar de entretenimento e uma real fonte de cultura e saber. (BELLOTTO, 2006, p. 246).

A importância do usuário para a difusão do acervo é o estreitamento dos laços entre usuários e sociedade. Este redimensionamento da função social dos arquivos é uma oportunidade para se ter a real noção do potencial informacional sob sua guarda. Neste sentido,

um estudo de usuário se faz necessário para o planejamento da melhor forma de se fazer esta difusão.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 167) define usuário como: “Pessoa física ou jurídica que consulta arquivos. Também chamada consulente, leitor ou pesquisador”.

De maneira geral, os conceitos de "usuário" encontrados não se colocam distantes daquele difundido pelo Conselho Internacional de Arquivos: "An individual who consults records (1)/ archives (1), usually in a search room. Also called reader, researcher, searcher". Nesta perspectiva, o usuário é um indivíduo que busca a informação e, portanto, a comunicação arquivo-usuário só se manifesta quando este último, por alguma razão, provoca esse processo. (FONSECA; JARDIM, 2001, p. 5).

Durante muito tempo, os arquivos foram locais hostis para os usuários. Os primeiros arquivos foram criados com a finalidade exclusiva de servir ao Estado, garantindo e legitimando o direito deste sobre o território e sua população.

Na Idade Média, começou a ser difundida a ideia de arquivo como guardião dos documentos que comprovam direitos e a memória dos atos do passado. Neste período, a guarda desses documentos ficou a cargo da Igreja Católica, tida como detentora do “saber e da cultura”. Desta maneira, os arquivos eclesiásticos ficaram responsáveis por administrar e guardar os títulos de propriedade, não só da própria igreja, mas também de instituições públicas e de particulares.

A partir do século XIII, começou a ser introduzida a prática dos registros em grandes livros, onde eram transcritos os documentos lavrados e outorgados por uma autoridade. Neste período, as unidades administrativas dos Estados já se dividiam em seções orgânicas e com funcionários especializados e dedicados às atividades nos arquivos, inclusive com o aparecimento de normas. Tal prática era comum não só na Europa, mas na China e no mundo árabe também.

No início do século XVI, surgiram os Estados Modernos³³ e, com eles, toda uma nova lógica administrativa, absolutista e centralizadora por natureza, que, de certa forma, contribuiria para a concentração dos arquivos. Neste período, surgiram os primeiros arquivos de Estado, resultado direto de novas concepções de administração e reformas institucionais. Esta centralização de arquivos provocou sérias consequências no “pensar metodológico” em relação

33 O Estado Moderno nasceu na segunda metade do século XV, a partir do desenvolvimento do capitalismo mercantil em países como França, Inglaterra e Espanha e, mais tarde, na Itália. Foi ali que surgiu o primeiro teórico a refletir sobre a formação dos Estados Modernos, Nicolau Maquiavel, que, no início de 1500, observou que os Estados Modernos eram fundados baseados na força.

ao tratamento dos arquivos. Para autores como Favier, a noção de propriedade dos arquivos da Idade Média foi substituída pela ideia de arquivo público depositário de documentos do Estado, convertendo-se, dessa maneira, em elemento fundamental da administração, ao adquirir uma função predominantemente jurídico-política³⁴.

Com a Revolução Francesa, em 1789, aconteceu uma profunda mudança no contexto histórico da Europa, o que influenciou a noção e administração dos arquivos. Este novo conceito administrativo emergiu com a consolidação do Estado de Direito e da soberania nacional e, conseqüentemente, levou ao surgimento dos princípios de responsabilidade, de garantia, de eficácia e de justiça, em relação à atuação da administração pública para com os cidadãos. E, desta forma, os arquivos passaram a ser vistos e considerados como a garantia do direito do cidadão perante a atuação do Estado.

Podemos citar, como marco histórico relacionado aos arquivos, a fundação, em 1798, dos *Archives Nationales de France* e a consolidação da Lei de 7 Messidor³⁵, que estabelece que o Arquivo Nacional serviria como depósito central para toda a República.

Devido a este novo conceito, o Arquivo Nacional deixou de constituir um privilégio do Estado, passando a ser entendido como um arquivo aberto ao cidadão comum. Esta tendência política de concentração dos arquivos se espalhou por quase toda a Europa, ficando como exceção a Grã-Bretanha, onde este processo demorou um pouco mais para acontecer.

Durante este período, os arquivos passaram a adquirir uma dupla função, garantir os direitos dos cidadãos e servir como guardiões da memória nacional, passando, a partir de então, a ser objetos da investigação histórica. Esta tendência se deu muito sob a influência do Positivismo, que pregava a verificação documental para a análise histórica. Desta maneira, os arquivos começaram a servir como verdadeiros centros do saber histórico.

Outrora destinados apenas aos interesses do Estado, com a Revolução Francesa os arquivos passaram a desempenhar também uma função social e cultural. O perfil dos usuários dos arquivos nesse período foi o dos pesquisadores ditos eruditos, pessoas com vasto conhecimento do assunto a ser estudado. Para Leão (2006), este usuário em questão era caracterizado pela laboriosidade e paciência na pesquisa. Em geral, não se fiava na informação ou na exaustividade dos instrumentos de pesquisa e, geralmente, preferia acessar diretamente a

34 Os Arquivos Nacionais da França são fruto da Assembleia Nacional Constituinte, que o criou e regulamentou em 29 de julho de 1789.

35 Ato que proclama que os arquivos estabelecidos junto da representação nacional eram depósito central para toda a República.

documentação arquivada, sem intermediação de inventários, catálogos etc. Este perfil de usuário durou até meados do século XX.

Os avanços tecnológicos iniciados na segunda metade do século XX trouxeram à tona evidências de uma alteração no perfil dos usuários e impactos nas rotinas, nos princípios e práticas arquivísticas.

De acordo com Aubin (1999), o desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação fomentou nos arquivistas um desafio em suas práticas, principalmente na difusão dos acervos que gerenciavam. “Nós devemos simplificar o acesso aos instrumentos de pesquisa e ao seu conteúdo, pois toda pessoa deverá sentar-se diante de seu terminal e ser capaz de lidar com facilidade e rapidamente com o menu que lhe for oferecido [...]” (AUBIN, 1999, p. 15).

Esta mudança tem exigido melhores práticas nos procedimentos de elaboração e disponibilização dos instrumentos de pesquisa, assim como o melhor entendimento da maneira como estas pesquisas são realizadas e dos impactos diretos nos princípios e práticas da Arquivologia, principalmente nos arquivos permanentes.

[...] o processo de comunicação dos conteúdos informacionais arquivísticos se dá a partir da descrição arquivística consolidada em instrumentos de recuperação da informação, como inventários analíticos, sumários, catálogos, bases de dados etc. Na elaboração desse conteúdo, o arquivista segue procedimentos que visam contemplar os aspectos documentários e contextuais da unidade de descrição de forma a possibilitar a difusão dos conteúdos e dos documentos. (OLIVEIRA 2006, p. 58).

Ainda segundo a autora, é imprescindível a inserção do usuário para o entendimento do desenvolvimento do processo de comunicação nos arquivos, não apenas como simples receptor da informação arquivística, mas também como ator essencial, que interfere de maneira direta ou indireta nas políticas de descrição e difusão de acervos arquivísticos permanentes.

Desta maneira, o estudo de usuários é condição vital que permitirá ao arquivista o entendimento eficiente da informação e a apropriação de linguagem técnica específica, que será utilizada pelos usuários.

Calderón (2003) afirma em seu trabalho que o estudo de usuários no Brasil ainda é muito incipiente; pouco se conhece em relação à satisfação e às necessidades dos usuários de arquivos, pois, mesmo sabendo que esta questão é muito importante, faltam subsídios teóricos e metodológicos para a ampliação e entendimento do assunto.

Como proposta, Jardim e Fonseca (2001) revelam a necessidade de mudança de paradigma na arquivística, com o reconhecimento do arquivo como sendo um serviço de informação; e esta informação é objeto da Arquivística. Ainda segundo os autores, as pesquisas

sobre este assunto no Brasil estão limitadas a reflexões sobre métodos de organização de instrumentos de pesquisa e sobre condições legais de acesso aos documentos.

[...] a análise do processo de pesquisa dos acervos arquivísticos pode acrescentar ao tratamento arquivístico, e, em especial, à descrição e à análise, e que os usuários têm adquirido maior independência para a realização de suas pesquisas com a utilização dos recursos tecnológicos. Ressalta que esse fator, por um lado, implica em revisão de práticas arquivísticas. (OLIVEIRA, 2006, p. 59).

Sendo assim, os usuários se tornam mais independentes em seus trabalhos de pesquisa e, por outro lado, tornam-se dependentes das estruturas disponíveis pelas bases de dados.

Ao se desenvolver um programa de estudo de usuários, devemos levar em consideração alguns pressupostos para o desenvolvimento de ferramentas de busca, instrumentos de pesquisa e das bases de dados.

Para McLaughlin e Zuckerman (2003), é necessário conhecer o usuário, o que ele deseja, e entender que a barreira do idioma pode ser um obstáculo no processo de comunicação. Os sistemas devem ser simples, adequados, de fácil operabilidade e com uma interface amigável ao usuário. Além disso, deve-se utilizar a *Internet* como agente facilitador de acesso aos acervos, estimulando o atendimento remoto. É extremamente recomendável que o usuário tenha acesso *online* aos documentos solicitados, podendo imprimi-los ou salvá-los, e que haja preocupação por parte das instituições com a qualidade dos dados disponíveis.

Muitos arquivos desenvolveram programas especiais para aumentar sua acessibilidade; a difusão de instrumentos de pesquisa, documentos em microfimes, e criação de pacotes escolares são dois exemplos familiares. Mas a tecnologia digital nos permite considerar novas iniciativas. Alguns arquivos estão oferecendo parte de seu serviço de referência de forma eletrônica. E, em breve, com certeza o acesso aos documentos de modo remoto será demandado: nós devemos nos preparar para essa eventualidade. (CRAIG, 1998. p. 121).

Para a autora, o documento de arquivo deve ser acessível aos usuários como fonte de informação (dentro de um contexto social amplo), ou ainda com caráter probatório das atividades de seu produtor, seja ele uma pessoa ou uma instituição.

Ainda segundo Craig (1998), quem são estes usuários? Serão os consulentes normalmente encontrados nos arquivos (estudantes, acadêmicos, servidores públicos), ou mesmo será um tipo de usuário completamente novo, um visitante eletrônico, influenciado pela facilidade de acesso proporcionada pela *Internet*?

O crescimento da variedade de usuários que descobrem os arquivos pelos *websites* cria um novo conjunto de desafios. Se um repositório *web* representa o primeiro contato do usuário com os arquivos, o *website* deve fornecer informações sobre os arquivos, sua missão, para atender ao usuário iniciante. O repositório deve também oferecer aos usuários experientes uma valiosa visão das coleções de forma a ajudá-los a definir quais coleções correspondem aos seus interesses. (MARTIN, 2001, p. 40).

Para Cook (2001), o processo de comunicação deve ter a participação efetiva dos usuários, que devem ter suas necessidades observadas. E estas necessidades devem ter forte influência na elaboração dos instrumentos de recuperação da informação, pois o seu objetivo final sempre será o de atender ao usuário. O processo de descrição dos conjuntos documentais e seus pontos de acesso não podem mais ser elaborados em função da visão do arquivista, pois isto, como consequência, acaba forçando os usuários a se adaptarem.

Tibbo e Meho (2001) recomendam aos arquivistas que coloquem os instrumentos de pesquisa na *web* e que se tornem especialistas em pesquisas, assegurando a elaboração de instruções para busca que atendam aos usuários.

Jardim e Fonseca (2001) reforçam a necessidade de constantes pesquisas sobre os usuários de arquivos, principalmente pelo seu caráter estratégico.

O envolvimento dos usuários da informação arquivística nas políticas arquivísticas é de fundamental importância, embora nem sempre fácil de ser construído. Isso requer, por parte dos agentes públicos, promotores da legislação arquivística, não apenas um conhecimento extensivo do universo dos usuários dos arquivos, como também a oferta de mecanismos acessíveis de comunicação entre ambas as partes. As instituições e serviços arquivísticos devem manter atualizadas as informações não apenas sobre os seus usuários, bem como sobre a parcela da sociedade que, por diversas razões, não usufrui os serviços arquivísticos. Representantes do universo dos diversos tipos de usuários – não apenas os acadêmicos – devem ser estimulados a atuar na definição e desenvolvimento das políticas públicas arquivísticas. (JARDIM; FONSECA, 2001, p. 43).

Para Jardim e Fonseca (2001), conhecer e entender as necessidades dos usuários em relação à informação arquivística é um elemento fundamental frente às mudanças de paradigmas de produção e transferência da informação na sociedade atual.

Os autores apontam em sua pesquisa que é pouco explorada a produção de conhecimento na Arquivologia sobre o estudo de usuários. O usuário não é visto como agente no processo de transferência da informação.

Diante do exposto acima, é possível identificar os efeitos do processo de evolução tecnológica e seus impactos nas instituições arquivísticas com acervo permanente. A falta de pesquisas mais aprofundadas no Brasil, tanto sobre o perfil do usuário quanto sobre as alterações motivadas pelo desenvolvimento tecnológico e automação dos serviços de referência

nos arquivos, não nos permitiu de forma imediata traçar estratégias para adequar os serviços arquivísticos a esta nova realidade. As ações e as pesquisas voltadas às novas demandas impostas pela nova geração de usuários dos arquivos permanentes correm em paralelo a esta necessidade emergente.

5.2 O ACESSO AOS ARQUIVOS PERMANENTES

O acesso às informações sob a guarda das instituições arquivísticas com acervo permanente é um direito fundamental do cidadão, garantido pela Constituição Brasileira e recentemente regulamentado pela Lei Federal nº 12.527. Ao se estabelecer tal marco regulatório, o Brasil deu um importante passo para implementar o programa de transparência pública.

Com a ampliação destes mecanismos, ficou estabelecido que o princípio de acesso aos documentos e informações públicas passa a ser regra e o sigilo, a exceção. Desta forma, o acesso às informações e documentos passa a ficar sob a responsabilidade da administração pública, para que esta atenda às demandas dos cidadãos.

Os documentos determinados pelo Estado como parte integrante da memória de indivíduos e grupos precisam ser reunidos, arranjados, descritos, preservados e disseminados para manutenção de uma memória nacional, fenômeno sobre o qual os indivíduos se apoiam para reconhecimento de direitos ao longo do tempo. (BELLOTTO, 1991, p. 173).

O acesso aos documentos nos arquivos públicos é definido como: “Possibilidade de consulta a documentos e informações, ou ainda, função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 19).

Quando pensamos no patrimônio público e, neste caso especial, nos documentos que estão armazenados nos arquivos, temos que ter a noção de que a gestão destes documentos deve ser gerenciada pelo Estado, de acordo com a Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e oficializa os arquivos como instituições preservadoras da identidade nacional brasileira.

Em decorrência deste ato legal, vários acervos públicos e privados foram considerados de interesse público para a memória da nação brasileira e recolhidos aos arquivos públicos. Mas somente o ato de recolhimento destes acervos não garante ao cidadão que as informações ali registradas estão preservadas e acessíveis.

Neste sentido, as condições de acesso começaram a ser discutidas e normalizadas por legislação recente, muito embora o amplo acesso aos documentos públicos já fosse previsto na Constituição Federal de 1988.

É importante saber se as instituições públicas brasileiras, em especial os arquivos permanentes, estão prontas para atender as demandas geradas pela regulamentação dessas leis. O amplo acesso aos documentos sob custódia das instituições arquivísticas só será garantido se estas instituições estiverem dotadas de recursos materiais e humanos que sejam capazes de garantir a guarda, conservação, consulta, controle e disponibilização dos acervos. (NASCIMENTO, 2014, p. 18).

Para além do processo de normalização e garantia do acesso às informações, o recente e crescente desenvolvimento tecnológico e a massificação do uso da *internet* têm mudado gradativamente a relação entre as instituições arquivísticas e seus usuários. As rotinas de trabalho, os princípios e as práticas arquivísticas consagrados pela literatura estão tendo que ser adequados a esta nova realidade.

Os sistemas computadorizados estão tornando mais ágeis os procedimentos e aumentando o potencial para a recuperação da informação, tornando o acesso mais amplo e enriquecendo as possibilidades de pesquisa. Por outro lado, a falta de planejamento na utilização destes recursos tecnológicos é capaz de potencializar a desorganização, dificultando ou até mesmo impossibilitando o acesso a estes registros.

Ao utilizar de maneira racional as chamadas “novas tecnologias da informação”, o acesso aos documentos passa a ser mais amplo, rápido e, muitas vezes, de forma remota (não presencial). As questões relativas à acessibilidade e à possibilidade de intercâmbio de informações com outras instituições arquivísticas, e até mesmo entre usuários, têm trazido à tona novos desafios para os profissionais da área e para as instituições arquivísticas.

6 O AtoM COMO FERRAMENTA DE ACESSO

A estrutura do campo empírico foi montada de forma a contextualizar o AtoM, as condições que favoreceram o seu surgimento, bem como sua elaboração e desenvolvimento dentro do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz.

As ferramentas tecnológicas passam a ter um papel de grande importância, quer seja para o trabalho, lazer, ou para a educação. A *Internet* assume o protagonismo das relações interpessoais e interinstitucionais, com a valorização dos espaços virtuais. Os novos usos e a forma de transferência de informações se tornaram indispensáveis para as instituições que disponibilizam seus produtos na “grande rede”.

As instituições arquivísticas estão se deparando com um desafio, o da época das redes eletrônicas, que virá a se somar às suas atividades anteriores. Frente às novas tecnologias da informação, que possibilitam as redes eletrônicas, é de fundamental importância repensar todas as ações teórico-práticas que condicionariam os arquivos. Faz-se imperativo questionar suas premissas de gestão e difusão de documentos, mediante a disponibilização de seu acervo na *Internet*. (MARIZ, 2005, p.108).

Devido a esta nova tendência, as instituições arquivísticas com acervo permanente começam a se utilizar das tecnologias da informação, como forma de auxílio nas atividades arquivísticas. Como exemplo, temos o aparecimento da chamada nova geração de instrumentos arquivísticos de pesquisa, que são fruto direto da adoção, por parte das organizações arquivísticas, de ferramentas tecnológicas que otimizem o trabalho, assim como o acesso aos documentos, através de redes e bases de dados.

6.1 O PROJETO AtoM

Antes de iniciarmos este tópico, é importante atentar para uma questão terminológica sobre o projeto ICA-AtoM. A partir da versão 2.0, a plataforma mudou de nome. Atualmente o aplicativo é conhecido apenas como AtoM, e assim será denominado, deste ponto em diante do estudo.

Devido à forte influência dos avanços tecnológicos alcançados a partir da segunda metade da década de 80, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) começa a instituir grupos para discutir a criação e adoção de padronização de normas técnicas para a descrição arquivística.

Em 2003, a Comissão de Tecnologia da Informação do ICA divulgou um relatório que pontuava os requisitos funcionais necessários para a criação de um sistema aberto de pesquisa em informações arquivísticas (*Open Source Archival Resource Information System*).

Em 2005, o programa “*Information for all*”, da UNESCO, e o ICA iniciam uma parceria, visando a criação e desenvolvimento de um guia online, que gerenciase informações relacionadas a violações de direitos humanos. Ao reconhecer que tanto o projeto do OSARIS, quanto o projeto da comissão *Information for All* eram semelhantes em seus objetivos, o ICA resolve desenvolver um aplicativo de código fonte aberto, que atendesse os objetivos do projeto, em parceria com a UNESCO. Para o seu desenvolvimento, o ICA concede a coordenação do projeto a Peter Van Garderen, da empresa canadense Artefactual Systems.

A primeira versão do AtoM foi lançada em julho de 2006, no Congresso do Conselho Internacional de Arquivos, em Kuala Lumpur.

A ferramenta tecnológica AtoM (Access to Memory) é uma base de dados concebida e baseada nas normas internacionais de descrição arquivística do Conselho Internacional de Arquivos, sendo um aplicativo de código fonte aberto, destinado à descrição normalizada em arquivos permanentes.

Esta ferramenta utiliza a web como canal para a disseminação das atividades de descrição arquivística, em conformidade com os padrões contidos nas normas internacionais, possibilitando que as instituições arquivísticas tenham acesso a um sistema gratuito, multilíngue, fácil de usar e que as permita disponibilizar online informações acerca de seus acervos.

Todo o suporte para desenvolvimento e instalação do AtoM é oferecido pela Artefactual Systems, através de uma extensa documentação e canais de comunicação³⁶ como, por exemplo, o fórum³⁷ de usuários da plataforma. Este fórum tem por finalidade a correção de falhas no

36 A documentação detalhada e utilizável é liberada sob Creative Commons Attribution -Share Alike 3.0 Unported. Veja <http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/> A página wiki ICA- AtoM, com tutoriais projetados para uso individual e oficinas de formação, estão disponíveis para download. Veja <http://ica-atom.org/doc/Tutorials>

37 Usuários podem baixar o software, visualizar o manual de documentação e do usuário, encontrar o código-fonte e participar do Fórum de usuário e lista de problemas, através de links encontrados no ICA- AtoM Homepage, <http://ica-atom.org/>

sistema, melhoria e desenvolvimento de novos recursos, proporcionando a transferência de conhecimento, através de listas de discussão, fóruns, blogs oficinas de formação *on line* e tutoriais.

6.1.1 Design baseado nas normas internacionais de descrição arquivística

O AtoM apresenta descrição arquivística multinível e hierarquizada, baseada nas normas (ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDIAH, ISDF, Dublin Core³⁸, RAD³⁹

Segundo Garderen⁴⁰ (2006), a utilização das normas internacionais para a padronização da descrição arquivística é capaz de produzir dados mais consistentes, melhorando o fluxo do trabalho de descrição e a pesquisa no acervo. Como exemplo prático da importância da padronização no processo de descrição arquivística, podemos citar o desenvolvido em um campo em que o usuário possa inserir dados no modelo de edição, contribuindo desta maneira para a descrição e identificação de itens documentais.

Por outro lado, ao utilizar um modelo padronizado, no processo de descrição arquivística, o AtoM não suporta a migração de bancos de dados que não atendam aos padrões de descrição arquivística estabelecidos pelas normas internacionais. A migração de bases de dados que não atendam a esta padronização apresenta sério risco de perda de informações sobre o contexto dos registros.

Entretanto, havendo interesse institucional em utilizar esta ferramenta tecnológica, o processo de migração de bases de dados passa a ser uma boa oportunidade, para que os repositórios que ainda não estejam sistematicamente adequados e padronizados às normas internacionais propostas pelo CIA, passem a padronizar suas atividades de descrição, passando a ter um maior controle sobre seus dados descritivos e, em consequência, de seu acervo.

38 Dublin Core é um esquema de metadados, que visa descrever objetos digitais, tais como, vídeos, sons, imagens, textos e sites na web. Aplicações de Dublin Core utilizam XML e o RDF (Resource Description Framework).

39 [Http://www.cdncouncilarchives.ca/archdesrules.html](http://www.cdncouncilarchives.ca/archdesrules.html)

40 Peter Van Garderen é analista da Artefactual Systems, responsável pelo desenvolvimento do projeto AtoM.

6.1.2 Recursos e aspectos funcionais

Uma das características do AtoM é o seu melhoramento contínuo, devido à arquitetura do software permitir o acesso ao seu código fonte e pela grande participação de seus usuários em fóruns e blogs dedicados ao desenvolvimento da ferramenta.

O AtoM utiliza tecnologia baseada na *internet*; sendo assim, a partir da utilização de um navegador com acesso à *Internet*, é possível a utilização plena de todos os recursos à disposição no software. Os usuários podem acessar páginas estruturadas em *HyperText Markup Language* (HTML)⁴¹, que estão alocadas no servidor e, ao clicar em um botão ou em um *link* na página, um *script* escrito em PHP é ativado e envia um comando para a base de dados, retornando em formato HTML para o navegador de *internet* o resultado deste comando. (BUSHEY, 2011).

Ao dispor de todos estes recursos, a interface do software apresentada no navegador constitui-se em um canal de interação com o usuário. É através do navegador que se podem criar, visualizar, pesquisar, atualizar e excluir descrições arquivísticas e/ou as ações de configuração do software.

Ao ser instalado, podemos perceber no AtoM a existência de dois ambientes distintos, mas que mantêm relação entre si; são eles: o ambiente dos administradores, registrados através de senha no sistema, e o ambiente para os usuários não cadastrados no sistema (usuário *web*). Os usuários *web* não possuem acesso à área administrativa do sistema, não tendo com isso privilégios especiais, podendo apenas realizar buscas e visualizar informações.

Os usuários do sistema com os privilégios de administrador podem alterar diretamente o banco de dados do software, podendo este tipo de usuário inserir, apagar, fazer a tradução do software, modificar o conteúdo das descrições, dependendo para isso, do nível de privilégios que possui.

O AtoM possui quatro grupos de usuários no modo de administração. Abaixo, eles estão listados em ordem crescente de privilégios:

a) administrador: possui todos os privilégios listados abaixo mais as permissões para traduzir e cadastrar usuários, definindo o grau de privilégios destes dentro do sistema;

41 HTML é uma das linguagens que utilizamos para desenvolver websites. O acrônimo HTML vem do inglês e significa Hypertext Markup Language ou em português Linguagem de Marcação de Hipertexto. O HTML é a linguagem base da *Internet*.

b) editor: possui permissões para criar, exibir, atualizar e excluir descrições arquivísticas, publicar novas descrições arquivísticas, criar, atualizar e excluir registros de autoridade, criar, atualizar e excluir termos de taxonomia;

c) colaborador: possui permissões para criar, exibir e atualizar descrições arquivísticas preliminares, criar e atualizar registros de autoridade;

No tocante à atividade de descrição arquivística, a ferramenta AtoM possuiu algumas funcionalidades importantes, tais como: a possibilidade de criar, editar e excluir descrições arquivísticas, sendo esta a principal funcionalidade do software. É possível anexar e visualizar documentos digitais (imagem, áudio e vídeo), vinculando o item à sua respectiva descrição, inclusive com a possibilidade de inserir metadados. No modo de busca, o software possui ferramenta de pesquisa que se utiliza de palavras-chave, frases, palavras dentro do documento, etc.

No modo administrador, é possível cadastrar usuários, ou grupos de usuários, com permissões específicas, inclusive de tradução do idioma.

Por ter sua arquitetura baseada nas normas internacionais de descrição, a plataforma AtoM permite a importação, exportação de descrições e a possibilidade de formação de redes de arquivos.

É possível perceber que a plataforma AtoM viabiliza, via *internet*, o acesso aos documentos/informação por ela gerenciados, tendo como base as normas internacionais de descrição arquivística definidas pelo ICA, possibilitando a identificação, administração, localização, explicação do documento, do contexto de produção e do sistema de arquivo em que ele foi gerado (ICA-ATOM..., 2013).

Segundo Flores e Hedlund (2014), este aplicativo se torna um meio efetivo de acesso e difusão de informações sobre o acervo, atingindo usuários em qualquer parte do planeta, auxiliando no acesso e preservação dos documentos. Entretanto, a obsolescência tecnológica revela toda a fragilidade dos suportes documentais em meio digital, afetando desta maneira a perspectiva, a longo prazo, da acessibilidade a estes documentos.

Como benefícios de sua utilização, podemos destacar o acesso à documentação via *Internet*, no momento e no lugar que o usuário desejar, bastando para isso ter acesso à *web*, Aumento do índice de recuperação da informação pelos usuários do acervo, com redução de custos com fotocópias, aumento da segurança e preservação do acervo, além da otimização da pesquisa e difusão do acervo.

6.2 BASE ARCH E A EXPERIÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO (DAD/COC).

O Departamento de Arquivo e Documentação, órgão vinculado à Casa de Oswaldo Cruz, é responsável pela elaboração de diretrizes para gestão de documentos para a Fiocruz e guarda permanente dos acervos institucionais e pessoais de cientistas, sanitaristas, médicos e técnicos, que participaram da formulação e execução de políticas públicas de saúde.

O acervo permanente é composto por cento e treze fundos e coleções, tendo em sua composição documentos textuais, iconográficos, cartográficos, sonoros e filmográficos. A documentação abrange desde o ano de 1803 até os dias atuais, constituindo um conjunto documental único da memória e da história da saúde no Brasil.

Desde 2010, o Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) disponibiliza *on line* sua customização do AtoM, agora rebatizada como Base Arch, inicialmente contando com quarenta e sete descrições em nível de fundo. Com o decorrer dos anos, tornou-se um instrumento importante de pesquisa e divulgação do acervo. O objetivo institucional era o desenvolvimento de metodologia e ferramenta tecnológica destinada à automação da descrição de acervos, inovação e atualização dos instrumentos arquivísticos de referência e com o propósito de formar redes cooperativas, para intercâmbio de informações via *Web*.

Ao longo dos cinco últimos anos, foram incluídas descrições multiníveis de fundos e coleções, com mais de 8.200 objetos digitais, entre documentos textuais, iconográficos, filmográficos e sonoros. Desde então, a Base Arch vem atraindo o interesse de diversas instituições, em áreas de atuação das mais distintas, oriundas de todas as esferas governamentais.

6.2.1 Histórico de versões, cooperação técnica e produtos

A primeira versão do AtoM a ser utilizada pelo Departamento de Arquivo e Documentação foi a versão beta 1.0.4, que foi ao ar em 30 de julho de 2009 (ainda como ICA-

AtoM). Inicialmente customizada pela BIREME⁴², esta versão já trazia em seu escopo algumas melhorias, sendo as principais:

- a) relatórios internos;
- b) descritores DECS⁴³;
- c) campo de notas personalizado.

A segunda versão beta utilizada foi a 1.0.8, que entrou em operação em 22 de junho de 2010. Agora a página já estava customizada e com elementos de identificação institucional, inclusive já tendo sido rebatizada como Base Arch. Esta versão proporcionou um grande salto de qualidade e estabilidade da plataforma. Suas melhorias mais significativas foram:

- a) total mudança no fluxo de alimentação;
- b) interface “drag and drop⁴⁴”, que possibilitava mover descrições dentro dos fundos ou coleções;
- c) inclusão de comandos de reindexação de pesquisa;
- d) subtração do campo Decs e customização do campo de notas;
- e) manutenção dos relatórios e os arquivos de tradução.

Em 14 de outubro de 2011, foi feita a migração para a versão 1.1 da plataforma AtoM, agora rebatizada como Base Arch. Esta versão tem como principal característica ser a primeira versão completamente estável do software. As principais características desta versão são:

- a) utilização de links permanentes das páginas de descrição;
- b) melhorias nos campos datas, registro de autoridade e funções;
- c) customização dos relatórios internos, arquivos de tradução e inventários.

Em 04 de outubro de 2014, entra em operação a quarta versão atualizada da plataforma (ainda chamada de ICA-AtoM). As principais melhorias da versão 1.3 foram:

- a) pesquisa (busca) dentro dos PDF's;
- b) melhoria na geração dos índices de pesquisa;

42 O Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, mais conhecido pela sigla BIREME (de sua denominação original Biblioteca Regional de Medicina), é um organismo internacional, centro especializado que faz parte da Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS). Atua na área da saúde, com o objetivo de democratizar o acesso à informação, conhecimento e evidências científicas na área.

43 O vocabulário estruturado e trilingue DeCS - Descritores em Ciências da Saúde foi criado pela BIREME, para uso na indexação de artigos de revistas científicas, livros, anais de congressos, relatórios técnicos e outros tipos de materiais, assim como para ser usado na pesquisa e recuperação de assuntos da literatura científica nas bases de dados LILACS, MEDLINE e outras.

44 Drag-and-drop (arrastar e largar), nomenclatura utilizada nas interfaces gráficas de computadores, é a ação de clicar em um objeto virtual e "arrastá-lo" a uma posição diferente da original, ou sobre um outro objeto virtual. De maneira geral, ele pode ser usado para invocar diversos tipos de ações, ou criar vários tipos de associações entre dois objetos abstratos.

- c) controle dos elementos de descrição arquivística;
- e) customização dos relatórios, arquivos de tradução; inventários e do tema da base Arch.

A versão atual da Base Arch é a 2.1.0 foi ao ar em 08 de outubro de 2014 (a partir da versão 2.0, a plataforma passa a ser chamada de AtoM). Como principais melhorias do sistema, pode-se destacar:

- a) melhoria na geração de índices de pesquisa;
- b) mudança no servidor de aplicação;
- c) template responsivo⁴⁵;
- d) filtros de pesquisa;
- e) customização dos arquivos de tradução, inventários, temas da página.

Além do desenvolvimento e customização da plataforma AtoM, outros produtos foram gerados a partir da utilização e otimização desta solução tecnológica. A partir de 2012, foram firmados vários acordos de cooperação técnica com diversas instituições públicas para a utilização, desenvolvimento e transferência de conhecimento da plataforma AtoM, agora customizada e rebatizada como Base Arch.

Dentre as instituições que participam deste acordo de cooperação técnica estão: Museu do Índio, Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, Tribunal Regional Federal, Funarte, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH da UFRJ, Exército, Marinha do Brasil e Ministério da Aeronáutica.

Em 2014, o Departamento de Arquivo e Documentação lança seu programa de treinamento, visando a qualificação dos usuários da plataforma Base Arch. O programa aborda temas importantes para a implantação, desenvolvimento e utilização da ferramenta, tais como: treinamento para o pessoal de TI, onde são abordados temas como instalação, customização, migração de dados e manutenção do sistema.

No módulo voltado para assuntos arquivísticos, são abordados temas como: conceitos de arquivos e normas de descrição arquivística, o histórico de implantação do sistema, apresentação e características do AtoM e a sua utilização.

45 Template responsivo é aquele que permite que o visual do seu *blog* ou *site* se adapte automaticamente para ser exibido nos mais diversos tamanhos de tela, desde um pequeno *smartphone* até o monitor de um *desktop*. Sua principal utilidade é fornecer uma experiência melhor aos usuários que visitam seu blog através de *smartphones*, onde é mais notada a deficiência de um template não responsivo.

No mesmo ano foi criado um *Blog*⁴⁶ da Base Arch, com o objetivo de ser um canal de comunicação entre os usuários da plataforma AtoM. Existe um campo de interação FAQ, que é um acrônimo da expressão inglesa *Frequently Asked Questions* (perguntas mais frequentes). Neste espaço de interação é disponibilizado o material dos treinamentos realizados, assim como manuais de passo a passo para a instalação e customização do software, pacotes de correções do sistema, contato com os desenvolvedores da FIOCRUZ e tutoriais para a instalação, customização e migração de dados da base.

Estas iniciativas permitirão alcançar e desenvolver uma rede colaborativa e de partilha de informação, através da transferência de experiências técnicas da promoção e de boas práticas de utilização, de melhoria profissional e contínua para o desenvolvimento do AtoM, como ferramenta de acesso, pesquisa e divulgação do acervo, para entidades custodiadoras de acervo permanente.

46 Um *blog* (contração do termo inglês *web log*, "diário da rede") é um *site* cuja estrutura permite a atualização rápida, a partir de acréscimos dos chamados artigos, ou *posts*. Estes são, em geral, organizados de forma cronológica inversa, tendo como foco a temática proposta do *blog*, podendo ser escritos por um número variável de pessoas, de acordo com a política do *blog*.

7 OS IMPACTOS DA BASE ARCH NO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO (DAD) DA CASA DE OSWALDO CRUZ (COC).

A fundamentação teórica e conceitual deste trabalho foi apresentada em seções anteriores, onde estão sistematizadas, com base em revisão bibliográfica, as perspectivas de vários autores sobre o processamento técnico e o acesso aos acervos arquivísticos. Nesta seção, encontram-se os dados coletados no universo empírico da pesquisa, o Departamento de Arquivo e Documentação da COC/FIOCRUZ.

A análise empreendida apoiou-se nas estatísticas desenvolvidas pelo setor de atendimento ao usuário na instituição pesquisada e nos relatórios obtidos junto aos administradores da Base Arch e funcionários que viveram experiências de atendimento e acesso à informação, nos períodos pré e pós utilizações da Base Arch, incluindo vários documentos institucionais que serviram como indicadores para que a hipótese desta pesquisa pudesse ser comprovada.

A proposta de investigar os impactos da adoção do modelo de bases de dados, para disponibilizar a descrição e promover o acesso aos acervos arquivísticos, permitiu revelar uma nova realidade na atividade de descrição arquivística e na elaboração de instrumentos de pesquisa, com significativa ampliação no número de acessos aos documentos (presencial e, principalmente, o acesso remoto). Esta mudança está quantitativamente demonstrada nesta seção do trabalho.

Conforme caracterizado nas seções anteriores, o impacto das chamadas novas tecnologias da informação nas práticas arquivísticas pode ser observado no efeito prático desta nova realidade nas instituições custodiadoras de acervo permanente. A facilidade do acesso, a disponibilização dos instrumentos de pesquisa, a convergência de formatos e facilidade de consulta ao acervo, devido à padronização da descrição arquivística, estão se tornando realidade no cotidiano das instituições de preservação e acesso a acervos arquivísticos.

7.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ACESSO AOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS NO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO – DAD/COC

A sala de consulta faz parte da estrutura organizacional da Casa de Oswaldo Cruz, desde a criação do Departamento de Arquivo e Documentação, no ano de 1986, quando inicialmente era vinculada ao Núcleo de Informação da COC. Atualmente, a sala de consultas é vinculada ao Serviço de Arquivo Histórico (SAH), sendo responsável pelo atendimento presencial e

remoto ao acervo, sob custódia do DAD. O seu objetivo é centralizar todo o atendimento de usuários internos e externos, físicos ou remotos, para a pesquisa ao acervo arquivístico, necessitando, para isto, de uma estrutura eficiente e eficaz, que atenda às necessidades de acesso e disseminação dos acervos.

A pesquisa ao acervo, durante o período de 1988 até 2008, era feita exclusivamente através de instrumentos de pesquisa desenvolvidos pelo próprio Departamento. Estas ferramentas de pesquisa eram categorizadas como guia do acervo, inventários (sumários, analíticos e preliminares) e listagens preliminares. Os usuários tinham à sua disposição 1 guia do acervo, 56 instrumentos de pesquisa, sendo 34 instrumentos de pesquisa para fundos institucionais e 22 instrumentos para fundos pessoais.

Ao fazer uma análise, comparando esses instrumentos com as recomendações da literatura arquivística para a elaboração de instrumentos de pesquisa e também com as orientações da ISAD (G) e da NOBRADE, foi possível constatar que os instrumentos de pesquisa da sala de consulta apresentavam problemas em sua construção.

Somente a partir de 2009, com o início da utilização da Base Arch (AtoM) e adoção da NOBRADE, como diretriz para a elaboração de descrição arquivística para o Departamento de Arquivo e Documentação, é que este cenário começa a se modificar.

Ao fazer uma análise das principais características desses instrumentos, chegamos aos seguintes números:

Quadro 4 – Demonstrativo dos instrumentos de pesquisa do DAD

Ano	Quantidade	Instrumento de Pesquisa	Características
1991	1	Inventário Preliminar	Listagem dos documentos dentro das caixas que não seguem o quadro de arranjo
1993	3	1 Inventário Preliminar 2 Inventários	Listagem dos documentos dentro das caixas que não seguem o quadro de arranjo
1996	3	3 Inventários	Listagem dos documentos dentro das caixas que não seguem o quadro de arranjo. Apenas 1 dos inventários possuía elementos de contextualização, como dados

			bibliográficos do titular, Ficha técnica (forma/data de entrada, gênero ou espécie e quantidade, datas limite, organização, conteúdo e condições de acesso)
1997	12	10 inventários 2 Inventários Analíticos 1 Inventário Preliminar	Apenas 50% dos instrumentos de pesquisa (6) deste período possuíam dados bibliográficos do titular, Ficha técnica (forma/data de entrada, gênero ou espécie e quantidade, datas limite, organização, conteúdo e condições de acesso). Entretanto aproximadamente 59% dos instrumentos deste período são apenas listagens de conteúdo de caixas.
1998	17	12 Inventários 5 Inventários analíticos	Cerca de 80% dos instrumentos de pesquisa deste período apresentam elementos de contextualização, como dados bibliográficos do titular, Ficha técnica (forma/data de entrada, gênero ou espécie e quantidade, datas limite, organização, conteúdo e condições de acesso). A ordem do arranjo passa a ser adotada na construção dos inventários e uma proposta de codificação, ainda que de elaboração confusa, é apresentada. Existe certa confusão terminológica quanto à nomenclatura atribuída aos instrumentos de pesquisa. Os inventários analíticos quase sempre são inventários sumários.
2000	2	1 catálogo de documentos	A confusão terminológica persiste, a listagem descritiva é apenas uma relação de conteúdo

		1 Listagem descritiva	de caixas, sem descrever item a item.
2001	1	Inventário	Instrumento de pesquisa apresenta elementos de contextualização, como dados bibliográficos do titular, Ficha técnica (forma/data de entrada, gênero ou espécie e quantidade, datas limite, organização, conteúdo e condições de acesso). A ordem do arranjo é adotada na construção do inventário.
2003	1	Inventário	Instrumento de pesquisa apresenta elementos de contextualização, como dados bibliográficos do titular, Ficha técnica (forma/data de entrada, gênero ou espécie e quantidade, datas limite, organização, conteúdo e condições de acesso). A ordem do arranjo é adotada na construção do inventário.
2004	1	Inventário	Instrumento de pesquisa apresenta elementos de contextualização, como dados bibliográficos do titular, Ficha técnica (forma/data de entrada, gênero ou espécie e quantidade, datas limite, organização, conteúdo e condições de acesso). A ordem do arranjo é adotada na construção do inventário.
2007	3	3 inventários	Instrumento de pesquisa apresenta elementos de contextualização, como dados bibliográficos do titular, Ficha técnica (forma/data de entrada, gênero ou espécie e quantidade, datas limite, organização, conteúdo e condições de acesso). A ordem do arranjo é adotada na construção do inventário.
2009	6	6 Inventários	Instrumentos passam a adotar a NOBRADE na sua elaboração. A partir de 2009, os instrumentos de pesquisa impressos são

			gerados a partir dos relatórios da Base Arch.
2010	2	2 inventários	Instrumentos passam a adotar a NOBRADE na sua elaboração. A partir de 2009, os instrumentos de pesquisa impressos são gerados a partir dos relatórios da Base Arch.

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos antigos instrumentos de pesquisa da sala de consulta.

Como visto no quadro acima, os primeiros instrumentos de pesquisa elaborados, a partir de 1991, apresentavam problemas em relação à sua construção, não seguiam nenhum tipo de padronização, não havia preocupação com a contextualização dos documentos, os inventários não seguiam ordenação do quadro de arranjo e havia certa confusão quanto à tipologia dos instrumentos de pesquisa.

Em seu estudo realizado no ano de 2001 e intitulado: *A indexação dos inventários de fundos arquivísticos do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz*, Oliveira (2001) já apontava inconsistências na elaboração dos instrumentos de pesquisa, apresentadas na falta de padronização em sua construção, na definição da terminologia adequada. Somente alguns instrumentos possuíam elementos de contextualização, como introdução e algumas informações a respeito dos fundos descritos, tais como, quantidade, datas limite e a descrição dos documentos. Podemos perceber no quadro acima que, a partir de 2000, com a publicação da ISAD(G), os instrumentos de pesquisa, ainda que de maneira não institucionalizada (o que viria a ser oficializado somente a partir de 2009, com a adoção da NOBRADE, como norma de descrição arquivística), passaram a adotar campos de descrição obrigatórios, estabelecidos por esta norma.

Ainda segundo Oliveira (2001), outra deficiência encontrada nos instrumentos de pesquisa do DAD era a inexistência de indexação, que pudesse orientar os usuários (através de verbetes ou palavras chave) na pesquisa aos documentos do acervo. Mesmo nos inventários chamados analíticos, em que a presença do índice, segundo Bellotto (1991, p.134), “é um elemento obrigatório”, na prática eram inexistentes nos instrumentos de pesquisa à disposição dos usuários na sala de consulta. A falta dos índices nestes instrumentos de pesquisa, reflexo da não indexação, dificultava a pesquisa e a recuperação da informação, gerando desta maneira demora na pesquisa e no atendimento ao usuário.

Com o objetivo de promover o estudo de perfil de usuário, a sala de consulta do DAD utiliza fichas de cadastro para levantamento de dados estatísticos, que foram objeto de estudo

desta pesquisa. Foram analisadas as anotações que compreendem dois períodos distintos, o primeiro compreende os anos de 1988 até o ano de 2008, precedendo a utilização do AtoM.

Com base nestes registros sobre os usuários, foi possível identificar que os usuários do acervo eram os alunos dos cursos de Pós-Graduação, funcionários e pesquisadores da própria instituição. Na opinião de profissionais da sala de consulta, a principal e mais volumosa demanda no período de 1988-2008 se relacionava com interesses ligados aos canais de divulgação científica e de comunicação social⁴⁷.

Quadro 5 – Objetivos das consultas ao acervo de 1988 até 2008

Objetivo das consultas ao acervo	Quantidade	Percentual
Projeto de pesquisa	331	13,25%
Sem indicação	331	13,25%
Produção de livro	249	9,97%
Outros	220	8,81%
Apresentação em exposição	189	7,56%
Registro em branco	146	5,84%
Elaboração de Tese de Doutorado	139	5,56%
Elaboração de Dissertação de Mestrado	136	5,44%
Produção para TV/video	125	5,00%
Produção de artigo para periódico	96	3,84%
Apresentação em eventos (congressos, simpósios, seminários)	81	3,24%
Interesse pessoal	75	3,00%
Elaboração de monografia de curso de Graduação	61	2,44%

47 Entre os meses de junho a outubro de 2016, o autor deste trabalho, considerando sua inserção profissional na instituição pesquisada, abordou pessoalmente gestores e funcionários que trabalharam, ou ainda trabalham, na sala de consulta, buscando registrar suas impressões sobre a trajetória do DAD/COC, no tratamento técnico dos acervos (descrição arquivística) e na construção dos instrumentos de pesquisa, destacando o perfil dos usuários do período pré Base Arch e os impactos que esta ferramenta teve nas rotinas de acesso, descrição e construção dos instrumentos de pesquisa.

Elaboração de matéria jornalística	56	2,24%
Trabalho para curso de Mestrado	37	1,48%
Produção de título multimedia	36	1,44%
Trabalho para curso de Doutorado	34	1,36%
Publicação	23	0,92%
Trabalho escolar	20	0,80%
Trabalho para curso de Graduação	20	0,80%
Criação de <i>Web Site, Homepage</i>	19	0,76%
Trabalho para curso de Especialização	16	0,64%
Elaboração de Tese de Pós-Doutorado	13	0,52%
Produção de folders	9	0,36%
Preparação de aula	8	0,32%
Levantamento para tombamento	8	0,32%
Produção de catálogo	6	0,24%
Elaboração de relatório (CNPq, FAPERJ)	4	0,16%
Tratamento de acervo	4	0,16%
Trabalho para curso de Pós-Doutorado	2	0,08%
Curso	1	0,04%
Documentário	1	0,04%
Visita ao DAD	1	0,04%
Total	2497	

Fonte: elaborado pelo autor, com base nas estatísticas da sala de consulta.

No quadro acima, sobre os objetivos das pesquisas dos usuários, podemos dizer, levando em consideração os dados, que grande parte do acesso aos documentos do acervo no período pré Base Arch tinha por objetivo projetos de pesquisa (13,25%), produção de livros (13,25%), apresentação de exposição (7,56%), elaboração de teses de doutorado (5,56%) e dissertações

de mestrado (5,44%). Ainda segundo dados estatísticos da sala de consulta, no período referido, 86% dos usuários do acervo era composto por pessoas ligadas à instituição.

Foi observado, neste quadro percentual de objetivos da pesquisa, a relação direta com as atividades do Departamento de Pesquisa da instituição (projetos de pesquisa, produção de livros, exposições), onde funcionam cursos de Pós-Graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado).

O segundo período analisado compreende os anos de 2009 até 2016, a partir da adoção da ferramenta AtoM (Base Arch). Ao analisar os dados obtidos, foi possível constatar que houve um aumento progressivo no número de consultas (baseado nas estatísticas da sala de consulta e nas ferramentas estatísticas da própria Base Arch) e utilização dos documentos do acervo arquivístico.

A facilidade de acesso e consulta aos documentos proporcionada pela Base Arch tornou possível a expansão da divulgação do acervo para fora dos muros da instituição.

Quadro 6 – Objetivo das consultas ao acervo no ano de 2015

Objetivo das consultas ao acervo usuário interno	Quantidade	Percentual
Pós-Doutorado	8	10%
Doutorado	13	16,25%
Mestrado	20	25%
Especialização	6	7,6%
Graduação	25	31,25%
Jornalismo	3	3,75%
Outros	3	3,75%
Não informado	2	2,5%
Total	80	

Fonte: elaborado pelo autor, com base nas estatísticas do formulário de cadastro de usuários.

Quadro 7 – Perfil de usuários

Usuários	Porcentagem
Internos = 33	42%

Externos = 47	58%
---------------	-----

Fonte: elaborado pelo autor, com base nas estatísticas do formulário de cadastro de usuários.

Com base nos formulários de cadastro de novos usuários⁴⁸ do ano de 2015 é possível traçar um perfil dos novos usuários do acervo. Ao analisar estes novos números, foi constatada uma mudança de perfil. A nova realidade do uso do acervo aponta para o ambiente acadêmico de Graduação e de Pós-Graduação, tanto para os usuários internos quanto para os externos.

Quanto aos usuários internos⁴⁹, estes são 42% do total cadastrado, sendo que 95% deles são alunos dos programas de Pós-Graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado), oferecidos pelas diversas unidades que fazem parte da Fundação Oswaldo Cruz.

Destes novos usuários internos, 21,21% tiveram conhecimento sobre o acervo através da Base Arch (AtoM) em pesquisas pela *Internet*, 51,51% dos usuários internos tiveram conhecimento do acervo através de informações de terceiros (servidores, orientadores, professores, outros alunos e amigos) e 27,27% dos usuários cadastrados não informaram como obtiveram conhecimento do acervo.

Os usuários externos cadastrados são 58% do universo de novos usuários do acervo, sendo que 85% são alunos de Graduação e Pós-Graduação. Deste universo, 68,08% tiveram conhecimento e interesse no acervo, através de pesquisa na Base Arch. Dos usuários externos, apenas 17,02% tiveram conhecimento do acervo por intermédio de terceiros e apenas 10,63% não informaram.

Comparando os dois períodos, com base nos formulários de cadastro de usuários e na base de dados estatísticos da sala de consulta do DAD, é possível notar uma mudança no perfil do utilizador do acervo. O novo usuário é em sua maioria externo à instituição, estudante de Graduação ou de Pós-Graduação, e ficou conhecendo o acervo da instituição através de pesquisa na Base Arch. Dos novos usuários externos, 21,27% são estudantes de Universidades do exterior, como University of Cambridge, Maastricht University, Université de Paris e Universitat Pompeu Fabra.

A partir desta análise, é possível perceber uma mudança significativa no perfil do usuário presencial do acervo e, de acordo com a análise e interpretação dos dados coletados, a Base Arch se mostrou uma importante ferramenta de pesquisa, acesso e divulgação de acervos.

48 Este documento tem por objetivo colher informações a respeito dos novos usuários, como instituição a qual pertence, objetivo da consulta ao acervo e como tomou conhecimento da existência do acervo da Casa de Oswaldo Cruz.

49 Entendemos por usuários internos, os servidores da Fundação Oswaldo Cruz, assim como os alunos dos diversos programas de Pós-Graduação oferecidos pelas unidades que compõem a instituição.

Seus instrumentos de pesquisa e suas ferramentas de busca, aliadas aos benefícios da utilização da *Internet*, estão se consolidando como um importante instrumental, tanto para as instituições arquivísticas, quanto para os usuários, quer seja para a pesquisa e para o acesso presencial, quer seja para a pesquisa e para o acesso realizados de maneira remota.

Segundo dados obtidos pela ferramenta de estatística (Google Analytics⁵⁰) da Base Arch, no período de outubro de 2015 até outubro de 2016, foram registrados 46.159 usuários que realizaram algum tipo de consulta à base de dados, sendo que 25,99% das pesquisas foram feitas por usuários do Estado do Rio de Janeiro, logo a seguir tivemos São Paulo com 8,43%, Brasília com 3,49%, Salvador com 2,39% e Fortaleza com 2,38% de usuários. Ao todo, 95% das pesquisas realizadas na base foram de usuários brasileiros.

Fora do território nacional tivemos 1,18% de usuários dos Estados Unidos, 1,05% de Portugal, além de pesquisas realizadas de Angola, Moçambique, Índia, Quênia, França e Argentina.

Ao analisar estes dados, temos a comprovação de que a utilização da Base Arch (AtoM) criou condições para a divulgação do acervo, que agora é acessado e pesquisado não só por usuários no Brasil, mas também é utilizado por usuários no exterior.

7.2 O NÚMERO DE ACESSO AOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS

O acesso é uma função arquivística cujo objetivo principal é tornar acessível a consulta aos documentos e informações, promovendo sua utilização. O acesso aos documentos públicos é garantido pela Lei Federal 8159 de 8 de janeiro de 1991.

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (BRASIL, 1991, não paginado).

50 O Google Analytics é uma ferramenta que monitora todos os números relacionados ao tráfego do site. Esta ferramenta consegue captar dados geográficos, demográficos e estatísticas diversas, como: quantas visitas seu site recebe, de onde vêm estas visitas (Google, redes sociais, campanhas, email, etc), qual região mais acessa seu site e quais as páginas mais acessadas do seu site.

Segundo dados obtidos da base de informações da sala de consulta, o número de acessos aos documentos do DAD, entre os anos de 1988 e 2008, somam 9384 (nove mil trezentos e oitenta e quatro) acessos⁵¹, em um período de 20 anos.

Ao realizar uma análise baseada no número de acessos ao acervo, em relação ao período de tempo compreendido entre 1988 e 2008 (vinte anos), teremos a seguinte média:

Quadro 8 – Acessos ao acervo 1988 - 2008

Média de acessos ao acervo no período de 1988 até 2008	
Ano	469,2 acessos
Mês	39,1 acessos
Dia	1,3 acessos

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos relatórios da sala de consulta no período de 1988 e 2008.

Cabe ressaltar que estes números estão baseados nos dados documentados da sala de consulta do DAD e que se referem aos atendimentos (acessos).

Ao observar os números de acessos aos arquivos, pode-se notar a baixa média diária, de pouco mais de um acesso. Os dados disponibilizados pela sala de consulta, considerando estudos realizados por servidores sobre os usos do acervo e considerando o principal perfil de uso identificado anteriormente, indica que o baixo índice de acessos ao acervo decorre do fato de que, no referido período, o acervo não possuía divulgação fora do ambiente institucional, sendo seus principais usuários, estudantes dos programas de Pós-Graduação da Casa de Oswaldo Cruz e servidores da instituição.

Em 2009, a Casa de Oswaldo Cruz decide pela consolidação de novas metodologias de trabalho, para o tratamento técnico de organização de seu acervo arquivístico. Neste sentido, passa a adotar a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Esta nova metodologia para a descrição de documentos arquivísticos contribuiu para a padronização e normalização dos instrumentos de pesquisa do DAD.

Na perspectiva tecnológica, adotou-se o sistema AtoM para a pesquisa, acesso e divulgação de seu acervo arquivístico, com o objetivo de desenvolvimento de uma rede cooperativa entre instituições detentoras de acervos constituintes da memória documental da ciência, tecnologia e saúde.

51 Entendemos como acesso, a consulta aos acervos, quer seja de maneira presencial (consulta aos documentos do acervo arquivístico via sala de consulta), ou remota (e-mail, telefone)

Tanto a adoção institucional da NOBRADE, quanto da plataforma AtoM (Base Arch), foram oficializadas com a publicação do Relatório de Atividades da Casa de Oswaldo Cruz do biênio 2008-2009 (APÊNDICE A). A partir de então, a Base Arch passa a ser o principal instrumento de pesquisa para o acesso ao acervo do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz.

A decisão institucional de utilizar a ferramenta tecnológica AtoM (Base Arch), para padronizar e otimizar a atividade de descrição arquivística, foi responsável por mudanças significativas na elaboração dos seus instrumentos de pesquisa e no acesso aos documentos do acervo arquivístico. Atualmente a Base Arch é uma customização da versão 2.2 (AtoM).

As principais funcionalidades do sistema que podem ser destacadas são: a possibilidade de criação, edição e exclusão de informações arquivísticas, todas elas disponíveis em uma estrutura multinível e hierarquizada. Conformidade com as normas internacionais de descrição arquivística, como a ISAD(G), ISAAR (CPF), ISDIAH e a norma brasileira NOBRADE. A possibilidade de vincular (anexar) objetos digitais, descrever e disponibilizar estes representantes digitais para a consulta.

Com relação à pesquisa, a plataforma AtoM possuiu uma ferramenta de busca que possibilita pesquisa simples e avançada, podendo serem feitas combinações de palavras chave, frases, ou qualquer elemento de descrição tornando, dessa forma, a pesquisa muito mais eficiente. É possível também a realização de pesquisa Global, nos termos das indexações das descrições arquivísticas, além da gestão de taxonomias, que tem por objetivo a redundância de dados.

No tocante à área de controle administrativo, é possível o cadastro de usuários com diferentes níveis de permissões. Os usuários com este perfil administrativo podem fazer alterações, inclusões, exclusões dos elementos de descrição arquivística da base de dados, realizar tradução do idioma, alteração e customização da interface gráfica da plataforma.

Ao iniciar suas atividades em 2009, a plataforma AtoM (Base Arch) foi responsável pelo aumento no número de acessos ao acervo arquivístico. Tal afirmação pode ser confirmada com a análise dos dados da base da sala de consulta do DAD, que abrange o período compreendido entre os anos de 2009 até 2016. Neste intervalo de apenas sete anos, foram registrados 7728 (sete mil setecentos e vinte e oito) acessos ao acervo arquivístico.

Quadro 9 – Acessos ao acervo 2009 - 2016

Média de acessos ao acervo no período de 2009 até 2016
--

Ano	1104 acessos
Mês	92 acessos
Dia	3,06 acessos

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos relatórios da sala de consulta, no período de 2009 até 2016.

Comparando a média anual do número de consultas ao acervo do DAD, tomando como parâmetro o período de 1989 até 2008 (período pré Base Arch) e o período de 2009 até 2016 (período pós Base Arch), podemos observar que, em número de acessos, tivemos um aumento de 135,29%.

Embora o período pré Base Arch tenha uma quantidade maior de acessos (9384), em relação ao período pós Base Arch (7728), o que chamou a atenção foi a diferença média diária de acessos. Enquanto no primeiro período analisado foram precisos 20 anos para se atingir estes números, o segundo período (o de adoção da Base Arch), na média anual (7 anos), superou em 135,29% em relação ao número de atendimentos do primeiro período.

Ao analisar os dados, temos a comprovação de que a utilização do AtoM (Base Arch) impactou as rotinas de acesso aos documentos do acervo arquivístico permanente, aumentando consideravelmente o acesso, promovendo a difusão e a utilização dos documentos do acervo.

7.3 OS IMPACTOS NAS ATIVIDADES DE DESCRIÇÃO DOCUMENTAL

A atividade de descrição é responsável, segundo Lopez (2002, p.12), pela sistematização de informações que são produzidas, visando o controle durante o processo de organização, sendo este elemento fundamental para a construção de instrumentos de pesquisa eficientes.

Para o autor, a atividade de descrição deve ser iniciada no nascimento (produção) do documento, de forma a garantir a compreensão da origem e finalidade dos documentos. O processo de descrição realizado após a produção documental, geralmente ocorrendo após o recolhimento, é uma atividade muito mais complexa e trabalhosa.

Nesses casos, a descrição costuma ser mais trabalhosa, justamente por ter que partir do zero, sem contar com informações previamente reunidas pela classificação arquivística. Do mesmo modo, a simples descrição de conjuntos documentais que não estejam devidamente classificados na organização arquivística é uma tarefa não recomendada, já que tende a apresentar resultados incompletos e excessivamente transitórios. Sem as referências mínimas da classificação, a descrição tende a esvaziar os significados dos documentos. (LOPEZ. 2002, p.11).

Ao analisar os impactos da adoção do AtoM na descrição de acervos do DAD, devemos levar em consideração alguns aspectos da gestão de documentos na instituição, em relação às condições dos acervos recolhidos ao departamento. Estes documentos, em sua grande maioria, não foram objeto de um programa de gestão de documentos; desta maneira, concordamos com Lopez, ao afirmar que o trabalho de descrição documental fica comprometido e mais trabalhoso. Para ilustrar esta realidade na FIOCRUZ, temos o seguinte quadro elaborado pelo Sistema Integrado de Gestão de Documentos de Arquivos - SIGA da FIOCRUZ, no ano de 2014, onde somente 30% das unidades da instituição contava com a implantação da gestão documental.

Quadro 10 – Gestão de documentos nas unidades da Fiocruz

Unidade	Órgão	Gestão de documentos
PRESIDÊNCIA	Pesquisa e laboratórios de referência	SIM
	Gestão e desenvolvimento institucional	NÃO
	Ensino, informação e comunicação	NÃO
	Ambiente, atenção e promoção à saúde	NÃO
	Produção e inovação em saúde	NÃO
UNIDADES DE ASSISTÊNCIA DIRETA DA PRESIDÊNCIA	Gabinete	NÃO
	Procuradoria	NÃO
	CCS	NÃO
	CRIS	NÃO
	Ouvidoria	NÃO
UNIDADES TÉCNICO-ADMINISTRATIVAS	DIRAC	NÃO
	DIREH	SIM
	DIRAD	SIM
	DIPLAN	NÃO
UNIDADE TÉCNICA DE APOIO	CECAL	NÃO
	IFF	SIM

UNIDADES TÉCNICO-CIENTÍFICAS	IPEC	SIM
	IOC	NÃO
	ENSP	NÃO
	EPJV	NÃO
	COC	SIM
	ICICT	NÃO
	BIO-MANGUINHOS	SIM
	FAR-MANGUINHOS	SIM
	INCQS	SIM
	ICC	NÃO
	CPqAM	NÃO
	CPqRR	NÃO
	CPqGM	NÃO
	CPqLMD	NÃO

Fonte: elaborado pelo autor, com dados obtidos do Sistema Integrado de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGDA) da Fiocruz.

Devido a esta condição, ao serem recolhidos, os documentos, tanto institucionais, quanto os acervos pessoais, aguardavam por longos períodos até o início do seu processamento técnico. Diante deste cenário, a atividade de descrição documental ficava comprometida, pois eram necessários esforços maiores para se recuperar o contexto de produção dos documentos recolhidos. Aliada a esta realidade, a falta de padronização e normatização da atividade de descrição documental pode ter tido influência direta na elaboração dos instrumentos de pesquisa da fase pré Base Arch.

Baseados nas informações do Relatório de Atividades da Casa de Oswaldo Cruz, no biênio (2006-2007), temos o seguinte cenário, quanto à descrição arquivística do acervo.

Quadro 11 – Fundos descritos entre os anos de 2006 e 2007

Ano	Fundo
2006	Frederico Simões Barbosa
2006	Souza-Araújo
2006	Porto D`Ave

2006	Casa de Oswaldo Cruz
2007	Corrêa Sobrinho
2007	Instituto Fernandes Figueira
2007	Instituto Nacional de Endemias Rurais

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados do Relatório de Atividade do período de 2006-2007.

A partir da utilização da Base Arch, e toda a adequação do DAD em utilizar as normas de descrição ISAD(G) e NOBRADE (toda a estrutura da Base Arch é baseada nestas normas), como ferramenta para pesquisa e acesso aos documentos arquivísticos do arquivo permanente do DAD, é possível notar mudanças importantes na atividade de descrição documental. Para que a Base Arch seja utilizada, é necessária a padronização da atividade de descrição de documentos. A falta de padronização é capaz de gerar equívocos, que terão graves consequências no momento de inserção destas informações no AtoM, como uma grafia errada, por exemplo. Tal procedimento pode gerar inconsistências, que prejudicarão o momento da recuperação da informação, ocasionando insatisfação dos usuários.

Esta mudança metodológica gerou impactos na atividade de descrição arquivística no DAD. Um desses impactos pode ser comprovado pelos números de fundos descritos nos relatórios de atividades dos anos posteriores à adoção da Base Arch.

Quadro 12 – Fundos descritos entre os anos de 2008 e 2015

Ano	Fundo
2009/2010	Belisário Penna
2009/2010	Carlos Chagas
2009/2010	Escola Nacional de Saúde Pública - Direção
2009/2010	Evandro Chagas
2009/2010	Fundação SESP
2009/2010	Gentile de Melo
2009/2010	IOC
2009/2010	Renato Kehl
2009/2010	Hésio Cordeiro

2009/2010	Souza-Araújo 2º remessa
2009/2010	Carlos Chagas Filho
2009/2010	Celso Arcoverde
2009/2010	Cláudio Amaral
2009/2010	IOC
2009/2010	Luiz Fontenelle
2009/2010	Lourival Ribeiro
2009/2010	Mário Vianna Dias
2011/2012	Paulo Carneiro
2011/2012	Presidência
2011/2012	Sebastião Oliveira
2011/2012	Souza-Araújo 3º remessa
2011/2012	Virgínia Porto Carreiro
2013/2014	Anthony Leeds
2013/2014	Comissão Nacional da Reforma Sanitária
2013/2014	9º Conferência Nacional de Saúde
2013/2014	8º Conferência Nacional de Saúde
2013/2014	Eduardo Costa
2013/2014	Elizabeth Leeds
2013/2014	Herman Lent
2013/2014	Sara Hawker
2013/2014	Szachina Cynamom
2013/2014	Arthur Neiva
2013/2014	Astrogildo Machado
2013/2014	Augusto Perissé
2013/2014	Celso Arcoverde 2a remessa

2013/2014	Eurico Villela
2013/2014	Fonseca da Cunha
2013/2014	Francisco Laranja
2013/2014	Gustavo Riedel
2013/2014	Hayti Moutssaché
2013/2014	José Jouberg
2013/2014	Laerte de Andrade
2013/2014	Lejeune de Oliveira
2013/2014	Luiz de Moraes
2013/2014	Mário Aragão
2013/2014	Paulo Gadelha
2013/2014	Raphael de Paula Souza
2013/2014	Serviço Nacional de Febre Amarela
2013/2014	Sólon de Camargo
2013/2014	Vinícius da Fonseca
2013/2014	Walter Mendes
2013/2014	Walter Oswaldo Cruz
2015/2016	Adrian Colwell
2015/2016	Alda Falcão
2015/2016	Aleixo Nóbrega de Vasconcellos
2015/2016	Alfredo Bica
2015/2016	Anthony Leeds (acervo fotográfico)
2015/2016	Astrogildo Machado
2015/2016	Carlos Morel
2015/2016	Casa de Oswaldo Cruz
2015/2016	Celso Arcoverde (fotografias e audiovisual)

2015/2016	Cláudio Amaral
2015/2016	Comissão Nacional de Reforma Sanitária
2015/2016	8a Conferência Nacional de Saúde
2015/2016	9a Conferência Nacional de Saúde
2015/2016	Dely Noronha
2015/2016	Erney Camargo
2015/2016	Família Ozório de Almeida
2015/2016	Herman Lent
2015/2016	Herman Schatmayr
2015/2016	Ioc
2015/2016	Leônidas Deane
2015/2016	Leônidas e Maria Deane
2015/2016	Liga das Nações
2015/2016	Lopes Pontes
2015/2016	Lourival Ribeiro
2015/2016	Lopes Pontes
2015/2016	Oliveira Rodrigues
2015/2016	Oracy Nogueira
2015/2016	Paulo Carneiro
2015/2016	Romualdo Dâmaso
2015/2016	Sávio Antunes
2015/2016	Sebastião de Oliveira
2015/2016	Sociedade Brasileira de Parasitologia
2015/2016	Virgínia Portocarreiro 2a remessa

Fonte: relatório de atividades de 2008-2009, 2010-2011, 2012-2013, 2014-2015.

A utilização da Base Arch (AtoM), como ferramenta de pesquisa e acesso ao acervo arquivístico do DAD, totalmente baseada na NOBRADE, foi responsável pelo aumento da atividade de descrição, pela disponibilização de instrumentos de pesquisa mais eficientes e pela otimização do acesso.

Ao fazer uma análise quantitativa do crescimento da atividade de descrição arquivística no DAD, após a adoção da plataforma AtoM como ferramenta de descrição, pesquisa e acesso e da ISAD(G) e NOBRADE, podemos concluir que:

Quadro 13 – Evolução da atividade de descrição arquivística

Biênio	Descrições	Aumento em relação ao período anterior.
2006-2007	7	
2008-2009	10	42,85%
2010-2011	12	20%
2012-2013	31	158,33%
2014-2015	33	6,45%

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos relatórios de atividades.

Com o início da utilização da Base Arch e adoção da NOBRADE em 2009, foram estabelecidos padrões normalizados de descrição no DAD; este conjunto de procedimentos impactou na descrição dos acervos, proporcionando um salto qualitativo e quantitativo na atividade de descrição, passando de sete descrições no biênio 2006-2007 para 33 descrições no biênio 2014-2015, gerando um aumento de 371,42% entre o primeiro biênio (pré Base Arch) e o último biênio (pós Base Arch).

A utilização da Base Arch (AtoM) foi responsável pela otimização da atividade de descrição arquivística, assim como pela elaboração dos instrumentos de pesquisa, agora em formato eletrônico, que facilitam a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados. A partir de então, segundo BELLOTTO (2006, p. 173), foi firmado um elo entre a indagação do pesquisador e o acervo, criando instrumentos importantes para auxiliar a intenção de disponibilizar informações arquivísticas para o acesso.

7.4 IMPACTOS DO AtoM NA ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

De acordo com Andrade e Silva (2010), os instrumentos de pesquisa são o produto do processo final da descrição arquivística. O processo de descrição documental culmina com a

elaboração de instrumentos de pesquisa que, segundo Bellotto (1991), são responsáveis pela identificação, o rastreamento e a localização dos documentos.

Ao fazer uma análise exploratória, foi possível observar que a construção dos instrumentos de pesquisa do DAD até a adoção da plataforma AtoM, possuía algumas inconsistências relativas à sua construção e no entendimento da característica tipológica de cada tipo de instrumento.

Para que esta hipótese pudesse ser confirmada, foi feito um levantamento, tendo como base os instrumentos de pesquisa do acervo do departamento. A sala de consulta contava com 56 instrumentos de pesquisa, impressos, que datavam de 1991 até o ano de 2010. Estes instrumentos contemplavam 27 fundos, sendo 19 fundos pessoais e 8 fundos institucionais.

Até a utilização da plataforma AtoM, o Departamento de Arquivo e Documentação possuía seis tipos de instrumentos de pesquisa à sua disposição, a saber: o guia do acervo, inventários preliminares, inventários sumários, inventários analíticos e algumas listagens de documentos. Todos estes instrumentos de pesquisa foram elaborados e impressos entre os anos de 1991 e 2010.

Em uma primeira análise destes instrumentos, ficou claro que a construção das ferramentas mais antigas, que datam de 1991, não atendiam aos requisitos propostos pela literatura arquivística para a elaboração de instrumentos de pesquisa, assim como os elementos obrigatórios que caracterizam cada tipo de instrumento.

Os inventários (55,37%) foram os instrumentos de pesquisa mais produzidos no DAD, porém, estes instrumentos não eram padronizados e não seguiam os elementos obrigatórios recomendados na literatura arquivística para a sua construção; desta maneira, foram encontrados alguns equívocos, no que diz respeito à tipologia destas ferramentas.

Foi observado também que os instrumentos de pesquisa possuíam codificação dos dossiês confusa e pouco eficaz, sendo um problema para usuários e arquivistas, pois devido à sua sinuosa forma de construção, muitas vezes tornava a pesquisa e consulta aos dossiês mais demorada. Tomamos, como exemplo prático, a codificação do inventário do fundo Álvaro Tavares de Souza.

ATS/DP/19171217 – Codificação do dossiê do Fundo Álvares Tavares de Souza

ATS = Abreviação do fundo Álvaro Tavares de Souza

DP = Sigla série documentos pessoais

19171217 = data invertida do documento mais antigo do dossiê.

A padronização da codificação dos acervos se deu com a adoção da Base Arch (AtoM), o *software* possui um sistema automático de codificação, que é gerado na inserção do nível 0

(fundo) no sistema, para tal, é aconselhável que a instituição arquivística possua o CODEARQ⁵². A partir desta etapa, cada vez que descemos de nível, a codificação é gerada de maneira automática, sendo que esta codificação é única, ou seja, nunca se repete.

Como exemplo, utilizaremos o fundo Oswaldo Cruz (APÊNDICE B), para ilustrar.

BR RJ COC = CODEARQ da Instituição

BR = Brasil

RJ = Rio de Janeiro

COC = Identificador institucional; esta sigla não se repete

OC = Identificador do fundo Oswaldo Cruz; este elemento não se repete

Com relação aos níveis inferiores de descrição, estes seguem a mesma lógica, ao receberem identificadores, adicionados no momento da criação do nível de descrição. Como exemplo, temos a série correspondência, do fundo Oswaldo Cruz (APÊNDICE C).

O próximo instrumento de pesquisa observado foi o inventário preliminar, que representa 14,28%, dos instrumentos de pesquisa a disposição dos usuários na sala de consulta do DAD. Para a análise das características deste instrumento, tomamos como exemplo o instrumento de pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP, que descreve a Seção Coordenação dos Cursos Descentralizados (APÊNDICE D), um inventário preliminar, elaborado no ano de 1991.

Ao analisar a construção metodológica desta ferramenta, podemos observar que o inventário preliminar da ENSP, nada mais era do que uma listagem de conteúdo das caixas que compunham esta seção, não seguindo a ordem do quadro de arranjo, servindo apenas para que o usuário tivesse uma rápida noção da tipologia documental, ou, em alguns casos, do assunto dos documentos (APÊNDICE E).

Os inventários denominados analíticos são 21,42% dos instrumentos de pesquisa encontrados à disposição dos usuários na sala de consulta do DAD. Com relação aos inventários analíticos, notamos certa confusão na construção do instrumento, que analisava, de forma analítica, partes dos dossiês e de forma sumária, outras partes. Também possuíam codificação ineficiente e confusa e não seguiam a ordem do arranjo, em muitos casos tratando-se apenas de uma listagem de conteúdo de caixas.

52 O Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos tem por objetivo fornecer o código previsto na Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE, denominado Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos - CODEARQ, tornando possível a identificação de cada entidade custodiadora de acervos arquivísticos no Brasil. O CODEARQ somente será fornecido às entidades custodiadoras que permitam acesso a seu acervo, mesmo que com algumas restrições.

O termo inventário analítico não é mais utilizado no Brasil; alguns autores, entre eles Lopez e Bellotto, aconselham que este instrumento seja substituído pelo catálogo.

Ao observar as características destes instrumentos de pesquisa, podemos verificar o equívoco quanto à terminologia. Embora alguns instrumentos fossem chamados de inventários analíticos, sua descrição dos dossiês era sumária. Este erro pode produzir, no pesquisador, falsas expectativas, prejudicando o andamento da pesquisa.

Os inventários preliminares analisados nesta pesquisa, nada mais são do que listagens de conteúdo de caixa. Ao levantar esta questão, foi possível confirmar, através de entrevistas com ex gestores, que esta prática era comum em acervos não tratados, mas que devido características específicas, despertavam interesse imediato de acesso. Dessa forma, a solução encontrada era a listagem pura e simples do conteúdo dos documentos dentro das caixas, para uma futura organização, sem comprometer o acesso imediato aos documentos.

Quadro 14 – Tipos de instrumentos de pesquisa da sala de consulta do DAD

Tipo de instrumento	Nível	Características
Inventário 30 (55,37%)	Seção e dossiê	Possui histórico, data de recolhimento, equipe responsável pela organização, “gênero e quantidade” histórico da organização e conteúdo
Inventário Analítico 9 (21,42%)	Seção e dossiê	Algumas séries estão descritas de forma sumária e outras de forma analítica
Inventário Sumário 1 (1,71%)	Seção e dossiê	Possui histórico, data de recolhimento, equipe responsável pela organização, “gênero e quantidade” histórico da organização e conteúdo
Inventário Preliminar 8 (14,28%)	Seção e dossiê	Listagem sumária do conteúdo das caixas
Listagens 2 (7,14%)	Sem identificação	Listagem sumária do conteúdo das caixas

Fonte: elaborado pelo autor, ao analisar os antigos instrumentos de pesquisa da sala de consulta do DAD.

Alguns autores estabelecem níveis de hierarquia para os instrumentos de pesquisa. Segundo Herrera (1991), o nível I (arquivos, fundos, seções de arquivo e seções de fundo) devem ser contemplados pelo guia do acervo. O nível II, as séries documentais, devem ser descritas sempre respeitando a ordem do arranjo. O nível III, as unidades arquivísticas, ou itens documentais, devem ser atendidos pelo catálogo, cabendo ao nível IV, a montagem de um vocabulário para a indexação de termos, para auxiliar na pesquisa.

Ao levar em consideração a análise dos instrumentos de pesquisa do DAD, fica claro que sua construção não segue a hierarquia dos instrumentos de pesquisa proposta pelos principais autores e teóricos da Arquivologia.

Em 2009, como medida de adequação dos instrumentos de pesquisa já existentes para a utilização da Base Arch, foi feita uma revisão, que teve como objetivo, a padronização dos instrumentos de pesquisa do DAD, tendo em vista o início de funcionamento da Base Arch. O primeiro inventário a passar por este processo de adequação foi o inventário do fundo Carlos Chagas (APÊNDICE F). Nele foram inseridos elementos obrigatórios de descrição, estabelecidos pela NOBRADE, além da adequação da codificação dos dossiês deste inventário.

O inventário do fundo Carlos Chagas foi o primeiro instrumento de pesquisa elaborado pelo DAD a apresentar uma sequência de informações sobre a trajetória pessoal, profissional, a descrição do fundo, grupos, subgrupos e séries, de acordo com as normas arquivísticas ISAD(G) e NOBRADE.

Até a adoção da Base Arch, era prática comum do DAD a publicação de Guia do Acervo e inventários de fundos mais representativos que compunham o acervo arquivístico do departamento. Tal prática tinha um custo elevado, pois era necessária a contratação de profissionais, para a diagramação do material, e de serviço de gráfica, para a confecção do instrumento.

No caso do Guia do Acervo, eram necessárias constantes atualizações, novos fundos eram recolhidos e estas informações precisavam estar à disposição dos usuários. Assim como a atualização dos inventários, à medida que novas parcelas de fundos fossem sendo incorporadas ao acervo.

Com a implantação da Base Arch, a partir 2009, não foi mais necessária a impressão de guias do acervo ou de novos inventários, pois a própria base possui ferramentas para a impressão de instrumentos de pesquisa (relatórios), podendo estes serem personalizados de acordo com as necessidades ou interesses de pesquisa do usuário. Desde o ano de 2010, o DAD

não publica mais nenhum instrumento de pesquisa; todos eles, a partir de então, são gerados automaticamente pela Base Arch.

Desta maneira, a utilização da ferramenta AtoM gerou economia de recursos, sendo que não é mais necessária a impressão de instrumentos de pesquisa (guias e inventários). A atualização de informações sobre o acervo arquivístico disponível para a consulta ficou mais ágil, os arquivos podem ser inseridos na base e disponibilizados para o usuário de forma mais rápida, inclusive as atualizações.

Ao analisar a adoção da plataforma AtoM, para a descrição e o acesso aos documentos arquivísticos do DAD, foi possível constatar impactos significativos nas rotinas do departamento, como demonstra o quadro abaixo.

Quadro 15 – Impactos da adoção do AtoM

Rotinas	Antes do AtoM	Após o AtoM
Pesquisa nos inventários	Era demorada, os usuários sentiam a necessidade da indexação de palavras chaves para auxílio na pesquisa.	A indexação é automática e feita em todos os campos descritivos, inclusive nos documentos em formato PDF. Desta forma, a pesquisa foi otimizada.
Número de acessos aos documentos	Média de 1,3 acessos por dia ao acervo arquivístico do DAD	Média de 3,06 acessos dia ao acervo arquivístico do DAD. Aumento de 135,29%
Descrição arquivística	A descrição arquivística não era padronizada	A descrição arquivística passa a ser padronizada, com a adoção da Base Arch (AtoM), que tem sua arquitetura baseada na NOBRADE. Aumento efetivo de 371,43%

Instrumentos de pesquisa	<p>Instrumentos de pesquisa não eram padronizados, sendo imprecisos em relação a terminologia empregada.</p> <p>NOBRADE não era utilizada.</p> <p>Gasto com a publicação de instrumentos de pesquisa</p>	<p>Instrumentos de pesquisa padronizados (Base Arch)</p> <p>A pesquisa e o acesso ao acervo podem ser realizados de forma <i>on line</i>.</p> <p>Ao produzir instrumentos de pesquisa eletrônicos, não existe mais a necessidade de produção de publicações em papel.</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

Por utilizar a NOBRADE em toda a sua arquitetura, a adoção da Base Arch foi elemento importante para a promoção da padronização da atividade de descrição arquivística. Como frutos diretos de sua utilização, foi possível a geração de instrumentos de pesquisa mais completos, com uma arquitetura mais amigável, privilegiando o acesso, respeitando os padrões arquivísticos internacionais em sua construção, facilitando assim um possível intercâmbio de informações.

Esta nova geração de instrumentos de pesquisa se desvencilham dos formatos e dos suportes físicos tradicionais. Ao assumir esta característica, é possível que estes instrumentos tenham como atributo a convergência de formatos, ou seja, o tipo de instrumento de pesquisa e a busca serão definidos pelo usuário, de acordo com a especificidade da pesquisa, podendo o instrumento de pesquisa assumir propriedades de guia, inventário, catálogo ou repertório, sempre obedecendo aos padrões propostos pelo CIA, através da normalização do processo de descrição arquivística.

Diante da análise e interpretação dos dados apresentados, podemos afirmar que a Base Arch (AtoM) é uma importante ferramenta para a atividade de descrição arquivística, pesquisa e o acesso aos documentos, transformando-se em um efetivo meio de divulgação de acervos, ao atingir os usuários de qualquer parte do planeta, através de sua plataforma multilíngue e tendo a *Internet* como uma base sólida para sua operação.

Os impactos de sua utilização, expostos nesta pesquisa, confirmam a hipótese, através da análise e interpretação dos dados coletados. Foi constatada melhoria no processo de

descrição arquivística e construção dos instrumentos de pesquisa com a otimização na recuperação da informação, ocasionando um aumento significativo do acesso e do número de usuários além, da divulgação do acervo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou os impactos da adoção do AtoM nos instrumentos de pesquisa e no acesso aos documentos do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz. Como hipótese para o trabalho, propomos que os avanços tecnológicos possibilitaram o surgimento de uma geração de instrumentos de pesquisa e que, em decorrência deste cenário, impactos significativos puderam ser confirmados nas rotinas do Departamento de Arquivo e Documentação.

A proposta do trabalho identificou as mudanças mais significativas nas atividades de descrição documental, na elaboração dos instrumentos de pesquisa, no acesso à divulgação do acervo do DAD, através da sistematização das relações conceituais destes elementos. Nossa proposta caracteriza o AtoM como ferramenta de representação e divulgação de documentos arquivísticos, ao analisar seus impactos no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz.

O objetivo principal do trabalho foi o de investigar o impacto do processo de adoção, desenvolvimento e customização do AtoM, como instrumento de descrição e acesso aos acervos arquivísticos de valor permanente. Para que este objetivo fosse atingido, a metodologia empregada foi dividida em três partes.

A primeira parte consistiu em sistematizar as relações conceituais entre instrumento de pesquisa nos arquivos, o surgimento das normas internacionais de descrição arquivística e a importância desta padronização para o acesso. Para que este objetivo fosse alcançado, foi feita uma revisão da literatura que teve papel fundamental nesta pesquisa, ao contextualizar e fundamentar os marcos teóricos desta pesquisa, indicando ao leitor a linha teórica em que o trabalho está inserido.

A segunda parte consistiu na caracterização do AtoM, como ferramenta de representação e divulgação de acervos arquivísticos, através da análise documental baseada nos manuais e documentos técnicos, onde foi comprovado que o AtoM é uma ferramenta tecnológica para a pesquisa, acesso, divulgação de acervos. É uma ferramenta gratuita e em conformidade com as normas arquivísticas internacionais do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), e que tem por objetivo a democratização, o amplo acesso aos arquivos, rapidez na busca e resposta às demandas de informação. O AtoM oferece a possibilidade de interoperabilidade entre as bases eletrônicas de diversas instituições arquivísticas, viabilizando a difusão e integração das bases de dados.

A terceira parte dos objetivos a serem atingidos, foi a análise do impacto da utilização do AtoM nas rotinas de descrição e acesso aos acervos do Departamento de Arquivo e Documentação. Para alcançar este objetivo, foram feitas análises nos documentos estatísticos da sala de consulta do DAD e em alguns documentos e publicações da Casa de Oswaldo Cruz. Através da análise desses dados é possível afirmar que a Base Arch (AtoM) se transformou em uma importante ferramenta e sua utilização impactou a atividade de descrição de documentos no departamento, reformulou o processo de construção dos instrumentos de pesquisa, aumentou consideravelmente o número de acessos aos documentos e promoveu a divulgação do acervo arquivístico permanente sob tutela da Casa de Oswaldo Cruz.

O desenvolvimento tecnológico, a popularização da internet e a evolução das ferramentas de busca aproximam cada vez mais os usuários dos arquivos. Tais demandas de acesso, por parte de uma nova geração de usuários, começam a despertar, nas instituições arquivísticas, a necessidade de adequação a esta nova realidade tecnológica e social

Neste contexto, o AtoM, sendo uma ferramenta tecnológica totalmente compatível com a ISAD (G) e a NOBRADE, proporciona aos arquivistas o tratamento e a difusão de acervos, presentes em instituições arquivísticas e em serviços de arquivo, potencializando o acesso à informação ao usuário.

Ao analisar o modo com que o Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz passou a se relacionar com esta inovação tecnológica e seus impactos nas rotinas de descrição, elaboração de instrumentos de pesquisa, acesso e divulgação de seu acervo, depreende-se que o AtoM (Base Arch) é uma ferramenta que apoia o cumprimento da função social do arquivo, ao garantir ao usuário amplo direito de acesso aos acervos e informações, tanto para a pesquisa, quanto para a comprovação de direitos.

O AtoM assegura às instituições arquivísticas com acervo permanente a realização de suas atribuições constitucionais de guarda, preservação, difusão e acesso ao patrimônio arquivístico brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo Sodré. Aspectos introdutórios de informação arquivística: a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), a descrição arquivística codificada (EAD-DTD) e o projeto Archives Hub. **Revista Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 70-100, jul./dez. 2007.

ANDRADE, Ricardo Sodré; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. **Revista Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 14-29, dez. 2008.

ANDRADE, Ricardo Sodré; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Uma Nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico. **Cultura, representação e informação digitais**. Salvador: EDUFBA, 2010.

ANDRADE, Ricardo Sodré. **Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência na web**: novas possibilidades para as instituições arquivísticas públicas brasileiras. 2010. 88 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

AUBIN, Danielle. La mondialisation et la diffusion des archives: entre continuité et rupture. **Archives**, v.31, n.3, p. 7-19, 1999.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística**: objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiróz, 1991.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV; 2004. 318 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. **Lei n. 8159 de 08 de janeiro de 1991**. 1991. “Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.”

BRUEBACH, Nils. Acesso eletrônico à informação arquivística: vantagens e potenciais das normas de descrição. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.20, n. 1-2, p.39-46, jan/dez 2007.

BUSHEY, Jessica. **International Council on Archives (ICA) “Access to Memory” (AtoM)**: Open-source software for archival description. 2011. Disponível em: <https://www.ica-atom.org/download/ICA-AtoM_JBushey.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

CALDERON, Wilmara Rodrigues et al. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 33, n. 3, p. 97-104. set./dez. 2004.

CALDERON, Wilmara Rodrigues. **Instrumentos de pesquisa nos arquivos públicos permanentes**: um estudo sob a ótica da análise documentária. 2003. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação de Arquivistas Brasileiros; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CANADIAN ARCHIVAL STANDARD. **Rules for archival description**. Ottawa: Bureau of Canadian Archivists, 1990.

CARDONA RAVE, Bertha Nelly. La terminología de la seguridad social colombiana para la construcción de um tesouro y glossário especializados. **Revista Interamericana de Biliotecologia**, v.22, n. 1, p.61-76, enero/jun. 1999.

CENDÓN, Beatriz Valadares. Ferramentas de busca na *web*. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.30, n.1, p. 39-49, jan./abr. 2001.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR (CPF)**: Norma internacional de registro de autoridades coletivas, pessoas e famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD (G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDF**: Norma internacional para descrição de funções. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDIAH**: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

COOK, Michael; PROCTER, Margaret. **A Manual of Archival Description**. 2. ed. Aldershot: Gower, 1989.

COOK, Terry. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Journal Archival Science**, v. 1, n. 1, p. 3-24, 2001.

CRAIG, Bárbara. Old myths in new clothes: expectations of archival users. **Archivaria**, v.45, p.118-126, Spring 1998.

CRUZ MUNDET, José Ramon. La descripción. In: _____. **Manual de Archivística**. 3. ed. Madrid: Fundação Germán Sánchez Ruiperez; Pirâmide, 1994. p. 255-296.

DANNEMANN, Maria Luíza Stallard et al. Terminologia arquivística. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, Rio de Janeiro, 1972. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1972. p. 435-449

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr. 1982 / ago. 1986.

DURANTI, Luciana. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria**, [s.l.], n. 35, p. 47-54, 1993.

FAVIER, Jean. **Les archives**. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

FLORES, Daniel; HEDLUND, Dhion Carlos. Análise e aplicação do ICA-AtoM como ferramenta para a descrição e acesso às informações do patrimônio documental e histórico do Município de Santa Maria – RS. **Informação e Informação**, Londrina, PR, v. 19, n. 3, p. 86-106, set./dez. 2014.

FONSECA, V. M. M. **Normalização da descrição arquivística: avanços internacionais e a situação do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/pub/virtual/mesred.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

GARDEREN, Peter van. **Web 2.0 and archival institutions**. 2006. Disponível em: <<http://archivemati.ca/2006/05/08/web-20-and-archival-institutions/>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.27, n.3, p.293-299, 1998.

HENSEN, Steven. **Archives, personal papers and manuscripts: a cataloguing manual for archival repositories, historical societies and manuscripts libraries**. 2 ed. Chicago: Society of American Archivists, 1989.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general: teoria y práctica**. 6.ed. Sevilla: Diputacion Provincial, 1991.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Manual de instrumentos de descripción documental**. Sevilla: Diputación Provincial, 1982.

ICA-ATOM: manual do usuário em língua portuguesa – BR. Santa Maria, RS: UFSM, 2013. Disponível em: <www.ufsm.br/dag/manual_ica_atom.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.

JARDIM, José Maria. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 251-260, 1992.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila Kahl. Estudios de usuarios em arquivos: em busca de um estado de la cuestión. **Comma, International Journal on Archives**, n. 1/2, p. 145-157, 2001.

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental.** Niterói, RJ: Eduff, 1999.

LEÃO, Flavia Carneiro. **A Representação da informação arquivística permanente: a normalização descrita e a ISAD(G).** 2006. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LOPES, Cléo Belício. **Descrição arquivística: diferenças e divergências terminológicas sobre os instrumentos de pesquisa.** 2009. 177 f. Monografia (Graduação em Arquivologia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa.** São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002.

MARINHO JÚNIOR, Inaldo Barbosa; SILVA, Junia Guimarães e. Arquivos e informação: uma parceria promissora. **Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 15-32, jan./jun. 1998.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **Arquivos públicos brasileiros: a transferência da informação na internet.** 2005. 199 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MARTIN, Kristin. Analysis of remote reference correspondence at a large academic manuscripts collections. **The American Archivists**, v.64, p.17-42, Spring/Summer 2001.

MCLAUGHLIN, Andrew; ZUCKERMAN, Ethan. Introduction to the architecture and institutions. **Digital Democracy**, Cambridge, p. 1-20, 2003.

MENNE-HARITZ, Angelika. Appraisal or documentation: can we appraise archives by select content? **American Archivists**, v.57, Summer 1994.

MIGUÉIS, Maria Amélia Porto. Roteiro para elaboração de instrumentos de pesquisa em arquivos de custódia. **Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 7-19, ago. 1976.

MIRANDA, Marcia Eckert. Historiadores, arquivistas e arquivos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

NASCIMENTO, Francisco José Tavares do. O Acesso nos arquivos de instituições de saúde: entre o direito à informação e o direito à intimidade. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de documentos e Arquivos)–Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **O Usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos.** 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

OLIVEIRA, Rose Tenório. **A indexação dos inventários de fundos arquivísticos do Departamento de Arquivos e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz.** Niterói: [s.n], 2001.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PAIXÃO, Rui Alexandre. **Para a normalização da descrição arquivística**: proposta de um modelo de referência. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação Arquivística)–Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

PLANNING COMMITTEE IN DESCRIPTIVE STANDARDS. **Rules for archival description**. Ottawa: Bureau of Canadian Archivists, 1990.

POSNER, Ernest. Some aspects of archival development since the French Revolution. **The American Archivists**, v.3, n.3, p. 159-172, 1984.

RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes. Os instrumentos de acesso à informação. In:_____. **O acesso à informação nos arquivos**. 1998. Tese (Doutorado em Arquivística)–Universidade do Porto, Porto, 1998.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Documentos públicos e privados**: arranjo e descrição. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

SILVA, Armando Malheiros da et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999.

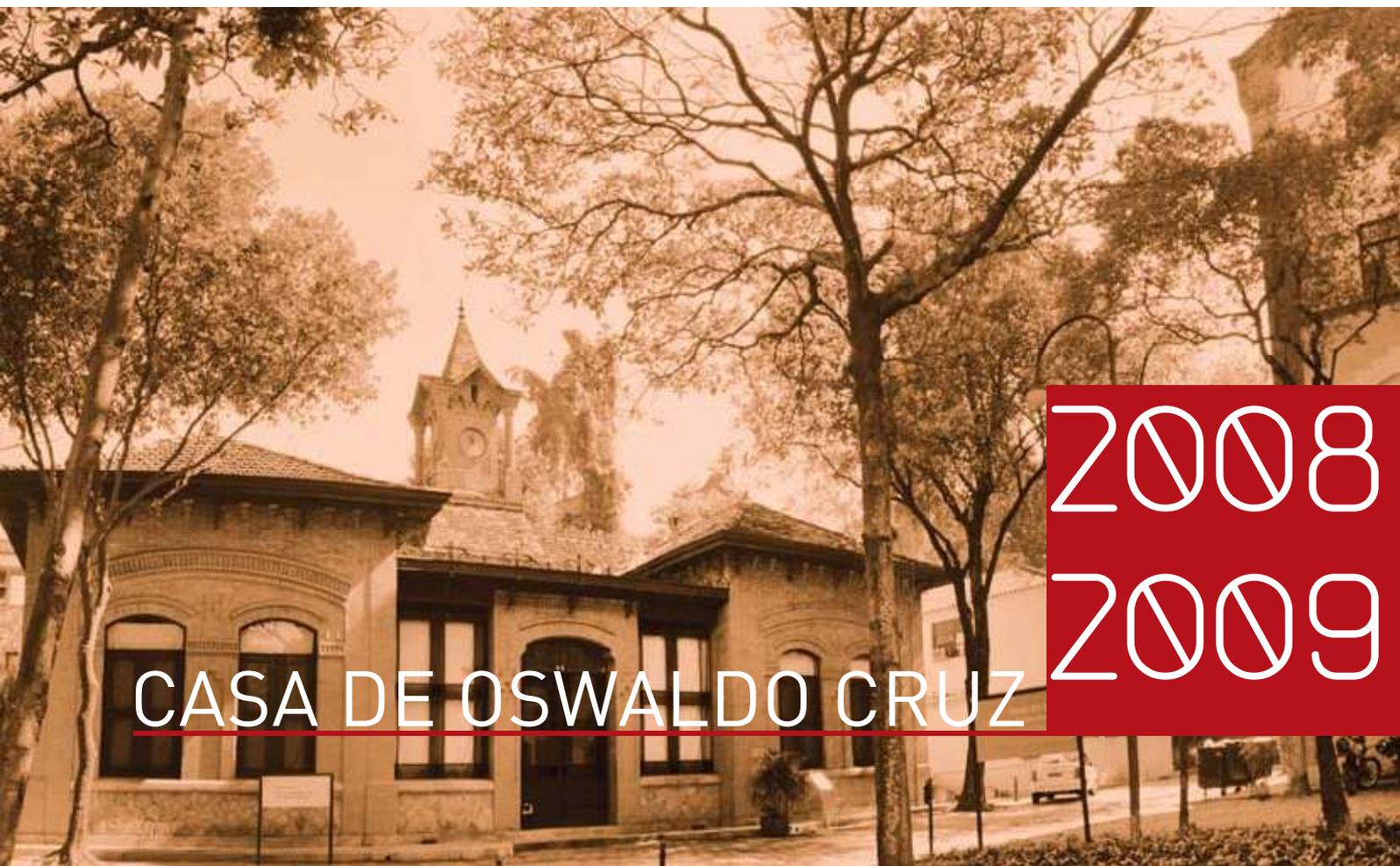
TEIXEIRA, Priscila Carmem et al. Padronização e melhoria de processos produtivos: estudo de múltiplos casos. **Production**, v.24, n.2, p. 311-321, Apr./June 2014.

TIBBO, Helen R., MEHO, Lokman. Finding Aids on the World Wide Web. **The American Archivist**, [s.l.,] v. 64, p. 61-77, Spring/Summer 2001.

YAKEL, Elizabeth. Archival representation. **Archival Science**. Netherlands, v. 3, p. 1-25. 2003.

RELATÓRIO

DE ATIVIDADES



2008
2009

CASA DE OSWALDO CRUZ

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

Representativo da história das ciências biomédicas e da saúde pública no Brasil, o acervo arquivístico da Casa de Oswaldo Cruz é constituído por 102 fundos e coleções compostos por documentos textuais, iconográficos, cartográficos, sonoros, filmográficos e tridimensionais que abrangem o período de 1803 a 2008, custodiados em função do seu valor histórico. Contém aqueles produzidos pela Fundação Oswaldo Cruz, que incluem o patrimônio documental dos institutos que a constituíram em 1970, os quais já possuíam trajetórias expressivas, como é o caso do Instituto Oswaldo Cruz, criado em 1900; além daqueles que a compõem atualmente. O acervo abrange também arquivos pessoais de cientistas, médicos e outros profissionais que se destacaram em suas áreas de atuação e parcelas de arquivos doados por instituições com atividades nas áreas da saúde e das ciências biomédicas.

Em 2009, ano da comemoração do centenário da descoberta da doença de Chagas, o Fundo Carlos Chagas foi nominado no Programa Memória do Mundo da Unesco, o que se traduz no reconhecimento da importância deste acervo como patrimônio documental a ser preservado, protegido e mantido acessível a todos de maneira permanente.



>>> Documentos do arquivo pessoal de Carlos Chagas. <<<

No mesmo ano foram consolidadas novas metodologias de trabalho utilizadas no tratamento técnico de organização do acervo arquivístico. Incluem-se neste âmbito a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), compatível com as normas internacionais em vigor, e a metodologia adotada em arquivos pessoais de cientistas que garante a relação orgânica de documentos pertencentes aos fundos documentais.

Esse novo procedimento metodológico de descrição

contribuiu de maneira decisiva para a construção da Base de Dados Arch, que permitirá o desenvolvimento de uma rede cooperativa entre instituições detentoras de acervos relevantes para constituição e divulgação da memória documental da ciência, tecnologia e saúde.

A Base de Dados Arch, principal núcleo do Site do Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz, será o resultado da aplicação customizada do sistema ICA-AtoM, viabilizada por meio de projeto de cooperação com a Abrasco e o Centro Latino-Americano e

do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme/Opas/OMS).

Os dois quadros, a seguir, apresentam os resultados quantitativos alcançados no ingresso de novos conjuntos documentais e no processo de organização a que foram submetidos outros conjuntos de origem institucional ou pessoal.

>>> O acervo da Casa de Oswaldo Cruz é o maior e o mais expressivo conjunto documental do país sobre os processos políticos, sociais e culturais da saúde desde o final do século 19. <<<



Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz

Inventario - Oswaldo Cruz (OC)

Generated by Access to Memory (AtoM) 2.2.0 Printed: June 22, 2016

Language of description: Portuguese

Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz
SALA DE CONSULTA - Departamento de Arquivo e Documentação
Av. Brasil, 4036 - 6º andar - sala 614
Manguinhos
Rio de Janeiro
RJ
Brasil
21040-361
Telephone: (021) 3882-9123 / 3882-9244
[Email: consulta@coc.fiocruz.br](mailto:consulta@coc.fiocruz.br)
www.coc.fiocruz.br
<http://usr/share/nginx/atom/symfony/symfony/oswaldo-cruz-2>

Oswaldo Cruz

Table of contents

Summary information	11
Administrative history / Biographical sketch	11
Scope and content	12
Arrangement	13
Notes	13
Collection holdings	14
OC-DP, Documentos Pessoais (1889 - 1915)	14
OC-DP-01, Documentos relativos à vida profissional do titular. (18/11/1889 - 12/1915)	15
OC-DP-02, Documentos relativos à administração financeira do titular e sua família. (01/1894-02/1014)	16
OC-DP-03, Lista de produtos de laboratório, catálogos de código telegráfico e endereços, cartões e convites. (02/1894-08/1912)	16
OC-COR, Correspondência (1889 - 1922)	17
OC-COR-PES, Pessoal (1889 - 1922)	18
OC-COR-PES-01, Correspondência trocada durante o período de noivado (12/07/1889-27/04/1891)	19
OC-COR-PES-04, Expedição aos portos marítimos e fluviais do Brasil pela DGSP (28/09/1905-04/02/1906)	20
OC-COR-PES-05, XV Exposição de Demografia e Higiene (04/08/1907-14/01/1908)	20
OC-COR-PES-06, Combate à malária durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (25/06/1910-24/07/1911)	21
OC-COR-PES-07, Exposição Internacional de Demografia e Higiene de Dresden (21/01 - 11/08/1911)	22
OC-COR-PES-08, Viagem a Londres (04/04/1911-09/03/1916)	23
OC-COR-PES-09, Cartas trocadas entre a filha mais velha, Elisa, e a esposa, Miloca, iniciadas no período em que aquela acompanhou o titular durante a viagem à Europa indo até a data posterior ao seu falecimento (24/04/1911-25/10/1922)	24
OC-COR-PES-10, Cartas de Maria Luiza Proença ao seu noivo, Bento Oswaldo Cruz, na ocasião em que este esteve acompanhando a família na Europa (22/12/1914-30/08/1916)	24
OC-COR-PES-11, Cartas e bilhetes de Oswaldo Cruz enviados à esposa, Miloca, após o período em que visitou institutos de pesquisa europeus (09/01-15/06/1915)	25
OC-COR-PES-12, Cartas de Elisa e de seu marido, Joaquim Vidal, enviadas ao titular após sua volta ao Brasil em 1915 (10/01-26/06/1915)	26

Oswaldo Cruz

OC-COR-PES-02, Correspondência diversa com familiares e amigos (05/04/1891 - 05/02/1917)	26
OC-COR-PES-03, Correspondências enviadas à esposa Emília Cruz (17/11/1899 - [11/1904])	27
OC-COR-CI, Correspondência científica (1891 - 1916)	27
OC-COR-CI-01, Correspondência com Ernesto Nascimento Silva (27/04/1891-28/12/1899)	29
OC-COR-CI-01-02, Correspondência com Ernesto Nascimento Silva (21/04/1891)	29
OC-COR-CI-01-04, Correspondência com Ernesto Nascimento Silva (27/12/1895)	29
OC-COR-CI-01-05, Correspondência com Ernesto Nascimento Silva (28/12/1899)	30
OC-COR-CI-01-03, Correspondência com Ernesto Nascimento Silva (23/12/1899)	30
OC-COR-CI-02, Correspondência entre cientistas, médicos, professores, autoridades sanitárias, políticos e ministros. (30/11/1897-29/01/1916)	30
OC-COR-CI-03, Correspondência em francês com Jules Ogier (19/10/1899-15/05/1900)	31
OC-COR-CI-04, Correspondência trocada entre o titular e médicos paulistas a respeito do surto de peste bubônica de Santos (20/10/1899-12/06/1900)	31
OC-COR-CI-05, Correspondência com Vital Brazil (20/11/1899-21/09/1914)	32
OC-COR-CI-06, Correspondência com diversos cientistas estrangeiros, em francês, inglês, alemão e português (12/12/1899-11/1916)	33
OC-COR-CI-07, Correspondência com M. Besredka, do Instituto Pasteur de Paris (30/12/1899-10/12/1900)	33
OC-COR-CI-08, Correspondência com Charles Vibert, chefe do Laboratório de Toxicologia de Paris (28/01/1900-09/08/1903)	34
OC-COR-CI-09, Correspondência com Emílio Gomes, chefe do Laboratório Bacteriológico da Diretoria Geral de Saúde Pública (27/11/1900-27/11/1902)	34
OC-COR-CI-10, Correspondência com Francisco Fajardo (10/01/1901-16/02/1902)	35
OC-COR-CI-11, Correspondência com o cientista Henrique da Rocha Lima (08/04/1901-20/01/1915)	35
OC-COR-CI-12, Correspondência com a Empresa Albanel (17/09/1901-13/01/1903)	37
OC-COR-CI-13, Correspondência com Miguel Pereira (07-23/11/1901)	37
OC-COR-CI-14, Correspondência com Adolpho Lutz (19/11/1901-02/10/1916)	37
OC-COR-CI-15, Correspondência com Paul-Louis Simond e Émile Marchoux (02/11/1902-03/07/1903)	38
OC-COR-CI-16, Correspondência com o cientista Arthur Neiva (16/08/1910-16/08/1916)	38
OC-COR-CI-17, Correspondência contendo felicitações ao titular- Grã Cruz da Legião de Honra (11/04-06/05/1914)	39
OC-COR-PA, Político-Administrativa (1905 - 1917)	39
OC-COR-PA-01, Correspondência da Diretoria Geral de Saúde Pública (30/09/1905-21/08/1906)	40

Acervo Pesquisa rápida

- ▼ Fundo OC - Oswaldo Cruz
- ▼ Série COR - Correspondência
- ▶ Subsérie CI - Correspondência Científica
- ▶ Subsérie PA - Político-Administrativa
- ▶ Subsérie PES - Pessoal

Série COR - Correspondência

Oswaldo Cruz > Correspondência

Correspondência com Ernes...

Lista de Dossiês e Itens

Exportar

- ↓ Dublin Core 1.1 XML
- ↓ EAD 2002 XML

Área de identificação

Código de referência	BR_RJCOOC_OC-COR	Editar área de identificação
Título	Correspondência	
Data(s)	1889 - 1922 (Produção)	
Nível de descrição	Série	
Dimensão e suporte	Documentos textuais: 1.777 itens (1.184 folhas)	

Área de contextualização



FUNDO ENSP

Seção Coordenação dos Cursos Descentralizados

Inventário Analítico

**Departamento de Arquivo e Documentação
Setor de Arquivo Institucional**

1991

CAIXA 1	CONTEÚDO
Maço 1	<p>Documentos (07) incluindo avaliação, programação e textos referentes à disciplina Introdução ao Planejamento em Saúde, do I Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública. Incluem-se 04 cópias xerográficas dos seguintes textos: “Aspectos Políticos do Planejamento”, de Fernando Henrique Cardoso; “O Conceito de Planejamento”, de Betty Midlin Lafer; “Estratégias de Planejamento Social no Brasil”, de L. Kowarick; “Informacion Básica Necesaria para el Diagnóstico, sem identificação de autor. Campo Grande. 04 a 09 out. 1979. 01</p>
Maço 2	<p>Documentos (09) incluindo quadro de trabalho, modelo de prova, mapa de notas, exercícios referentes à disciplina Métodos Quantitativos I, do III Curso Básico regionalizado de Saúde Pública. Recife. 15 a 28 ago. 1978. 02</p>
Maço 3	<p>Documentos (03) incluindo quadro de trabalho, modelo de prova e mapa de notas referentes à disciplina Ecologia do III Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública. Recife. 25 jul. a 22 ago. 1978. 03</p>
Maço 4	<p>Relatório de trabalho de grupo relativo a visita à Unidade III da FEM-RJ, Centro de Atendimento Maria Beralda, Cidade de Deus. Rio de Janeiro. s. d. 04</p>
Maço 5	<p>Documentos (08) incluindo programação, avaliação e relatórios referentes à disciplina Trabalho de Campo, do I Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública. Campo Grande. 11 out. a 08 nov. 1979. 05</p>
Maço 6	<p>Documentos (07) incluindo avaliação, programação e textos sem identificação de autor referentes à Disciplina Estudos de Problemas Brasileiros, do I Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública. Campo Grande. 02 a 03 jul. 1979. 06</p>

- Maço 7** Textos (10) referentes à disciplina Ciências Sociais I do I Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública. Incluem-se 05 cópias xerográficas dos seguintes textos: “Estrutura e História”, de Octavio Janni, “A Questão Agrária e a Extensão da Cobertura dos Serviços de Saúde no Campo”, de Alberto Pellegrine Filho e outros; “A Prática de Saúde e a Educação” de Joaquim Alberto Cardoso de Melo; “A Percepção” de Jean Stoetzel; “A significação Psicológica da Interação Social” de William W. Lambert e Wallace E. Lambert.
Campo Grande.
18 a 29 jun. 1979. **07**
- Maço 8** Documentos (11) incluindo quadro de trabalho, modelo de prova, mapa de notas e apostilas referentes à disciplina Métodos Quantitativos II, do III Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública.
Recife.
25 ago. a 04 set. 1978. **08**
- Maço 9** Apostilas (14) referentes à disciplina Métodos Quantitativos I, do II Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública.
Recife.
1977. **09**
- Maço 10** Apostilas (04) referentes à disciplinas Administração I, do II Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública.
Recife.
1977. **10**
- Maço 11** Documentos (20) incluindo mapas de notas, quadros de trabalho, modelos de provas e apostilas, referentes à disciplina Administração II, do III Curso Básico Regionalizado em Saúde Pública.
Recife.
06 a 19 out. 1978. **11**
- Maço 12** Documentos (06) incluindo questionário de avaliação e programa referentes ao I Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública. Manaus (AM), 1978; II Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública, s. l., s. d.; I Curso de Saúde Pública.
Maceió.
1981. **12**
- Maço 13** Manual referente ao Curso de Saúde Pública, da Secretaria de Saúde Pública do Estado da Paraíba, Universidade Federal da Paraíba, Fundação Oswaldo Cruz.
João Pessoa.
1980. **13**

CAIXA 1	CONTEÚDO
Maço 1	<p>Documentos (07) incluindo avaliação, programação e textos referentes à disciplina Introdução ao Planejamento em Saúde, do I Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública. Incluem-se 04 cópias xerográficas dos seguintes textos: “Aspectos Políticos do Planejamento”, de Fernando Henrique Cardoso; “O Conceito de Planejamento”, de Betty Midlin Lafer; “Estratégias de Planejamento Social no Brasil”, de L. Kowarick; “Informacion Básica Necesaria para el Diagnóstico, sem identificação de autor. Campo Grande. 04 a 09 out. 1979.</p> <p style="text-align: right;">01</p>
Maço 2	<p>Documentos (09) incluindo quadro de trabalho, modelo de prova, mapa de notas, exercícios referentes à disciplina Métodos Quantitativos I, do III Curso Básico regionalizado de Saúde Pública. Recife. 15 a 28 ago. 1978.</p> <p style="text-align: right;">02</p>
Maço 3	<p>Documentos (03) incluindo quadro de trabalho, modelo de prova e mapa de notas referentes à disciplina Ecologia do III Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública. Recife. 25 jul. a 22 ago. 1978.</p> <p style="text-align: right;">03</p>
Maço 4	<p>Relatório de trabalho de grupo relativo a visita à Unidade III da FEM-RJ, Centro de Atendimento Maria Beralda, Cidade de Deus. Rio de Janeiro. s. d.</p> <p style="text-align: right;">04</p>
Maço 5	<p>Documentos (08) incluindo programação, avaliação e relatórios referentes à disciplina Trabalho de Campo, do I Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública. Campo Grande. 11 out. a 08 nov. 1979.</p> <p style="text-align: right;">05</p>
Maço 6	<p>Documentos (07) incluindo avaliação, programação e textos sem identificação de autor referentes à Disciplina Estudos de Problemas Brasileiros, do I Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública. Campo Grande. 02 a 03 jul. 1979.</p> <p style="text-align: right;">06</p>

- Maço 7** Textos (10) referentes à disciplina Ciências Sociais I do I Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública. Incluem-se 05 cópias xerográficas dos seguintes textos: “Estrutura e História”, de Octavio Janni, “A Questão Agrária e a Extensão da Cobertura dos Serviços de Saúde no Campo”, de Alberto Pellegrine Filho e outros; “A Prática de Saúde e a Educação” de Joaquim Alberto Cardoso de Melo; “A Percepção” de Jean Stoetzel; “A significação Psicológica da Interação Social” de William W. Lambert e Wallace E. Lambert.
Campo Grande.
18 a 29 jun. 1979. **07**
- Maço 8** Documentos (11) incluindo quadro de trabalho, modelo de prova, mapa de notas e apostilas referentes à disciplina Métodos Quantitativos II, do III Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública.
Recife.
25 ago. a 04 set. 1978. **08**
- Maço 9** Apostilas (14) referentes à disciplina Métodos Quantitativos I, do II Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública.
Recife.
1977. **09**
- Maço 10** Apostilas (04) referentes à disciplinas Administração I, do II Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública.
Recife.
1977. **10**
- Maço 11** Documentos (20) incluindo mapas de notas, quadros de trabalho, modelos de provas e apostilas, referentes à disciplina Administração II, do III Curso Básico Regionalizado em Saúde Pública.
Recife.
06 a 19 out. 1978. **11**
- Maço 12** Documentos (06) incluindo questionário de avaliação e programa referentes ao I Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública. Manaus (AM), 1978; II Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública, s. l., s. d.; I Curso de Saúde Pública.
Maceió.
1981. **12**
- Maço 13** Manual referente ao Curso de Saúde Pública, da Secretaria de Saúde Pública do Estado da Paraíba, Universidade Federal da Paraíba, Fundação Oswaldo Cruz.
João Pessoa.
1980. **13**

- Maço 14** Processo da Divisão de Comunicações Administrativas do Ministério da Saúde incluindo ofícios e o Projeto do Curso de Especialização em Saúde Pública, da Universidade Federal de Santa Catarina, versando sobre solicitação de auxílio para custeio de especialização em saúde pública.
Brasília.
20 abr. a 11 set. 1979. **14**

CAIXA 2	CONTEÚDO
---------	----------

- Maço 1** Documentos (64) diversos expedidos e recebidos pela Coordenação dos Cursos Básicos Regionalizados de Saúde Pública (CBRSP), envolvendo cartas, memorandos e ofícios. Inclui uma listagem de trabalhos de cursos remetidos à Biblioteca da Ensp.
Rio de Janeiro.
01 jan. a 29 dez. 1982. **15**
- Maço 2** Documentos (10) incluindo programas, roteiro de avaliação, quadro de trabalhos, sumário, frequência de alunos, modelos de prova, mapa de notas e apostilas, referentes à disciplina Ciências Biológicas I do III Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública.
Recife.
09 a 10 ago. 1978. **16**
- Maço 3** Documentos (100) diversos expedidos e recebidos entre a Universidade Federal do Maranhão e a Fiocruz, relativos ao II Curso Especial de Saúde Pública (CESP), incluindo cronogramas de rotina, avaliação, apostilas, convênio, mapa de notas, telegramas, cartas, memorandos e mapa de despesas.
São Luiz.
1979. **17**
- Maço 4** Apostilas (07) referentes à disciplina Métodos Quantitativos II do II Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública.
Recife.
1977. **18**
- Maço 5** Apostilas (05) referentes à disciplina Ciências Biológicas I, do II Curso Básico Regionalizado de Saúde Pública.
Recife.
1977. **19**

FUNDO

inventário

Fundação Oswaldo Cruz • Casa de Oswaldo Cruz
Departamento de Arquivo e Documentação

Carlos Chagas



Chagas. Diante disso, optou-se pela reorganização dos documentos desses titulares, pois tratava-se de conjuntos distintos, que necessitavam de organização própria como fundos pessoais e não mais como fundo familiar.

Procedência

Doação de Carlos Chagas Filho e Anna Leopoldina de Mello Franco Chagas.

Área de conteúdo e estrutura

Especificação de conteúdo

Reúne cartas, telegramas, ofícios, relatórios de atividades, atas, notas, textos e artigos científicos, discursos, conferências, diplomas, designações, declarações, apostilas, fotografias, caricaturas, periódicos, recortes de jornais e folhetos, entre outros documentos referentes à vida pessoal e à trajetória profissional do titular como pesquisador assistente, chefe de serviço e diretor do Instituto Oswaldo Cruz, diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública, diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, professor catedrático da Universidade do Rio de Janeiro, diretor do Centro Internacional de Leprologia, membro do Comitê de Higiene da Liga das Nações e de diversas sociedades e associações científicas, bem como representante do Brasil em eventos no exterior.

Sistema de arranjo e estágio de tratamento

- Grupo Vida Pessoal
- Grupo Formação Acadêmica
- Grupo Administração da Carreira
- Grupo Docência
- Grupo Pesquisa
 - Subgrupo Doença de Chagas
 - Subgrupo Malária
 - Subgrupo Outras Doenças
- Grupo Gestão de Ciência e Saúde Pública
- Grupo Relações Interinstitucionais e Intergrupos

Área de condições de acesso e uso

Condições de acesso

Sem restrição.

Condições de reprodução

Sem restrição.

Idioma

Português, francês, inglês, alemão, espanhol e holandês.

Instrumentos de pesquisa

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. *Fundo Carlos Chagas*: inventário. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

Área de fontes relacionadas**Existência e localização de originais**

Fundo Instituto Oswaldo Cruz.

Existência e localização de cópias

Fundo Carlos Chagas Filho.

Unidades de descrição relacionadas

Fundo Instituto Oswaldo Cruz

Fundo Oswaldo Cruz

Fundo Centro de Pesquisa René Rachou

Fundo Clementino Fraga

Fundo Cantarino Motta

Fundo Evandro Chagas

Fundo Carlos Chagas Filho

Coleção Bibliográfica Carlos Chagas

Coleção de Objetos de Carlos Chagas

Arquivo Adolpho Lutz – Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional

Nota sobre publicação

BORGES, Renata Silva et al. *The Carlos Chagas archive*: patrimony for history. In: Simpósio Internacional Comemorativo do Centenário da Descoberta da Doença de Chagas, 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. 1 CD-ROM.

CHAGAS FILHO, Carlos. *Meu pai*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 1993. 293 p.

CUNHA, Vívian da Silva. *O isolamento compulsório em questão*: políticas de combate à lepra no Brasil (1920-1941). 2005. 142 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2005.

KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil*: ciência, saúde e nação, 1909-1962. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009. 600 p. (Coleção história e saúde).

KROPF, Simone Petraglia; HOCHMAN, Gilberto. Chagas, Carlos Ribeiro Justiniano. In: BYNUM, W.F.; BYNUM, Helen (Ed.). *Dictionary of medical biography*. Westport: Greenwood Press, 2007. p. 320-325.

LACERDA, Aline Lopes de. Fotografia e valor documentário: o arquivo de Carlos Chagas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, supl.1, p. 115-138, jul. 2009.

MACIEL, Laurinda Rosa. “*Em proveito dos sãos, perde o lázaro a liberdade*”: uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962). 2007. 380 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SANGLARD, Gisele Porto. *Entre os salões e o laboratório*: filantropia, mecenato e práticas científicas – Rio de Janeiro, 1920-1940. 2005. 261 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *A gripe espanhola na Babia*: saúde, política e medicina em tempos de epidemia. 2007. 387 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

Área de notas

Notação anterior

FFC

Notas

A organização do fundo Carlos Chagas foi realizada como uma das atividades da Casa de Oswaldo Cruz nas comemorações do centenário da descoberta da doença de Chagas.

Área de controle da descrição

Notas do arquivista

Equipe: Aline Lopes de Lacerda, Cleice de Souza Menezes, Danielle Cristina dos Santos Barreto, Francisco dos Santos Lourenço, Marcela Virginia Thimóteo da Silva e Renata Silva Borges.

Bibliografia e outras fontes utilizadas

ALMEIDA, Miguel Ozorio de. Carlos Chagas. In: _____. *Ensaaios, críticas e perfis*. Rio de Janeiro: F. Brigueit & Cia., 1938. p. 161-174.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro, 2005. 232 p. (Publicações técnicas, n. 51).

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes*: tratamento documental. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. 320 p.

- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2000. 120 p. (Projeto como fazer, 8).
- BENCHIMOL, Jaime Larry (Coord.). *Manguinhos do sonho a vida: a ciência na belle époque*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 1990. 248 p.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Catálogo sumário do fundo “Antônio Enes”. *Arquivo*, Maputo, n. 5, p. 49-56, abr. 1989.
- CHAGAS, Carlos. *Discursos e conferências*. Rio de Janeiro: A Noite, 1935. 289 p.
- COUTINHO, Marília; FREIRE JUNIOR, Olival; DIAS, João Carlos Pinto. The noble enigma: Chagas' nominations for the Nobel prize. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, v. 94, supl. 1, p. 123-129, set. 1999.
- FARIA, Lina Rodrigues de. Os primeiros anos da reforma sanitária no Brasil e a atuação da Fundação Rockefeller (1915-1920). *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 109-127, 1995.
- INSTITUTO OSWALDO CRUZ. *Carlos Chagas (1879-1934): bio-bibliografia*. Rio de Janeiro, 1959. 44 p.
- KROPF, Simone Petraglia; AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Doença de Chagas: a construção de um fato científico e de um problema de saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 347-365, 2000.
- LACAZ, Carlos da Silva. Carlos Chagas (1879-1934). In: _____. *Vultos da medicina brasileira*. São Paulo: Helicon Ltda., 1963. v. 1. p. 48.
- PRATA, Aluizio (Org.). *Carlos Chagas: coletânea de trabalhos científicos*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. 902 p. (Temas brasileiros, v. 6).
- SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Entre o laboratório, o campo e outros lugares: gênese documental e tratamento técnico em arquivos de cientistas*. 2002. 162 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- SOUZA, Bianca Alves Peres Monteiro de; AMORIM, Wellington Mendonça de. A atuação das enfermeiras do DNSP, no Distrito Federal, 1921-1931. *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental*, Rio de Janeiro, ano 9, n. 1/2, p. 65-78, 1/2 sem. 2005.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema de Arquivos da Universidade de São Paulo. *Glossário de espécies/formatos e tipos documentais da Universidade de São Paulo*. São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://www.usp.br/sausp/gestao/glossario/glossario.php>>. Acesso em: 2 set. 2007.
- VILLELA, Eurico. *Carlos Chagas*. Rio de Janeiro: Indústrias Gráficas Legislação Federal S/A, 1959. 51 p.